



DIÁRIO

da Assembleia da República

XII LEGISLATURA

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2014-2015)

SUMÁRIO

Assembleia da República:

Relatório da Atividade da Assembleia da República referente à 3.ª Sessão Legislativa da XII Legislatura:

— I Volume.

— II Volume. (a)

(a) Devido à sua extensão, o II Volume será publicado em Suplemento.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar

**RELATÓRIO DA ATIVIDADE DA
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**

XII Legislatura - 3.ª Sessão Legislativa

I Volume

DILP



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Direção de Serviços de Documentação, Informação e Comunicação
Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar

RELATÓRIO DA ATIVIDADE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

XII LEGISLATURA - 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA

I VOLUME

junho/2015



Ficha Técnica

Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar – DILP

Título

RELATÓRIO DA ATIVIDADE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA- XII LEGISLATURA - 3.^a SESSÃO
LEGISLATIVA - I VOLUME

Pesquisa e textos:

Dalila Maulide

Colaboração: Graciete Dias, Rui Brito, Teresa Abraúl, Teresa Meneses

Composição Gráfica:

Rosário Campos

Data de publicação:

Março de 2015

Data de atualização:

Junho de 2015

Índice

COMPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	7
REUNIÕES PLENÁRIAS, DA COMISSÃO PERMANENTE, DA CONFERÊNCIA DE LÍDERES, DA CONFERÊNCIA DOS PRESIDENTES DAS COMISSÕES PARLAMENTARES E DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	10
COMPOSIÇÃO E ATIVIDADE DAS COMISSÕES PARLAMENTARES.....	20
COMISSÕES PARLAMENTARES PERMANENTES	20
COMISSÕES PARLAMENTARES EVENTUAIS E COMISSÕES DE INQUÉRITO	37
GRUPOS DE TRABALHO DA AR.....	41
GRUPO DE TRABALHO PARA A CONSOLIDAÇÃO LEGISLATIVA	41
GRUPO DE TRABALHO PARA ANÁLISE DA PROBLEMÁTICA DOS INCÊNDIOS FLORESTAIS	42
LEIS.....	43
LEIS ORGÂNICAS	43
LEIS.....	44
REGULAMENTAÇÃO DAS LEIS.....	56
RESOLUÇÕES.....	57
APRECIÇÕES PARLAMENTARES.....	66
ATIVIDADE DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO POLÍTICA.....	69
MOÇÕES DE CONFIANÇA	69
MOÇÕES DE CENSURA.....	69
INTERPELAÇÕES AO GOVERNO	70
DEBATES COM O GOVERNO	71
<i>DEBATE DO ESTADO DA NAÇÃO</i>	71
<i>DEBATE COM O PRIMEIRO-MINISTRO</i>	71
PERGUNTAS E REQUERIMENTOS	73
PETIÇÕES	77
INQUÉRITOS PARLAMENTARES	81
OUTRAS ATIVIDADES (DECLARAÇÕES OU DEBATES)	83
DEBATE POLÍTICO POTESTATIVO.....	83
DECLARAÇÕES POLÍTICAS	83
DEBATES DE ATUALIDADE.....	87
DEBATES DE URGÊNCIA	87
DELIBERAÇÕES	88
VOTOS.....	90
RELAÇÕES EXTERNAS	93
DESLOCAÇÕES E AUDIÊNCIAS DA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA.....	93
<i>DESLOCAÇÕES</i>	93
<i>AUDIÊNCIAS</i>	94
ATIVIDADES DAS DELEGAÇÕES PARLAMENTARES DA AR ÀS ORGANIZAÇÕES PARLAMENTARES INTERNACIONAIS.....	96
ATIVIDADES DAS DELEGAÇÕES EVENTUAIS	98
ATIVIDADES DOS GRUPOS PARLAMENTARES DE AMIZADE	100
OUTRAS ATIVIDADES RELEVANTES.....	100
COOPERAÇÃO PARLAMENTAR	102
CERIMÓNIAS	105
INICIATIVAS PROMOVIDAS PELA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA.....	107
EXPOSIÇÕES.....	107
ATIVIDADE EDITORIAL	108

<i>EDIÇÃO DE LIVROS</i>	109
<i>LANÇAMENTO DE LIVROS</i>	109
CONCERTOS E OUTROS ESPETÁCULOS.....	110
CONFERÊNCIAS, SEMINÁRIOS, COLÓQUIOS, AUDIÇÕES	111
VISITAS À ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA.....	113

COMPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A 3.ª sessão legislativa da XII legislatura teve início no dia 15 de setembro de 2013, concluindo-se precisamente um ano mais tarde, no dia 14 de setembro de 2014, conforme estabelecido na Constituição da República Portuguesa.

A primeira reunião plenária ocorreu no dia 16 de setembro de 2013 e a última no dia 11 de setembro de 2014.

Face à distribuição dos eleitos em 2011 (60 mulheres e 170 homens), notou-se um acréscimo do número de mulheres a exercer mandato durante a sessão em análise. Efetivamente, a 14 de setembro 2014, eram Deputados efetivos 69 mulheres e 161 homens, o que significou uma percentagem de 30% de mulheres a exercer mandato.

No que concerne à estrutura etária da representação parlamentar e, relativamente à sessão legislativa que precede, notou-se uma diminuição no número de Deputados abaixo dos 40 anos, que eram no final da sessão 56, face aos 73 do final da 1.ª sessão legislativa.

Nos quadros que se seguem, são apresentados os Deputados Eleitos por Grupo Parlamentar, por sexo e por grupos etários e profissionais e essa distribuição é também referida ao último dia da 3ª sessão legislativa da XII Legislatura.

Tabela 1
Composição da AR

Autor	Eleitos			<i>Efetivos em 14/09/2014</i>		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
PSD	77	31	108	75	33	108
PS	57	17	74	53	21	74
CDS-PP	19	5	24	19	5	24
PCP	12	2	14	10	4	14
BE	4	4	8	3	5	8
PEV	1	1	2	1	1	2
Total	170	60	230	161	69	230

Gráfico 1
Eleitos por Grupo Parlamentar

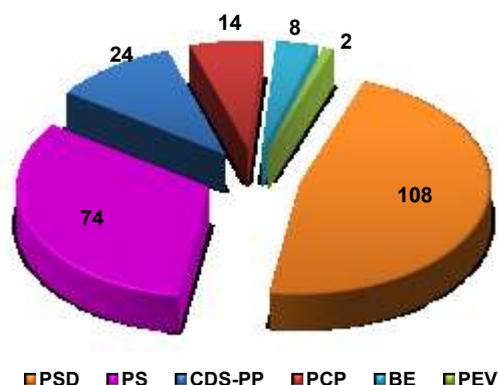
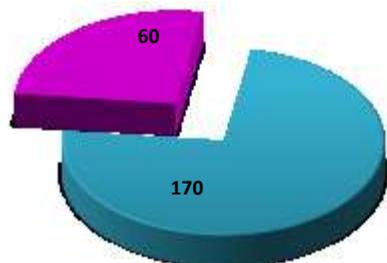
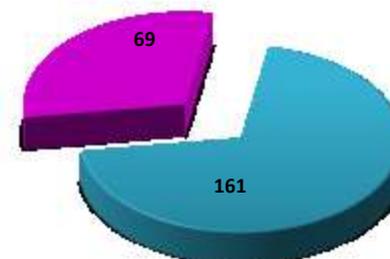


Gráfico 2
Deputados por Gênero Eleitos



■ Homens ■ Mulheres

Gráfico 3
Deputados por Gênero Efetivos em 14/09/2014

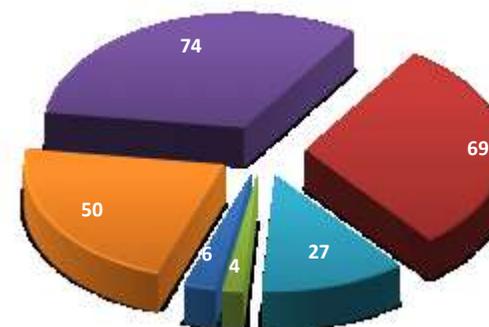


■ Homens ■ Mulheres

Tabela 2
Deputados efetivos em 14/09/2014
Grupos Etários

Grupo Etário	Total
21 - 30 anos	6
31 - 40 anos	50
41 - 50 anos	74
51 - 60 anos	69
61 - 70 anos	27
71 ou mais	4
Total	230

Gráfico 4
Deputados efetivos em 14/09/2014
Grupos Etários

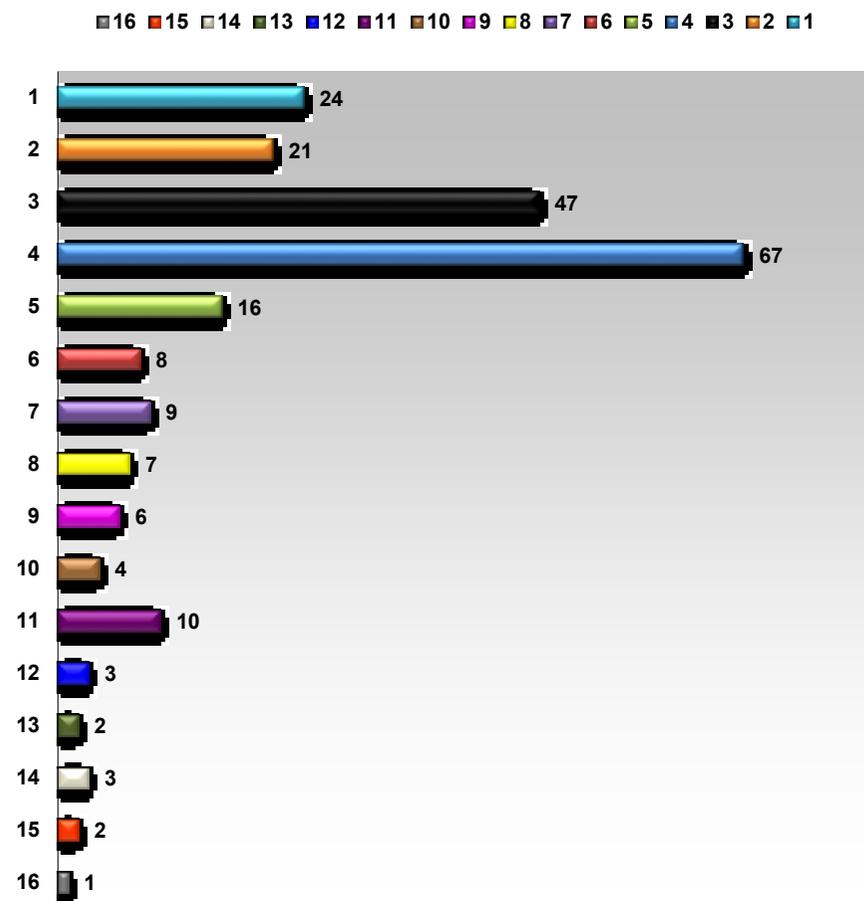


■ 21-30 anos ■ 31-40 anos ■ 41-50 anos ■ 51-60 anos ■ 61-70 anos ■ 71 ou mais

Tabela 3
Deputados efetivos em 14/09/2014
Grupos Profissionais

N.º	Grupos Profissionais	Total
1	Dirigentes da AP e Gestores de Empresas	24
2	Técnicos Superiores da AP e das Empresas	21
3	Professores de todos os níveis de ensino	47
4	Advogados, Magistrados e outros Juristas	67
5	Economistas	16
6	Engenheiros	8
7	Outros especialistas de profissões intelectuais e científicas (Arquitetos, Historiadores, Sociólogos, Geólogos, Psicólogos)	9
8	Médicos, Farmacêuticos e Enfermeiros	7
9	Jornalistas, Escritores, Editores, Atores	6
10	Políticos	4
11	Técnicos e profissionais de nível intermédio (Agentes de Seguros, Animadores Sociais, Bancários, Profissionais do Turismo)	10
12	Pessoal Administrativo	3
13	Agricultores	2
14	Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	3
15	Estudantes	2
16	Reformado	1
Total		230

Gráfico 5
Deputados efetivos em 14/09/2014
Grupos Profissionais



REUNIÕES PLENÁRIAS, DA COMISSÃO PERMANENTE, DA CONFERÊNCIA DE LÍDERES, DA CONFERÊNCIA DOS PRESIDENTES DAS COMISSÕES PARLAMENTARES E DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Durante a 3.^a sessão legislativa da XII Legislatura, realizaram-se 108 reuniões plenárias, com a duração total de 323 horas e 52 minutos, e duas reuniões da Comissão Permanente, com a duração total de 1 hora e 34 minutos. A duração média das reuniões plenárias foi de 2 horas e 59 minutos.

O Canal Parlamento produziu 9900 horas de emissão (Cabo+Net+TDT) (em direito e em diferido) correspondentes a reuniões do Plenário, das comissões parlamentares e de outros eventos realizados na AR.

Das 108 reuniões plenárias, 107 foram ordinárias e uma solene – a Sessão Solene Comemorativa do XLI Aniversário do 25 de Abril.

Nesta sessão legislativa, o Parlamento, assembleia representativa de todos os cidadãos portugueses, no exercício das suas funções legislativa e de fiscalização da atividade do Governo, marcou a agenda política com as discussões referentes aos seguintes temas: as negociações formais das oitava, nona e décima avaliações do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal e, posteriormente, o seu termo, as perdas de vidas humanas nos incêndios florestais, o regime de renovação extraordinária dos contratos de trabalho a termo certo, bem como o regime e o modo de cálculo da compensação aplicável aos contratos objeto dessa renovação, a alteração ao Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de março, os resultados das eleições autárquicas e das eleições europeias, a medida anunciada pelo Governo de corte no valor nominal de pensões já atribuídas, o regime jurídico da requalificação de trabalhadores em funções públicas, as alterações ao Código do Processo Penal, o estabelecimento de mecanismos de convergência do regime de proteção social da função pública com o regime geral da segurança social, a reforma da tributação das sociedades, através da alteração do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a primeira alteração à Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro, que aprova as bases gerais do sistema de segurança social, a lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, as operações de gestão da dívida, a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, a política cultural do Governo, o regime de salvaguarda de ativos estratégicos essenciais para garantir a defesa e segurança nacional e a segurança do aprovisionamento do País em serviços fundamentais para o interesse nacional, nas áreas da energia, transportes e comunicações, a proposta de realização de um referendo sobre a possibilidade de coadoção pelo cônjuge ou unido de facto do mesmo sexo e sobre a possibilidade de adoção por casais do mesmo sexo, casados ou unidos de facto, o processo de venda do espólio de Joan Miró, a atual situação do setor da ciência, a reposição dos feriados nacionais abolidos, a proteção de devedores de crédito à habitação em situação económica, a Lei consolidando a legislação em matéria de direitos e deveres do utente dos serviços de saúde, a autonomização do crime de mutilação genital feminina, a possível adesão da Guiné Equatorial à CPLP, a adoção de medidas sobre a praxe, a cobrança, pelas instituições de crédito, de comissões, despesas ou outros encargos pela manutenção de contas de depósito à ordem, a modificação do valor dos descontos a efetuar para os subsistemas de proteção social no âmbito dos cuidados de saúde, concretamente da Direção-Geral de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas (ADSE), dos Serviços de Assistência na Doença (SAD) e da Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas (ADM), a titularidade dos recursos hídricos, medidas de combate à violência em ambiente escolar, o novo Código do Procedimento Administrativo, o novo Código Fiscal do Investimento, as propostas de reposição do horário semanal de 35 horas na Administração Pública, a precariedade laboral, o regime jurídico da exploração e prática do jogo online, o pagamento do subsídio de Natal, a criação da contribuição de sustentabilidade e o ajustamento da taxa contributiva dos trabalhadores do sistema previdencial de segurança social e do regime de proteção social, a violência de género, os mecanismos das reduções remuneratórias temporárias e as condições da sua reversão no prazo máximo de quatro anos, a redução das subvenções públicas e dos limites máximos dos gastos nas campanhas eleitorais, a reforma de fiscalidade verde, o regime sancionatório aplicável aos maus-tratos contra animais e as medidas anunciadas pelo Banco de Portugal para resolver a crise que se verifica no Banco Espírito Santo (BES).

A **Comissão Permanente** é presidida pelo Presidente da Assembleia da República e composta pelos Vice-Presidentes e por Deputados indicados por todos os partidos, de acordo com a respetiva representatividade na Assembleia (41 membros).

A Comissão Permanente reuniu por duas vezes, nos dias 7 e 21 de agosto de 2014, na primeira ocasião para debater, a solicitação do GP do PS, as medidas anunciadas pelo Banco de Portugal para resolver a crise no Banco Espírito Santo (BES) e, na segunda, para marcação de plenário extraordinário, nos termos do art.º 41.º, n.º 1, alínea c) do RAR.

A **Conferência de Líderes** reuniu 24 vezes na 3.^a sessão da XII legislatura.

A Presidente da Assembleia reúne a Conferência sempre que entender necessário para o regular funcionamento da Assembleia e nela têm assento os presidentes dos grupos parlamentares ou os seus substitutos, que têm um número de votos igual ao número de Deputados que representam. Têm ainda o direito de estar presentes os Vice-Presidentes da AR e os Secretários da Mesa. O Governo tem o direito de se fazer representar na Conferência e pode intervir nos assuntos que não se relacionem exclusivamente com a Assembleia.

As decisões da Conferência, na falta de consenso, são tomadas por maioria, estando representada a maioria absoluta dos Deputados em efetividade de funções.

Na 3.ª sessão legislativa da XII legislatura, a Conferência deliberou regularmente sobre o calendário dos trabalhos parlamentares, a marcação das sessões plenárias e sobre os agendamentos para plenário, sobre a calendarização das audições com membros do Governo a realizar nas comissões parlamentares, bem como sobre o agendamento da eleição para os órgãos exteriores à AR.

Para além das deliberações supra mencionadas, destacam-se, pela sua importância, as que incidiram sobre os seguintes temas:

- Foi deliberado adotar na definição do calendário da atividade parlamentar durante a campanha para as eleições europeias, a mesma metodologia já seguida durante a campanha para as eleições autárquicas e não utilizar figuras regimentais mais complexas, como os agendamentos potestativos e outros, durante este período. As comissões parlamentares ficaram autorizadas a realizar reuniões sem necessidade de autorização da PAR, exclusivamente para conclusão de processos legislativos em curso.
- O GP do BE apresentou uma proposta de criação de uma comissão eventual ou grupo de trabalho para acompanhar a situação dos incêndios florestais, a qual foi acolhida por todos os GP, face à transversalidade da matéria, que abarca, pelo menos, três comissões. Foi assim deliberado constituir um grupo com uma representação paritária de todos os GP (dois Deputados por cada grupo), que seria coordenado pela Direção da Mesa do Parlamento (Presidente e Vice-Presidente), cabendo à PAR a respetiva constituição, fixação do mandato e data de início dos trabalhos.
O GT teria como mandato recolher, junto da sociedade, um conjunto de propostas que lhe permitisse, no final dos seus trabalhos, apresentar medidas concretas para lidar com o problema dos incêndios, fixando diretivas para o Legislador e para a Administração. Mais promoveria uma reflexão profunda sobre o tema e um conjunto de conclusões de ação, através de uma linha de ação pragmática.
O MPAP felicitou a AR pela iniciativa e pelo formato escolhido que permitiria abordar a problemática dos incêndios através de uma reflexão aprofundada e não estritamente partidarizada.
- Face à circunstância de vários Deputados eleitos vereadores na eleição autárquica de setembro de 2013 estarem a encontrar dificuldades de compatibilização dos calendários das reuniões desses executivos com os dias de trabalho parlamentar e o exercício do mandato de Deputado, a PAR pediu à Conferência sugestões para agir.
Foi considerado que os Líderes parlamentares poderiam falar com as direções partidárias, numa lógica de boa colaboração e de diálogo, para que se pudesse estabelecer uma comunicação colaborante ao nível das Câmaras.
A Conferência considerou ainda que, não tendo sido alterada a lei, não existiam motivos para que a mesma não continuasse a ser cumprida como sucedera até aí.

Sobre o tema da **qualidade da legislação**:

- O GP do PCP chamou a atenção para o “aumento do número de retificações às leis da Assembleia da República”. Referiu-se, especialmente, à retificação do Código do Processo Civil, para corrigir 14 erros ou incongruências do diploma, vários dos quais já constavam da proposta de lei apresentada no Parlamento, lembrando estar em causa a imagem deste e ser importante refletir sobre os prazos de apreciação das iniciativas, face à dificuldade de efetuar um escrutínio correto nos prazos atuais. Em resposta, o GP do PSD recordou que a AR é escrutinada não apenas pela qualidade da lei, mas também pela morosidade dos seus processos legislativos.
- A PAR lembrou que a AR estava já a dar passos para melhorar a qualidade legislativa, com o grupo de trabalho para a consolidação legislativa, que deveriam ser continuados com o reforço do apoio técnico às comissões e a criação de uma unidade técnica para a qualidade legislativa.

Informou, em reunião separada, da forma como estavam a decorrer os trabalhos do grupo de trabalho da consolidação legislativa, transmitindo que foi concluído um primeiro texto, sobre os direitos e deveres do utente dos serviços de saúde, feito em ligação com o Governo. O novo texto – subscrito por todos os GP – permite uma melhor compreensão e acessibilidade pelos cidadãos e pelos operadores jurídicos. Solicitou empenho continuado nos trabalhos do grupo por parte de todos os grupos parlamentares.

- A Conferência apreciou um projeto de articulado visando a criação, no Parlamento, de uma Unidade Técnica de Apoio Legislativo (alterando a resolução da Assembleia da República n.º 20/2004, de 16 de

fevereiro, que aprova a estrutura e competências dos serviços da Assembleia da República). A PAR apresentou o projeto, recordando os avanços do Grupo de Trabalho para a Consolidação Legislativa, no sentido da simplificação das leis, e afirmando a necessidade de criar uma estrutura técnica permanente que desenvolva esse trabalho e possa articular com as comissões nos termos previstos.

- Após a realização das eleições de 29 de setembro de 2013, a PAR considerou estarem reunidas as condições de distanciamento necessário para se proceder a uma reflexão e debate serenos sobre as leis eleitorais, com vista à sua reinterpretação, manutenção ou alteração.

Em matéria de **agendamentos**, destaca-se a abordagem pela Conferência dos seguintes temas:

- A Conferência deliberou comunicar às comissões parlamentares uma orientação no sentido de que, durante o processo orçamental, os trabalhos que extrapolassem a preparação do OE 2014 deveriam ser realizados com parcimónia e a título excecional, devendo dar-se prioridade à atividade parlamentar relativa à discussão do OE.
- Foram debatidas formas de valorização das petições e discutida a importância de promover o debate das mesmas em plenário, enquanto o objeto permanece útil.

No que se refere ao **processo legislativo**:

- Face a notícias da comunicação social que davam conta de ser controvertida a admissibilidade da discussão da PPL n.º 193/XII/3.^a (GOV): “Procede à primeira alteração à Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro”, antes de terminado o prazo de apreciação pública da iniciativa, a Conferência de Líderes debateu esta questão. Assim, o MPAP lembrou a prática parlamentar de a proposta de lei anual do Orçamento ser apreciada e votada na generalidade antes do termo da apreciação pública, sempre se assegurando que a votação da especialidade e a votação final global não ocorram antes de concluída aquela apreciação. Sobre o requerimento do PCP solicitando ao Governo o envio do relatório do orçamento retificativo, alegou que essa apresentação não é obrigatória, que a exposição de motivos da iniciativa explicava já cabalmente as medidas propostas e que a presença da Senhora Ministra na COFAP permitiria esclarecer todas as questões a propósito do documento. Realizado o debate com intervenções de todos os líderes parlamentares presentes, o PAR em exercício, Deputado Guilherme Silva, sublinhou a importância de os Deputados terem acesso a toda a informação relevante para o cumprimento do seu mandato. No que respeita à apreciação do Orçamento Retificativo, considerou que resultava do debate a manutenção do agendamento, visto estarem cumpridos todos os normativos legais e regimentais aplicáveis, bem como a jurisprudência do Tribunal Constitucional.
- O MPAP considerou que as comissões parlamentares estavam a demorar muito tempo a colocar as iniciativas legislativas em apreciação pública, solicitando à PAR que efetuasse um apelo junto dos Presidentes das Comissões, no sentido de ser promovida com maior celeridade a apreciação pública das iniciativas legislativas. A PAR recordou ter sido acordada nesta matéria uma dialética de comunicação entre o Governo e as Comissões, pelo que o Governo poderia contactar diretamente cada comissão no sentido de dinamizar o envio dos diplomas para apreciação pública, tendo assumido o compromisso de alertar os Presidentes das Comissões para essa questão.
- A questão colocou-se em reunião posterior, quando o GP do PCP lembrou que a Proposta de Lei n.º 182/XII/3.^a, que procede à primeira alteração à Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro, que aprova as bases gerais do sistema de segurança social, tinha visto o seu prazo de apreciação pública encurtado, sem que a urgência tivesse sido fundamentada. O MPAP referiu que tal situação se tinha ficado a dever à tardia submissão da iniciativa a apreciação pública, lembrando que as práticas das comissões parlamentares nesta matéria não era uniforme, existindo casos em que havia delegação de poderes da comissão no respetivo presidente e outros em que era a comissão a deliberar. Por outro lado, lembrou que a iniciativa tivera ampla discussão em sede de concertação social, que decorrera em agosto, considerando que o agendamento cumpria todas as regras constitucionais e regimentais.

A PAR referiu que já tinha realizado uma Conferência de Presidentes de Comissões Parlamentares sobre a temática do envio para apreciação pública das iniciativas legislativas referentes a legislação laboral, tendo solicitado a agilização da publicação das respetivas separatas que, todavia, era da competência das comissões parlamentares.

Sobre o **tratamento de petições e requerimentos**:

- A Vice-Presidente da AR, Deputada Teresa Caeiro, informou que os Vice-Presidentes recebem no âmbito das petições inúmeras exposições individuais, algumas com objetos dificilmente compreensíveis e muito

diversos, que poderiam merecer tratamento diverso das petições. A PAR assinalou a importância do trabalho dos Vice-Presidentes nas petições, realizado com rigor e retidão, o que era digno de registo e gratidão.

- O Secretário da Mesa, Deputado Duarte Pacheco, suscitou uma questão sobre o tratamento de documentos anexos aos requerimentos que possam ser classificados como confidenciais, bem como a situação aplicável às respostas aos mesmos que contenham elementos que venham classificados como confidenciais. Relativamente a estas peças, não se poderia cumprir a regra regimental de disponibilização de toda a documentação no site da Assembleia. Informou que a prática que vinha a ser seguida partia da consideração de que o Deputado que apresenta o requerimento ou pergunta estaria nas melhores condições de assinalar *ab initio*, a existência de dados pessoais ou de informação com uma classificação de segurança, não cabendo aos Serviços nem à Mesa fazer essa classificação.

A Conferência considerou ser necessária uma definição de boas práticas para o tratamento a dar à informação sensível ou classificada, produzida internamente ou recebida do exterior. Essas práticas ou regras não podem nunca colidir com o princípio geral da publicidade dos trabalhos parlamentares, mas devem observar as garantias quer individuais quer da segurança do Estado no tratamento da informação.

No que se refere à **relação da AR com outros órgãos**:

- Foi convocada reunião da Conferência, na sequência de carta recebida do PM, em que este expressava dúvidas interpretativas quanto ao exato alcance da limitação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade das normas do art.º 33.º da Lei do Orçamento do Estado para 2014, contida no acórdão proferido pelo Tribunal Constitucional, solicitando à AR que se dirigisse àquele tribunal no sentido de promover a aclaração do mesmo. Dirigiu o PM esta carta à Senhora PAR, por estarem em causa normas constantes de Lei aprovada pela Assembleia da República e por entender não ter legitimidade para se dirigir diretamente ao Tribunal Constitucional.

Apresentadas as posições dos GP, dos Vice-Presidentes e dos membros do Governo presentes quanto ao pedido, a PAR voltou a usar da palavra para relembrar que, não sendo o Governo o autor da norma, teria que se dirigir ao autor da norma que era a AR, não se podendo dirigir a mais ninguém. Recordou que já tinha havido precedentes de pedidos de aclaração, concretamente, um pedido de nulidade solicitado por um Presidente da República e pedidos de aclaração por parte do Governo relativamente a decretos-lei.

Foi apresentada proposta de decisão e os Deputados Luís Montenegro e Nuno Magalhães declararam que entendiam que a deliberação podia ser tomada em Conferência, posição não acompanhada pelos Deputados Alberto Martins, António Braga, João Oliveira, Pedro Filipe Soares e José Luís Ferreira, que entenderam que a mesma só poderia ser tomada em Plenário. Estes últimos Deputados declararam que não participariam na votação da proposta e apresentariam de imediato recurso para Plenário, quer da sua admissão, quer da substância do pedido. A proposta acabou por ser admitida, após vencimento do recurso dos GP do PSD e do CDS-PP da decisão da PAR de não admissão, pelo facto de a competência para decidir se encontrar no Plenário, e votada favoravelmente com os votos favoráveis do PSD e CDS-PP, e recusa de participação dos GP do PS, PCP, BE e PEV. Os GP do PS, PCP, BE e PEV anunciaram de imediato o recurso desta decisão da CL para o Plenário da AR.

- O GP do PCP mostrou o seu desagrado por, no decurso de uma sessão plenária, o Secretário de Estado da Saúde se ter referido ao PCP como um “partido totalitário”, o que revelava falta de contenção no discurso político e lembrando a necessidade de respeitar os preceitos regimentais sobre o uso da palavra. O MPAP disse desconhecer tal episódio, referindo que, caso tenha ocorrido, não se podia rever em tais declarações. Reafirmou que, tanto o Governo como os GP que o apoiam, têm de forma coerente defendido a elevação do debate parlamentar. A PAR lembrou que a Mesa procura sempre o equilíbrio, apelando novamente a uma maior autorregulação dos intervenientes.
- O Líder do BE interveio para contestar o que sucedera em debate quinzenal com o Primeiro-Ministro que antecederia a reunião, em que aquele não respondera a perguntas de uma Deputada do BE, o que considerou intolerável, invocando a obrigação de resposta que decorre para o PM do artigo 224.º do RAR.

O MPAP recordou que cabe à Mesa fazer respeitar as regras sobre o uso da palavra, como por exemplo o n.º 2 do artigo 79.º, por forma a salvaguardar a dignidade do Parlamento, e que o PM pode sentir-se ofendido e indignado quando é insultado de forma sucessiva e reiterada, como teria sucedido na referida sessão. Os vários GP participaram na discussão e a PAR lembrou a dificuldade de definir os limites do que é e não é ofensa no debate. Defendeu o princípio de que um Parlamento é tanto mais digno quanto mais livre, recordou que, em tempo de crise, a dramatização das formas do debate leva a um

“enquistamento” que não ajuda o nosso tempo e considerou que, no caso em apreço, um silêncio sobre uma pergunta é uma resposta. Diferente seria uma recusa sistemática e reiterada, de largo alcance, em responder. Isso sim, seria a quebra das regras do Regimento e da Constituição. Apelou, por fim, à auto-regulação nesta matéria, embora a Mesa não se demita nunca das suas responsabilidades.

- O Líder do GP do PCP queixou-se de que, no plenário de dia 24 de janeiro de 2014, os dois Secretários de Estado que estavam na bancada do Governo (Secretários de Estado dos Assuntos Parlamentares e das Infraestruturas, Transportes e Comunicações) tinham abandonado o plenário sem responder às intervenções e questões colocadas pelo PCP. Estava em causa a Apreciação Parlamentar n.º 71/XII, apresentada pelo PCP sobre as alterações ao contrato de concessão dos CTT. Chamou ainda a atenção para o facto de o incidente ter também resultado da prática que já se iniciara na anterior legislatura, de cada GP reservar as suas inscrições para o último momento, numa tentativa de serem os últimos a intervir. Tal resolver-se-ia se o GP que pedisse o agendamento tivesse também o encerramento. Em todo o caso, seria necessário que a Conferência definisse regras de forma a obviar a novas situações como esta.

A SEAPI sublinhou que o Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares e das Infraestruturas, Transportes e Comunicações era o Secretário de Estado com mais presenças em plenário (4 vezes em 21 sessões) para além de ter estado já três vezes em comissão. No caso concreto, afirmou, tinha existido um erro da Mesa que pensara que o Secretário de Estado se tinha inscrito e lhe dera a palavra quanto tal não sucedera, tendo o PAR em exercício acabado por passar ao ponto seguinte da agenda por não haver inscrições, facto que aliás se repetira. A verdade é que o Governo só abandonara a sala quando já se estava no terceiro ponto da ordem do dia, como se poderia comprovar através do Canal Parlamento.

O MPAP disse que o Governo respeitará sempre as regras parlamentares que forem definidas para o debate em Plenário e considerou que o contraditório e o debate de ideias são a base da democracia, sendo importante preservá-las.

A PAR considerou que a atuação da Mesa e do Senhor Presidente em exercício tinha sido a correta e sublinhou a dificuldade de a Mesa gerir as inscrições ou a ausência delas. Disse privilegiar a espontaneidade do debate, mas tal não significa que os GP não devam fazer as inscrições para o debate em termos que não impliquem um hiato nos trabalhos parlamentares, ainda para mais tendo em conta a publicidade das sessões.

- Foi questionada pelo MPAP a circunstância de, na admissão de iniciativas legislativas, se estar a adotar um critério “demasiadamente abrangente, não respeitando critérios regimentais e constitucionais”, citando, a título de exemplo, a repetição de iniciativas com o mesmo objeto e que já tinham sido rejeitadas pelo Parlamento, bem como a apresentação de iniciativas que não respeitam a chamada “lei-travão” ou que violam a reserva de competência legislativa do Governo.
- A propósito de um incidente em que a 11.^a Comissão, de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local, se tinha recusado realizar a audição do Senhor Secretário de Estado da Administração Local, que tinha comparecido à audição em substituição do Senhor Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional (MADR), por considerar que este não tinha delegação de poderes em matéria de fundos europeus, tema que estaria em debate na audição, o MPAP solicitou a definição de um critério de razoabilidade para a substituição dos ministros secretários de Estado nas audições regimentais. Lembrou a este propósito que o MADR tem competências que abrangem a área de seis comissões parlamentares, pelo que seria impraticável a sua presença em 24 audições parlamentares. Expostos os argumentos de todas as bancadas, o PAR em exercício referiu que a gestão política desta matéria deveria ser feita com bom senso e que a existência de um incidente não deveria perturbar o bom funcionamento que tem pautado a realização de audições parlamentares em comissão. Sublinhou que a definição de um critério deveria passar não apenas pela Conferência de Líderes, mas também pela Conferência de Presidentes de Comissões Parlamentares que teria, seguramente, elementos adicionais sobre a realização de audições regimentais em comissão.

A PAR informou:

- Da realização da reunião do Bureau da Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo (AP UpM), em Lisboa, na sequência da Presidência daquele organismo pelo parlamento Português. O tema proposto como mobilizador da ação política da Assembleia Parlamentar foi o das migrações, tendo sido convidados a participar presidentes de autarquias de países do Sul da Europa e o diretor da Organização Internacional para as Migrações. A PAR informou ainda que iria dirigir um conjunto de sugestões concretas e imediatas ao Conselho Europeu, ao Parlamento Europeu e à Comissão Europeia e aos Estados-Membros da União Parlamentar.
- Da entrega pelo Deputado Marcos Perestrello de um projeto de resolução, propondo a trasladação da escritora Sophia de Mello Breyner Andresen para o Panteão, projeto esse que recolhia a unanimidade dos

GP. O projeto seguiria a sua tramitação normal, constituindo-se, nomeadamente, um grupo de trabalho para o efeito

Também sobre a concessão de honras do Panteão Nacional, a requerimento do GP do PS, foi apreciada a matéria da concessão daquelas honras a Eusébio da Silva Ferreira. A Conferência considerou ser de cumprir o disposto na Lei n.º 28/2000, de 29 de novembro, que define e regula as honras do Panteão Nacional (alterada pela Lei n.º 35/2003, de 22 de agosto), nos termos da qual a trasladação é da exclusiva competência da AR, pelo que competia a apresentação oportuna de um projeto de resolução, bem como a constituição de um grupo de trabalho, com representação de todos os GP.

A **Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares** reuniu quatro vezes durante a 3.ª sessão da XII Legislatura. Este órgão é presidido pela Presidente da Assembleia da República e reúne todos os Presidentes das Comissões Parlamentares, acompanhando com regularidade a atividade das comissões parlamentares e promovendo a elaboração, no início de cada sessão legislativa, de um relatório de progresso relativo à aprovação e entrada em vigor das leis e da consequente regulamentação, bem como, definindo, relativamente às leis aprovadas, aquelas sobre as quais deve recair uma análise qualitativa de avaliação dos conteúdos, dos seus recursos de aplicação e dos seus efeitos práticos.

Na sessão legislativa em apreço, entre os temas abordados em Conferência, destacam-se os relativos à avaliação tecnológica parlamentar, à possibilidade de realização de reuniões da Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares fora do Parlamento, à organização de um colóquio sobre a Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e a Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD), a metodologia de organização de conferências e outros eventos na AR, a constituição e acompanhamento da atividade dos GPA e o prazo de apreciação de resoluções em Comissão.

A Conferência debateu, por proposta do Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros, a participação de Deputados em reuniões interparlamentares através de videoconferência, sempre que não fosse possível a participação presencial. Foi unânime a posição de que tal sistema deve ser de utilização mais usual, na medida em que permite uma maior participação dos Deputados dos parlamentos nacionais. No entanto, não pode o mesmo ser encarado como uma alternativa à presença física dos Deputados naquelas reuniões, para evitar a menorização da Assembleia da República.

Depois de analisados por cada uma das comissões parlamentares, foram aprovados por unanimidade o Relatório de progresso sobre a aprovação e entrada em vigor das leis e da consequente regulamentação e o Relatório de informações a prestar à Assembleia da República, no âmbito da aprovação das Leis e dos Decretos-Lei, ambos referentes à 2.ª Sessão Legislativa da XII Legislatura.

No âmbito da metodologia de organização de conferências e outros eventos na AR, a PAR lembrou a distinção entre iniciativas internas, promovidas pelos GP, pelos Deputados ou pelas Comissões e iniciativas externas, cujo impulso procede de organizações da sociedade civil e outras exteriores à AR. Lembrou que os pedidos de autorização para realização de eventos, independentemente da sua iniciativa, devem ser remetidos ao Gabinete da PAR e levados à comissão conexas com a matéria do evento para parecer e coorganização. Foi ainda debatida a questão da inclusão de colóquios e conferências nos trabalhos de uma determinada Comissão, com a consequente obrigatoriedade de registo de presença dos Deputados, tendo a maioria dos presidentes de comissão representados exprimido ser a favor de soluções de consenso.

Sobre a constituição e acompanhamento da atividade dos grupos parlamentares de amizade, o Presidente da 2.ª Comissão, Deputado Sérgio Sousa Pinto, recordou que a Comissão a que presidia não estava a ser chamada a pronunciar-se sobre a constituição dos mesmos, não se dando assim corpo à possibilidade prevista no n.º 2 dos artigos 9.º e 10.º da Resolução da AR n.º 6/2003, de 14 de janeiro, alterada pela Resolução da AR n.º 26/2010, de 30 de março, nos termos da qual o Presidente da Assembleia da República pode solicitar parecer sobre o programa de atividades bem como sobre o relatório de atividades dos GPA à comissão parlamentar competente em matéria de política externa. Nesta sequência, a PAR determinou a remessa dos pedidos de constituição dos GPA à CNECP para parecer prévio.

Também a propósito dos GPA, a Conferência refletiu sobre o número de GPA na legislatura e os critérios para a sua constituição, sobre a sua composição, bem como sobre as deslocações realizadas por estes grupos.

O Deputado Jorge Machado, em representação do Presidente da 10ª Comissão, suscitou a hipótese de se passar a aplicar o método de Hondt à composição das delegações parlamentares, assim procurando assegurar a representatividade de todos os GP, tendo a PAR recordado que as orientações em vigor nesta matéria, reforçadas por despacho seu naquela legislatura, promoviam a pluralidade de representação.

Suscitada pelo Presidente da 5.^a Comissão, Deputado Eduardo Cabrita, a circunstância de muitas petições verem a sua tramitação prejudicada pela demora na prestação de informação necessária por parte do Governo, a PAR anunciou que daria nota do tema ao Ministro e à Secretária de Estado da Presidência e dos Assuntos Parlamentares.

O Presidente da 8.^a Comissão, Deputado Abel Baptista, sugeriu que a AR acompanhasse o tema da aplicação do Acordo Ortográfico nos países de língua portuguesa, sugerindo que fosse efetuado o levantamento do ponto de situação nos Estados da CPLP.

A requerimento do Presidente da 8.^a Comissão, a Conferência questionou-se sobre a definição de um prazo máximo de apreciação dos projetos de resolução em Comissão, à semelhança do que sucede regimentalmente para os projetos e propostas de lei. A PAR considerou que os projetos de resolução, como manifestação da vontade política dos proponentes, tinham de estar sujeitos a maior liberdade procedimental do que a estabelecida para os projetos e propostas de lei, no que foi acompanhada pelo Presidente da 3.^a Comissão, Deputado José Matos Correia. A Deputada Maria de Belém Roseira, Presidente da 18.^a Comissão, acrescentou que, face à multiplicação de projetos de resolução nas últimas legislaturas, a aplicação a estes projetos das mesmas regras que vigoram para as restantes iniciativas legislativas se traduziria numa desvalorização do processo legislativo.

Durante a 3.^a sessão da XII Legislatura, o **Conselho de Administração** reuniu 27 vezes.

O Conselho de Administração é um órgão de consulta e gestão, constituído na presente Legislatura por seis Deputados em representação de cada um dos grupos parlamentares, pelo Secretário-Geral da Assembleia da República e por um representante dos funcionários parlamentares. Nesta legislatura é presidido pelo Deputado Couto dos Santos.

As competências que legalmente lhe estão atribuídas são, designadamente:

- Pronunciar-se sobre a política geral de administração e os meios necessários à sua execução e, ainda, sobre a adjudicação de obras, a realização de estudos e a locação ou a aquisição de bens e serviços, assim como exercer a gestão financeira da Assembleia da República;
- Elaborar os planos de atividades, plurianuais e anuais, as propostas de orçamento e o relatório e a conta da Assembleia da República e, ainda, as propostas de resolução relativas à estrutura orgânica dos serviços da Assembleia da República, ao quadro do seu pessoal e ao estatuto dos funcionários parlamentares.

No âmbito das suas competências, podem destacar-se as seguintes decisões do Conselho de Administração:

Orçamento da Assembleia da República

O Conselho deu parecer favorável à proposta definitiva de OAR 2014, após as alterações orçamentais introduzidas em função das rubricas dos vencimentos e remunerações contidas na PPL n.º 178/XII/3.^a (OE 2014). O Presidente do CA salientou o facto de se tratar do orçamento mais baixo dos últimos anos, o que se ficava a dever ao empenhamento dos deputados e dos funcionários parlamentares.

O Quadro plurianual de programação orçamental (2015-2018) foi objeto de aprovação pelo Conselho, visando a sua integração no Documento de Estratégia Orçamental, consagrado na Lei de Enquadramento Orçamental, bem como a previsão das necessidades de financiamento com origem do no Orçamento do Estado para o mesmo período.

Os membros do Conselho em funções no ano de 2013 procederam à assinatura do Relatório e Conta de Gerência de 2013, a ser enviados ao Tribunal de Contas para emissão de parecer.

Em reunião no final da 3.^a sessão legislativa, o Conselho emitiu parecer favorável relativamente às linhas de orientação a ter em conta pelos serviços, aquando da elaboração do projeto de OAR 2015, entre as quais se destacam as seguintes:

- A inscrição de verbas estimadas que permitam dar continuidade ao trabalho desenvolvido em 2014, nas vertentes parlamentar, de atividades de apoio, de atividades de divulgação aos cidadãos do trabalho parlamentar e de restantes atividades, garantindo a prossecução de princípios de transparência, rigor, eficiência e dinamismo;
- Sem prejuízo da proposta de orçamento dos serviços para 2015 dever continuar a pautar-se por critérios de contenção e rigor, o OAR para 2015 deverá apresentar encargos não superiores às dotações ajustadas do OAR 2014, no que respeita aos projetos/ações a desenvolver pelos SAR em 2015 respeitantes a despesas que não as remunerações, nomeadamente para as rubricas não abrangidas pela aplicação dos artigos 33.º e seguintes da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que condicionaram a execução do OAR 2014, em virtude das poupanças conseguidas nos orçamentos dos últimos quatro anos;

- No que concerne às atividades a desenvolver pelas comissões parlamentares, pelas delegações da AR nas deslocações às organizações interparlamentares e pelos GPA, os encargos a orçamentar não podem ser superiores às dotações iniciais do OAR2014;
- No que respeita à orçamentação de verbas afetas a despesas com remunerações de Deputados, funcionários parlamentares, funcionários dos grupos parlamentares e pessoal dos gabinetes, ter em conta:
 - A redução remuneratória prevista na Lei n.º 52/2010, de 14 de dezembro, O estabelecido nos art.ºs 4.º, 5.º, 7.º e 9.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, com as alterações subsequentes que lhe foram introduzidas, devendo ser apresentado um projeto de mapa de pessoal dos SAR/2014 que tenha em conta as fundamentadas necessidades dos Serviços e, em simultâneo, a indispensável contenção destes recursos,
- A manutenção do atual valor das ajudas de custo e do subsídio de transporte e a aplicação dos regimes de trabalho extraordinário e do trabalho noturno,
- A adoção de medidas de contenção na realização de trabalho extraordinário em fins de semana e feriados;
- A inscrição dos encargos já existentes (Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações, ADSE, entre outros) referentes à contribuição d AR enquanto entidade patronal, a que acrescem os encargos sociais com os trabalhadores independentes, nos termos do novo Código Contributivo do Sistema Previdencial da Segurança Social;
- A consideração global das verbas provenientes do OE propostas pelas Entidades Autônomas para 2015, tendo em atenção que as respetivas propostas devem continuar a pautar-se por critérios de contenção e rigor, não devendo apresentar encargos superiores às dotações ajustadas do OAR2014, para as rubricas não abrangidas pela aplicação dos artigos 33.º e seguintes da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro. As verbas provenientes de receitas próprias e dos saldos de gerência dessas Entidades, à semelhança de anos anteriores, não constarão da proposta de OAR 2015, devendo as mesmas carregar o seu orçamento em aplicação disponibilizada para o efeito pela DGO, após confirmação dos valores do OE a inscrever no OAR2015.
- A inscrição das verbas necessárias a atividade dos diversos Conselhos que funcionam junto da AR, devendo igualmente ser tido em conta que os encargos a apresentar não poderão ser superiores as dotações ajustadas do OAR2014, para as rubricas não abrangidas pela aplicação dos artigos 33.º e seguintes da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, os quais condicionaram a execução do OAR 2014, devendo assim este tipo de despesa em 2015 sustentar-se nos mesmos princípios;
- A inscrição de verbas para fazer face ao pagamento das subvenções públicas para financiamento dos partidos políticos e para a campanha das eleições legislativas e eleições para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira
- A inscrição de verbas para fazer face ao pagamento das subvenções públicas para financiamento dos partidos políticos e para as campanhas das eleições;
- A inscrição das verbas previstas na LOFAR para remunerações do pessoal dos gabinetes dos grupos parlamentares (plafonds) e para subvenções para assessoria, tendo como referência o atual valor do IAS para 2013 (€419,22) nos termos do n.º 2 do artigo 3.º da Lei n.º 55/2010, de 24 de dezembro;
- A integração no OAR inicial de 2015 da totalidade do saldo de gerência da AR estimado a 31.12.2014, nos termos do artigo 51.º da LOFAR

Organização e funcionamento

A Secretária-Geral apresentou proposta de alteração do “Regulamento do Horário de Funcionamento e de Atendimento e Horário de Trabalho Diário Flexível dos Serviços da Assembleia da República”, com o objetivo de

promover o aumento do horário normal de trabalho dos funcionários parlamentares para quarenta horas semanais. A proposta mereceu o parecer favorável do CA, com a abstenção do Deputado José Lello e o voto contra dos Deputados Bruno Dias, Mariana Aiveca e José Luis Ferreira.

O Conselho deu parecer favorável relativamente à proposta de alteração do art.º 6.º do Regulamento do Estatuto do Funcionário Parlamentar Estudante, no sentido de ajustar o crédito de horas aí previsto ao novo horário de trabalho.

Perante o parecer da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), que propunha duas soluções alternativas para a Cripta dos Marqueses de Castelo Rodrigo, redescoberta em 2010, no Parque Interior do Palácio de São Bento, o fechamento ou a valorização através de obras no valor de, pelo menos, 300 mil euros, e, face à situação de contenção orçamental, o CA decidiu pelo fechamento da Cripta, sob todas as condições técnicas exigidas para a sua conservação.

Relativamente à proposta de despacho da Senhora Secretária-Geral que definia as orientações sobre como os SAR deveriam promover a redução dos preços dos contratos de aquisição de serviços abrangidos pelo art.º 83.º da Lei do OE 2014, o Conselho deu parecer favorável.

No tocante ao fornecimento de serviços de viagens e alojamentos e, na sequência do anteriormente deliberado em Conselho, os Serviços elaboraram parecer, tendo em vista encontrar a figura jurídica adequada a permitir que a AR receba, por cada deslocação ou alojamento, orçamentos de três agências de viagens, de forma a decidir pela melhor proposta. Os serviços propuseram a abertura de um concurso limitado por prévia qualificação que vise a adjudicação de três contratos a agências de viagens distintas, proposta que mereceu o parecer favorável do CA.

O Conselho tomou conhecimento do relatório do grupo de trabalho criado pela Secretária-Geral para analisar a eventual atribuição de autonomia financeira às entidades administrativas independentes que funcionam junto da AR, na sequência das recomendações do Tribunal de Contas. Face às soluções apresentadas pelo relatório, o Conselho deliberou comunicar à senhora PAR o entendimento de proceder ao agrupamento das entidades em dois grupos: um primeiro com autonomia administrativa e financeira, que integraria a Provedoria de Justiça, a Entidade Reguladora para a Comunicação Social, a Comissão Nacional de Proteção de Dados e a Comissão Nacional de Eleições; e um segundo, apenas com autonomia administrativa, que seria constituído pelas entidades que atualmente se encontram integradas no OAR, a saber: o Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN, o Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida, o Conselho de Fiscalização do Sistema de informações da República Portuguesa, o Conselho dos Julgados de Paz, o Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal e a Comissão para a Fiscalização do Segredo de Estado. Fora desta divisão ficariam a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos e o Conselho Nacional de Ética e das Ciências da Vida, que elaboram orçamentos separados do OAR, mas cuja dimensão desaconselha a inclusão no primeiro grupo. Nessa sequência, os serviços apresentaram três projetos legislativos, os quais, tendo merecido o parecer favorável do Conselho, foram submetidos à consideração da Conferência de Líderes.

O Conselho deu parecer favorável à proposta de lançamento de concurso público para a realização dos serviços de “diagnóstico, avaliação e plano de ação ambiental e energético às instalações da Assembleia da República”, à abertura de concurso público para o abastecimento de combustíveis para as viaturas ao serviço da AR e para o aquecimento das caldeiras para o Palácio de São Bento, e à abertura de procedimento para aquisição de serviços de consultoria para avaliação e reestruturação do sistema informático da AR, visando a identificação do modelo de serviços e de uma arquitetura que o suporte e que permita uma maior abertura ao mercado e uma aferição em tempo real dos custos ao nível do investimento e manutenção global do sistema informático.

O Conselho deu parecer favorável à atualização dos preços do refeitório em consequência da aprovação do Orçamento do Estado para 2014, bem como à alteração do Regulamento de Acesso ao Serviço de Refeitório da AR.

Após análise técnica à carteira de seguros da AR, o Conselho deu parecer favorável à abertura de procedimento concursal tendo em vista a aquisição de apólices de seguro para a AR, diretamente a seguradoras.

Foi dado parecer favorável à celebração de um protocolo com o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, na sequência de outros protocolos celebrados com universidades públicas, que possibilite a alunos daquela instituição, das licenciaturas e/ou mestrados em Ciência Política, Relações Internacionais, Ciências da Comunicação e Estratégia, a realização de estágios curriculares em áreas da atividade parlamentar e o acesso a períodos de formação em contexto de trabalho.

O Conselho pronunciou-se favoravelmente no sentido de a gestão dos orçamentos dos GPA ser feita de forma integrada.

No âmbito dos trabalhos de reestruturação dos depósitos da Divisão de Edições, de regularização dos dados nos sistema SIGAR/Gestão de existências e de implementação de procedimentos relativos à atividade livreira e à gestão de *stocks*, foi dado parecer favorável ao Manual de Procedimentos de Gestão de Stocks, ao Regulamento da Livraria Parlamentar, ao Regulamento para requisição de ofertas de peças exclusivas da AR e ao Regulamento de fixação de preços e distribuição de artigos da AR.

Obras

O CA emitiu parecer favorável, designadamente, relativamente à adjudicação da empreitada de obras para as novas instalações da caserna (Serviço de Segurança) no piso térreo do Edifício Novo, e à decisão de adjudicação no âmbito do concurso público para realização da empreitada de beneficiação das coberturas da Escadaria Nobre e dos Passos Perdidos, do Palácio de S. Bento.

Cooperação

Seguindo orientações do Conselho, o Secretário-Geral apresentou documento traçando as linhas gerais sobre a política de cooperação na AR, o qual mereceu parecer favorável do Conselho. Foram acentuados os seguintes princípios: a AR pretende dar continuidade aos programas de cooperação, a cooperação ao nível técnico deve ser assegurada, sempre que possível, por funcionários parlamentares, e, excecionalmente, quando estiver em causa o funcionamento dos serviços, pode recorrer-se à cedência de interesse público com formação na AR, para as situações em que, no âmbito da cooperação, se exijam ausências prolongadas de técnicos parlamentares.

Tabela 4

Reuniões Plenárias, da Comissão Permanente, da Conferência de Líderes, da Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares e do Conselho de Administração

Tipo de Reunião		Nº Reuniões	
Plenárias	Ordinárias	107	108
	Solenes	1	
Comissão Permanente		2	
Conferência de Líderes		24	
Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares		4	
Conselho de Administração		27	

COMPOSIÇÃO E ATIVIDADE DAS COMISSÕES PARLAMENTARES

COMISSÕES PARLAMENTARES PERMANENTES

Na 3.^a sessão legislativa da XII Legislatura estiveram em funcionamento 12 Comissões Permanentes, número fixado obedecendo ao definido legalmente no início da Legislatura, pela Deliberação n.º 1-PL/2011 – Elenco e composição das comissões parlamentares permanentes.

Na tabela e gráfico seguintes, são apresentados o número de reuniões, bem como as horas de reunião, audições, visitas e deslocações, conferências, colóquios e seminários de cada Comissão Parlamentar Permanente.

Tabela 5
Comissões Parlamentares Permanentes e Subcomissões
Reuniões/Horas Reuniões/Audições/Audiências/Visitas e Deslocações/Conferências, Colóquios e Seminários

	<i>Comissões Permanentes e Subcomissões</i>	Nº Reuniões	Nº Horas Reuniões Horas / Minutos	Nº Audições	Nº Audiências	Nº Visitas e Deslocações	Nº Conferências, Colóquios e Seminários
1 ^a	Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias	81	180:02	40	16	31	5
2 ^a	Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas	53	97:27	15	42	9	4
3 ^a	Defesa Nacional	56	111:39	26	16	24	1
4 ^a	Assuntos Europeus	52	114:40	29	20	16	1
5 ^a	Orçamento, Finanças e Administração Pública	114	334:15	123	44	9	1
6 ^a	Economia e Obras Públicas	64	159:28	45	5	12	5
7 ^a	Agricultura e Mar	70	153:07	44	24	2	1
8 ^a	Educação, Ciência e Cultura	110	235:21	54	49	59	14
9 ^a	Saúde	44 ¹	162:09	19 ²	48	3	2
10 ^a	Segurança Social e Trabalho	67	95:32	43	25	9	-
11 ^a	Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local	60	111:31	33	3	3	-
12 ^a	Ética, Cidadania e Comunicação	66	109:41	35	3	4	3
Total		837	1864:52:00	506	295	181	37

¹ Inclui uma reunião da Presidente com Coordenadores.

² Sete das audições são no âmbito de petições

Gráfico 6
Comissões Parlamentares Permanentes
Reuniões

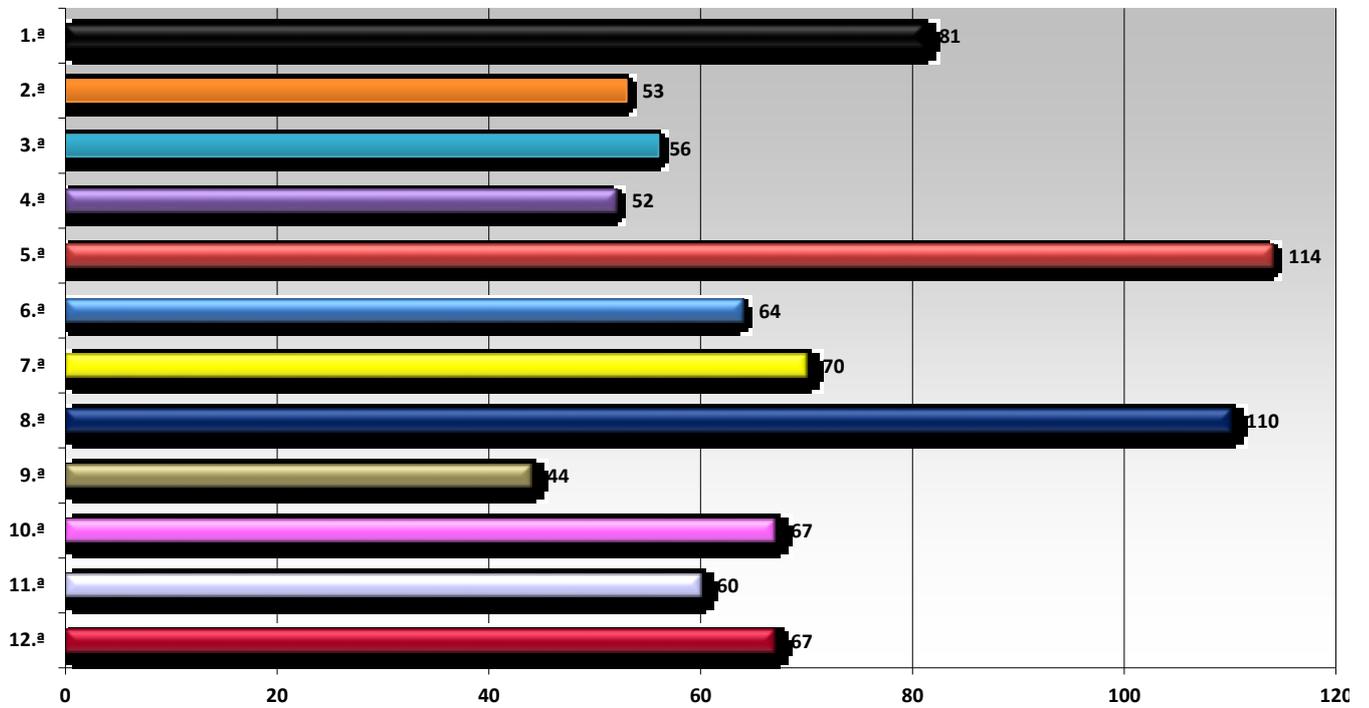


Tabela 6
Comissões Parlamentares Permanentes
Reuniões por Grupo de Trabalho

Comissões	Grupos de Trabalho	Nº Reuniões	Nº Audições	Nº Audiências	Comissões	Grupos de Trabalho	Nº Reuniões	Nº Audições	Nº Audiências	
1ª - CACDLG	Audição de Peticionantes	4	3	1						
	Acompanhamento da Aplicação das Medidas Políticas e Legislativas de Combate à Corrupção	3	2	-	9ª - CS	Alcool e Toxicodependência	3	-	1	
	Júri do Prémio Direitos Humanos 2013	2	-	-		Procriação Medicamente Assistida (PJL 131-PS e 138-PSD)	7	-	-	
	Implicações Legislativas da Convenção de Istambul	6	6	-		Investigação Clínica (PPL-146-GOV)	12	10	1	
	Tribunal Arbitral do Desporto II (PJL-523-PSD/CDS-PP)	6	5	-		Ictiose / Doenças Raras (PJL 187-CDS-PP, PJL 487-PEV e PJL 489-BE)	9	5	-	
3ª - CDN	Audiências	7	-	7		Modifica os atuais limites das coimas de vários regimes jurídicos [PPL 205/XII/3.ª (GOV)]	4	1	-	
	Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (PPL-184-GOV)	9	-	8		Cuidados de saúde transfronteiriços [PPL 206/XII/3.ª (GOV)]	1	-	-	
	Comissões Bancárias	12	14	-		Qualidade e segurança de tecidos, células e órgãos [PPL 215/XII/3.ª (GOV) e 219/XII/3.ª (GOV)]	1	-	-	
5ª - COFAP	Contratos de Crédito à Habitação (alteração de legislação)	6	3	-	10ª - CSST	Audiências - 10ª CSST	8	-	14	
	Crédito à habitação de pessoas com deficiência	4	-	-		Simplificação do regime de acesso e exercício da atividade das agências privadas de colocação de candidatos a empregos (PPL-134-GOV) - Encerrado(a)	3	-	-	
	Audiências - 6.ª CEOP	7	1	7		Segunda alteração à Lei 102-2009, que aprova o regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho (PPL-156-GOV) - Encerrado(a)	5	-	-	
	Turismo	6	3	1		Alteração à Lei nº 108/91, de 17 de agosto, que regula o Conselho Económico e Social (PJL-363-PS, 383-PEV, 384-PEV, 385-PEV, 388-PSD, 484-PS, 488-BE, 491-PSD e 492-PS)	23	-	-	
	Segurança Rodoviária	13	6	-		Exercício da Profissão de Podologista (PPL-203-GOV)	5	-	-	
6ª - CEOP	Trabalhos Preparatórios para Elaboração de uma Lei de Bases da Qualidade, Inovação, Competitividade e Empreendedorismo	1	-	-		11ª - CAOTPL	Audiências - 11.ª CAOTPL	6	-	7
	Setor Automóvel	8	-	1			Lei de Bases do Ambiente (Alterações - PJL-29-PEV, PJL-39-BE, PJL-143-PS, PJL-154-PCP e PPL-79-GOV) - Encerrado(a)	2	-	-
	Para o Setor da Construção	2	-	2	AUGI - Áreas Urbanas de Génese Ilegal (PJL-418-PCP, PJL-431-BE, PJL-433-PSD-CDS-PP, PJL-434-PS e PJR-801-PS)		2	-	-	
7ª - CAM	Estabelece as Bases do Ordenamento e da Gestão do Espaço Marítimo Nacional (PPL 133 GOV)	15	21	-	Para proceder à identificação dos condicionalismos legais existentes relativamente ao processo de reconversão das áreas urbanas de génese ilegal		7	-	-	
	Currículos dos Ensinos Básico e Secundário	5	1	-	Alteração de limites e denominação de autarquias		3	-	-	
	Parlamento dos Jovens	11	-	-	12ª - CPECC		Registo de Interesses	1	-	-
	Desporto	12	2	1			Audiências - 12ª CPECC	1	-	1
8ª - CECC	Educação Especial	13	1	9						
	Indisciplina em Meio Escolar	2	-	-						
	Partilha de Dados Informáticos	12	4	3	Total		269	88	64	

Na sequência da entrada em vigor do Tratado de Lisboa e da consolidação da metodologia de escrutínio das iniciativas europeias pela Comissão de Assuntos Europeus (CAE), tem vindo a crescer significativamente o número de iniciativas alvo de escrutínio. A CAE recebe as iniciativas europeias (legislativas e não legislativas) da Comissão Europeia e de outras instituições, que distribui às comissões parlamentares em razão da matéria, para conhecimento ou elaboração de relatório. Esse relatório é remetido à Comissão de Assuntos Europeus, que elabora o seu Parecer, dando por concluído o processo de escrutínio.

A tabela que se insere abaixo dá a visualização desses processos de escrutínio, apreciados pelas comissões parlamentares permanentes e concluídos pela CAE.

A partir das 962 iniciativas europeias distribuídas, foram concluídos pela CAE 154 processos de escrutínio.

Tabela 7

Processos de Escrutínio das Iniciativas Europeias concluídos pela Comissão de Assuntos Europeus e apreciados pelas Comissões Parlamentares Permanentes³

Comissão	Iniciativas Europeias distribuídas (selecionadas / não selecionadas)	Relatórios aprovados nas Comissões Parlamentares Permanentes	Pareceres aprovados na Comissão de Assuntos Europeus	Número de processos de escrutínio enviados às instituições europeias	
				C/ Resolução AR (Violação Princípio Subsidiariedade)	S/ Resolução AR
Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias	107	44	42	-	154
Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas	166	4	6		
Defesa Nacional	23	5	5		
Assuntos Europeus	14	2	2		
Orçamento, Finanças e Administração Pública	210	27	24		
Economia e Obras Públicas	199	23	22		
Agricultura e Mar	106	16	14		
Educação, Ciência e Cultura	26	15	13		
Saúde	10	8	6		
Segurança Social e Trabalho	47	9	8		
Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local	51	24	10		
Ética, Cidadania e Comunicação	3	2	2		
Total	962	179	154		

De acordo com o entendimento consensualizado na Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares na 1.ª sessão legislativa da presente legislatura, foi dada prevalência à formação de grupos de trabalho no âmbito das comissões, adotando-se um critério de contenção na criação de subcomissões. Assim, foi criada apenas a Subcomissão de Igualdade, no âmbito da 1ª Comissão, cuja atividade na sessão em apreço se encontra espelhada na tabela e gráfico abaixo.

³ As iniciativas europeias são distribuídas às Comissões Parlamentares competentes, em razão da matéria, que as escrutinam separadamente ou em conjunto, e elaboram um relatório. Esse Relatório é remetido à Comissão de Assuntos Europeus, que elabora o seu Parecer, dando por concluído o processo de escrutínio.

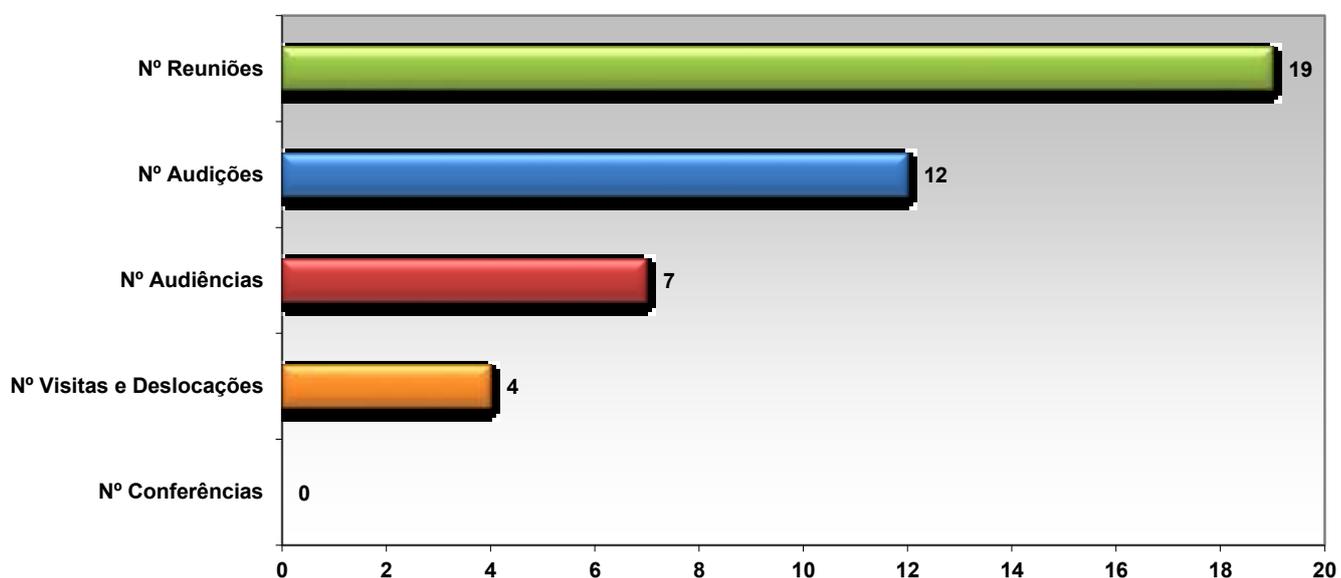
Tabela 8

Subcomissões
Atividade das Subcomissões

Nº Comissã	Subcomissão	Nº Reuniões	Nº Horas	Nº Audições	Nº Audiências	Nº Visitas e Deslocações	Nº Conferências, Colóquios e Seminários	
			Reuniões					
			Horas / Minutos					
1ª	Igualdade	19	38:20	12	7	4	-	
Total		19	38:20	12	7	4	-	

Gráfico 7

Subcomissões
Atividade da Subcomissão de Igualdade



A diversidade de atividades desenvolvidas pelas Comissões e Subcomissões merece tratamento autónomo pelo que de seguida é apresentado relato sucinto⁴.

⁴ Efetuado a partir dos relatórios de atividades aprovados pelas comissões, no final da sessão.

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias – CACDLG

A 3.^a Sessão Legislativa foi um período de extensos debates nas áreas suscitadas pela apresentação das 85 iniciativas legislativas de cuja apreciação a Comissão foi incumbida e que deram origem à aprovação de Leis da AR, em matérias de que se destacam as leis do procedimento extrajudicial pré-executivo, do segredo de Estado, e respetiva entidade fiscalizadora, do Código do Procedimento Administrativo, da criação da Comissão da Assembleia da República para a Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa, das Comissões de Inquérito da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores ou da Comissão de Acompanhamento dos Auxiliares de Justiça; as alterações à Lei-Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa e à Lei que estabelece a orgânica do Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa, do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e do Serviço de Informações de Segurança; ao Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos; à Lei que estabelece normas de execução da decisão do Conselho da União Europeia que cria a EUROJUST; ao Regulamento de Disciplina da Guarda Nacional Republicana; ao Código Penal, no sentido de qualificar os crimes de homicídio e de ofensas à integridade física cometidos contra solicitadores, agentes de execução e administradores judiciais, e de criminalizar os maus tratos a animais de companhia; ou à Lei que cria o Tribunal Arbitral do Desporto.

Das 85 iniciativas legislativas apreciadas, uma pequena parte não chegou a merecer parecer da Comissão, por ter baixado em data coincidente com a da sua apreciação em Plenário ou sem a antecedência mínima suficiente, muito embora se trate de um número pouco significativo de iniciativas, pois que a Comissão sempre procurou emitir parecer sobre todas as iniciativas, mesmo em situações de prazos regimentais reduzidos.

Tal situação veio confirmar uma preocupação que já havia sido expressa nas anteriores sessões legislativas, relativa à necessidade de cumprimento dos prazos estritos para a apreciação de iniciativas legislativas previstos no Regimento de 2007, designadamente para a elaboração, pela Comissão competente, do parecer prévio à sua discussão e votação, na generalidade, em Plenário.

Com efeito, se é verdade que o RAR admite o “consenso estabelecido na Conferência de Líderes no sentido de a discussão em comissão parlamentar ou em reunião plenária poder ter lugar com dispensa dos prazos estabelecidos”, os agendamentos urgentes das iniciativas legislativas surgem em prejuízo da boa qualidade das leis. Tal celeridade não só não permite, em alguns casos, e dificulta, noutros, a elaboração de notas técnicas pelos serviços da AR, como dificulta à Comissão a apreciação da iniciativa, a consulta pública das entidades interessadas, a elaboração do parecer, que o RAR impõe que seja “devidamente fundamentado”, o debate atempado e informado e a consequente decisão legislativa que, para além dos critérios políticos, não pode deixar de ser uma decisão informada. Tendo em vista a apreciação e discussão das matérias objeto das iniciativas apreciadas, e também no âmbito do seu poder de fiscalização da atividade do Governo, a Comissão ouviu, para além dos membros do Governo com competência naquelas áreas, diversas outras entidades especializadas nas matérias em causa ou representativas dos sectores envolvidos.

No âmbito da sua competência de acompanhamento das políticas relativas à Justiça, à Administração Interna e à Igualdade, a Comissão procedeu à audição dos membros do Governo competentes (a que se refere o n.º 2 do artigo 104.º do RAR e às motivadas por requerimento) e de outras entidades, em diferentes áreas temáticas, quer por incumbência legal quer a requerimento dos GP. Das 40 audições realizadas na Comissão e das cerca de 30 realizadas em Subcomissão e em grupos de trabalho, para além das dos membros do Governo, destacam-se as dos candidatos a vogais da Comissão Nacional de Eleições e da Comissão Nacional de Proteção de Dados; do Conselho Superior de Magistratura; da Procuradora-Geral da República; do Provedor de Justiça; do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna; do Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa; do Conselho de Prevenção da Corrupção; do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras; do Presidente da Comissão do Mercado de Valores Imobiliários; do Presidente do Banco de Portugal; da Inspetora-Geral da Administração Interna; da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização dos Centros Educativos; da Comissão de Fiscalização de Dados dos Serviços de Informação da República Portuguesa; dos candidatos ao Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal; das personalidades apresentadas pelo Governo para o cargo de membro nacional da EUROJUST e para o cargo de Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna. Das audições realizadas em sede de Subcomissão, destacam-se as relacionadas com os temas “Igualdade de Género em tempos de crise” e “A Convenção de Istambul – Políticas Públicas”, bem como as levadas a cabo pelo Grupo de Trabalho “Implicações Legislativas da Convenção de Istambul”.

A Comissão, o Presidente, ou um grupo de Deputados, concederam 16 audiências, entre outras, ao Conselho Português dos Refugiados; à Amnistia Internacional Portugal; ao Sindicato dos Magistrados do Ministério Público; à Associação Nacional dos Municípios Portugueses; à Comissão Nacional de Proteção de Dados; ao Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural; à Polícia Nacional de Angola; ao Sindicato do Corpo da Guarda Prisional; à Comissão de Assuntos Sociais, Tecnologias e Comunicação Social da Assembleia da

República de Moçambique e à Comissão de Direitos Humanos, Género e Cidadania da Assembleia Nacional de S. Tomé e Príncipe.

No que concerne às 44 petições apreciadas pela Comissão, foi concluída a quase totalidade das petições pendentes, incluindo 3 que haviam transitado da 2.ª sessão legislativa; e 41 das 45 entradas na presente sessão, que mereceram apreciação, suscitaram diligências de informação e audição obrigatórias dos peticionantes, transitando apenas para a próxima sessão legislativa cinco petições.

A Comissão procurou desburocratizar o tratamento do expediente recebido, tendo apreciado vários documentos (na ordem das nove centenas), muitos dos quais contendo verdadeiras queixas ou reclamações, correspondendo à perceção de que a apreciação daquelas exposições se traduz num esforço de aproximação do poder político aos cidadãos, permitindo, em muitos casos, não só contribuir para resolver problemas individuais, como também detetar eventuais deficiências legislativas nas áreas de ação da Comissão. A Comissão intensificou o acompanhamento de iniciativas legislativas e não legislativas europeias, através da emissão de 38 relatórios, de acordo com a nova metodologia resultante do Tratado de Lisboa e da alteração, em 2012, da Lei n.º 43/2006.

No âmbito do acompanhamento dos assuntos europeus, a Comissão participou ainda em reuniões interparlamentares dos parlamentos nacionais dos Estados-Membros e do Parlamento Europeu, em Bruxelas, designadamente sobre as futuras prioridades no domínio das liberdades cívicas, justiça e assuntos internos; sobre a justiça na União Europeia; e sobre o papel dos parlamentos nacionais na “global governance”; na Conferência de Presidentes de Comissões de Assuntos Internos dos Parlamentos da União Europeia, em Atenas, e na Conferência sobre o combate aos crimes de ódio, em Vilnius; no 4.º Fórum Luso-Espanhol, bem como em simpósios sobre direitos humanos, violência sexual, doméstica e de género, prostituição, tráfico de seres humanos, corrupção, sistema de informações, tribunais e justiça. Entre as 81 reuniões realizadas na 3.ª sessão, conta-se a cerimónia de entrega do Prémio Direitos Humanos 2013, promovida pela Comissão; a Conferência “Direitos Fundamentais da Criança e Educação Inclusiva”, em coorganização com a Comissão de Educação, Ciência e Cultura; a Conferência Internacional “Os Julgados de Paz nos Caminhos da Justiça”, em colaboração com o Conselho dos Julgados de Paz; a Sessão de Homenagem aos Advogados dos Presos Políticos nos Tribunais Plenários”, em colaboração com o Movimento Cívico Não Apaguem a Memória”; e a exposição “My Life as a Refugee”, em colaboração com o Serviço Jesuíta para os Refugiados.

Subcomissão de Igualdade

A Subcomissão de Igualdade da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias é composta por 13 Deputados e presidida pela Deputada Elza Pais, do PS. Durante o período de referência, realizou 19 reuniões e efetuou as seguintes deslocações – o jantar comemorativo do Dia Internacional das Mulheres, na Casa do Alentejo, em Lisboa (11 de março de 2014), reuniões em Bruxelas subordinadas ao temas: “Violence against women across the EU: Abuse at home, work, in public and online” e “Preventing violence against women – a challenge for all” (5 de março de 2014) e uma visita de trabalho ao Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo, para reunião com um grupo de reclusas envolvidas em projetos de reinserção, designadamente no programa de empreendedorismo feminino (8 de março de 2014), doze audições e sete audiências.

De acordo com o Plano de Atividades aprovado pela Subcomissão para a XII legislatura, o tema central escolhido para a 3.ª sessão legislativa foi a “Igualdade de género em tempos de crise”.

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas – CNECP

Na 3.ª sessão da XII legislatura, “mantiveram-se alguns dos temas prioritários da atividade da Comissão que já tinham sido eleitos como tal nas sessões legislativas precedentes, designadamente a Língua Portuguesa e a Política de Cooperação, a que acresceram outros decorrentes designadamente da situação política internacional, como o acompanhamento da situação na Ucrânia e na faixa de Gaza. Sem detrimento do exercício integral das suas competências, a Comissão deu ainda prioridade ao acompanhamento das matérias relativas aos novos fluxos migratórios, ao Tratado Transatlântico de Comércio e Investimento entre a União Europeia e os Estados Unidos da América e à estratégia do mar.

De destacar nesta sessão legislativa, a cooperação com a Assembleia da República de Moçambique, tendo a Comissão recebido duas delegações da Comissão homóloga, Comissão de Relações Internacionais, para troca de experiência e aprofundamento da cooperação entre os dois parlamentos. Como previsto no Plano de Atividades, delegação da Comissão deslocou-se a Moçambique, entre os dias 16 e 23 de março do corrente ano, coincidindo com o reinício dos trabalhos parlamentares e com primeira sessão plenária da Assembleia da República de Moçambique.

O saldo desta visita foi claramente positivo, quer em termos do relacionamento entre os dois Parlamentos quer mais especificamente ao nível das duas Comissões Parlamentares, e desta visita saiu reforçada a importância da

cooperação a nível parlamentar, bem como entre os dois países. Para o saldo positivo desta visita, concorreu significativamente o programa desenhado pela Embaixada Portuguesa e o acompanhamento prestado, quer pela Embaixada, quer pelo Consulado, que permitiu aos membros da delegação conhecerem *in loco* a realidade da comunidade portuguesa residente em Moçambique e projetos de cooperação apoiados por Portugal.

De referir que não houve audição de embaixadores portugueses no início de funções em novos postos, prática já habitual da Comissão e que visa permitir o acompanhamento da ação da diplomacia nacional em algumas linhas definidas como prioritárias na política externa portuguesa, porque, apesar do pedido reiterado, a informação sobre as normações não foi facultada à Comissão.

Durante o período em análise, a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas realizou 53 reuniões e organizou em colaboração com outras entidades quatro eventos, todos na Sala do Senado da AR – o Colóquio Parlamentar sobre Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD), o Seminário Diplomático organizado pelo Instituto Diplomático, dedicado ao Comércio Internacional + Mundo Português + Reunião na Gulbenkian, a Conferência "As relações Portugal-América Latina", e o Colóquio Parlamentar por ocasião do 35.º aniversário das relações diplomáticas entre a República Portuguesa e a República Popular da China.

Realizaram-se 15 audições e concederam-se a 42 audiências a entidades diversas.

Comissão de Defesa Nacional – CDN

A Comissão exerceu o importante escrutínio do Governo, com diversas audições do Ministro da Defesa Nacional, tanto regimentais como outras, sobre matérias de especial relevância e oportunidade na área da Defesa Nacional, nomeadamente decorrentes dos compromissos europeu e internacionais de Portugal, que incluíram a Secretária de Estado Adjunta da Defesa Nacional e, ainda, o Secretário de Estado do Mar.

Aspeto particular do escrutínio político exercido pela Comissão foi a realização de várias audições sobre os Estaleiros Navais de Viana do Castelo, processo que foi suspenso com a aprovação parlamentar de uma Comissão de inquérito para esta matéria.

Em novembro de 2013, a Comissão realizou um Colóquio Parlamentar sobre a Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e a Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD), com importantes participações, que permitiu municiar o Parlamento com informações e reflexões com vista ao Conselho Europeu sobre Defesa.

A Comissão, na sequência da prática anterior, procedeu à audição dos novos Chefes Militares, bem como do Conselho de Fiscalização e do Secretário-geral dos Serviços de Informações-SIRP, na sua especial área de competência.

No âmbito do processo legislativo, foram apreciadas as iniciativas submetidas à apreciação da Comissão, com especial relevo para as Propostas de Lei de alteração da Lei de Defesa Nacional e da Lei orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas, que incluíram a audição dos Chefes de Estado maior General e dos 3 ramos da Forças Armadas, bem como de anteriores responsáveis nesta área, tanto de Chefes Militares, como de Ministros da Defesa Nacional.

Foram também aprovados diversos pareceres, designadamente os relativos ao Orçamento do Estado para 2014 e às Grandes Opções do Plano para 2014, à Conta Geral do Estado de 2012, à participação de Portugal no processo de construção de União Europeia - 2013, na parte referente à Defesa Nacional, e, ainda, pareceres no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias.

Finalmente, refira-se que a Comissão esteve presente, através do seu Presidente ou Vice-Presidentes, em diversas cerimónias militares, tendo ainda sido assegurada a representação em importantes reuniões no estrangeiro em matérias da área de competências da Comissão, de que se destacam a reunião da Conferência Interparlamentar sobre Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) realizada no âmbito da presidência grega da União Europeia.

Foi também recebido, como já é tradição da Comissão, o Curso de Defesa Nacional, do Instituto da Defesa Nacional.

Realizaram-se 56 reuniões. No que concerne a audições parlamentares, refira-se que se realizaram no período referido 26 audições. Destas, nove contaram com a presença de membros do Governo, incluindo as quatro audições regimentais obrigatórias por sessão legislativa, nos termos do Regimento da Assembleia da República, com o Ministro da Defesa Nacional sobre a política de defesa em geral.

Salientam-se ainda as duas visitas da Comissão ao NRP Figueira da Foz, em 23 de abril de 2014, e ao Hospital das Forças Armadas, em 26 de fevereiro de 2014.

Comissão de Assuntos Europeus – CAE

No decurso desta sessão legislativa, a CAE aprovou 154 pareceres de escrutínio, destacando-se o trabalho de apreciação da iniciativa de criação da Procuradoria Europeia; Semestre Europeu; Mecanismo de Resolução bancária; serviços de pagamento no mercado interno e comissões de intercâmbio aplicáveis a operações de pagamento; eleições europeias; entre outras.

No âmbito da Metodologia de escrutínio aprovada em 8 de janeiro de 2013 e com base no Programa de Trabalho da comissão europeia para 2014, foram selecionadas as iniciativas consideradas relevantes para escrutínio¹, aprovadas na Sessão Plenária de 25 de julho de 2014. Relativamente ao escrutínio do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2014 é de assinalar que a CAE promoveu uma audição pública, no dia 18 de junho de 2014, na qual estiveram presentes Deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e o Sr. Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus, Dr. Bruno Mações.

Refira-se ainda a realização de reuniões, em conjunto com as comissões permanentes competentes e ainda audições dos seguintes Deputados portugueses ao Parlamento Europeu: Diogo Feio, Paulo Rangel, Inês Zuber, Capoulas Santos, Nuno Melo, Alda Sousa e Vital Moreira.

No que diz respeito ao processo regular de consulta entre a Assembleia da República e o Governo, no quadro da participação de Portugal no processo de construção da União Europeia, a CAE realizou nove reuniões com a presença do Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, para debater os resultados dos Conselhos Europeus realizados neste período, bem como para debater o processo negocial do Acordo de Parceria com a União Europeia, a situação na Ucrânia e no Médio Oriente e ainda para troca de informações sobre o processo nacional de transposição de diretivas.

Nos termos da lei que regula o acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República, no âmbito do processo de construção de União Europeia no que se refere ao processo de designação, pelo Governo, de personalidade para o cargo de Membro Nacional da Eurojust, a Comissão promoveu no dia 1 de julho de 2014 as audições conjuntas com a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, dos Procuradores-Gerais da República António Francisco de Araújo Lima Cluny e Maria Helena Pereira Loureiro Correia Fazenda e do Procurador da República, Luís Manuel Cunha da Silva Pereira.

Do mesmo modo, as matérias relacionadas com a Parceria Transatlântica para o Comércio e Investimento entre a União Europeia e os Estados Unidos da América; a situação na Ucrânia e a proteção de dados foram objeto de apreciação na Comissão tendo sido ouvido, para o efeito, o Embaixador da União Europeia em Washington, João Vale de Almeida (audição conjunta com a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas).

Refira-se também a realização de duas audições do Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros: a primeira, em 8 de novembro de 2013, no âmbito da apreciação na especialidade do Orçamento de Estado para 2014, em conjunto com a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, e a segunda em 12 de março de 2014, nos termos do artigo 104.º do Regimento da AR.

Cumpra ainda destacar, a realização no dia 11 de março de 2014, da audição do Presidente do Tribunal de Contas Europeu, Dr. Vítor Caldeira, para apresentação do Relatório Anual do Tribunal de Contas Europeu, relativo ao exercício de 2012, em conjunto com a Comissão de Orçamento e Finanças Públicas.

Além destas atividades realizadas na Assembleia da República, a CAE promoveu no dia 26 de fevereiro de 2014, em colaboração com as Comissões de Orçamento, Finanças e Administração Pública e Economia e Obras Públicas, a realização do colóquio sobre “A União Bancária e o Financiamento da Economia Portuguesa”, que contou com a participação da Ministra de Estado e das Finanças, Maria Luís Albuquerque, do Governador do Banco de Portugal, Carlos da Silva Costa e da Deputada ao Parlamento Europeu, Elisa Ferreira.

O Colóquio teve ainda a participação de um Perito do Bruegel, em Bruxelas, e Professor visitante no Instituto Peterson de Economia Internacional, em Washington, Nicolas Véron, do Presidente da Associação Portuguesa de Bancos (APB), Faria de Oliveira, do Presidente da Confederação Empresarial de Portugal (CIP), António Saraiva e do Vice-Presidente da Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor (DECO), Alberto Regueira.

No âmbito das Presidências do Conselho da União Europeia, a Comissão de Assuntos Europeus convidou a apresentarem as prioridades das respetivas presidências em reuniões da Comissão, no dia 14 de janeiro de 2014, o Sr. Embaixador da Grécia, e, no dia 1 de julho de 2014, o Sr. Embaixador de Itália.

No que concerne à cooperação interparlamentar, a Comissão de Assuntos Europeus participou nas I e II reuniões da COSAC, em Vilnius e Atenas, respetivamente. No âmbito da preparação da COSAC, o Presidente da CAE participou nas reuniões de Presidentes das comissões de assuntos europeus em Atenas e Roma. De realçar ainda a participação desta Comissão na IV Conferência Interparlamentar de Acompanhamento da Política Externa e Segurança Comum e Política Comum de Segurança e Defesa (PESC-PCSD), em Atenas. De igual modo, após acompanhamento do semestre europeu, desde o seu lançamento, a CAE indicou ainda Deputados para a delegação da AR que participou na II Semana Parlamentar Europeia, no Parlamento Europeu, e em Vilnius, dedicadas à governação económica e financeira da União Europeia. Acresce que Deputados desta Comissão participaram em reuniões interparlamentares sobre: liberdade de circulação e sistemas nacionais de proteção social, direitos fundamentais, semestre europeu, política de coesão, o mercado interno da energia da UE no século XX, e crescimento económico e emprego.

No âmbito do reforço da cooperação interparlamentar, cumpre destacar a participação da CAE em reunião informal organizada pelo Intergrupo Juventude do Parlamento Europeu, bem como do Presidente da Comissão nas reuniões informais dos países do Sul à margem da COSAC, no âmbito das Presidências da Lituânia e da Itália do Conselho da União Europeia.

Ainda neste quadro, a CAE participou numa reunião com a Comissão dos Assuntos Económicos e Monetário (Comissão ECON) do Parlamento Europeu no dia 7 de janeiro de 2014 (conjunta com a CNECP, COFAP, CEOP e Comissão para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal).

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública – COFAP

Ao longo da Sessão Legislativa, a Comissão efetuou 148 reuniões, incluindo as reuniões da Mesa e Coordenadores e as reuniões dos Grupos de Trabalho.

Em novembro, altura da apreciação, entre outras iniciativas, das Propostas de Lei referentes ao Orçamento do Estado para 2014 e às Grandes Opções do Plano para 2014, a Comissão reuniu por 18 vezes.

À semelhança do que aconteceu nas Sessões Legislativas anteriores, a COFAP continua a participar ativamente na feitura de leis pela Assembleia da República, tendo participado em 75 dos 275 Decretos aprovados pelo Parlamento na presente Legislatura, no âmbito das suas competências em matéria orçamental, financeira e da Administração Pública.

No âmbito das competências que lhe são cometidas em matéria orçamental, a Comissão procede à apreciação, nos termos constitucionais, legais e regimentalmente previstos, da Proposta de Lei referente ao Orçamento do Estado (e eventuais subsequentes iniciativas que procedam à alteração da Lei do Orçamento do Estado em vigor). Nestes termos, a Comissão procedeu, na 3.ª Sessão Legislativa, à apreciação das seguintes iniciativas:

Referentes ao Orçamento do Estado para 2013:

Proposta de Lei n.º 176/XII/3.ª (GOV), que Procedeu à 2.ª alteração à Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2013, altera o Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de junho, e o Regime Especial de Tributação dos Rendimentos de Valores Mobiliários Representativos de Dívida, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 193/2005, de 7 de novembro;

Referentes ao Orçamento do Estado para 2014:

- Proposta de Lei n.º 178/XII/3.ª (GOV), que *Aprova o Orçamento do Estado para 2014*;
- Proposta de Lei n.º 193/XII/3.ª (GOV), que *Procede à primeira alteração à Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2014)*;
- Proposta de Lei n.º 244/XII/3.ª (GOV), que *Procede à segunda alteração à Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2014)*;

A Comissão procedeu, ainda, à apreciação da Proposta de Lei n.º 177/XII/3.ª (GOV), que *Aprova as Grandes Opções do Plano para 2014* – apresentada em simultâneo com a Proposta de Lei referente ao Orçamento do Estado para 2014.

Ainda no âmbito da apreciação de processos referentes a contas públicas, a Comissão procedeu, nos termos da Lei, à apreciação da Conta Geral do Estado – 2012, no âmbito do qual foram ouvidos em audição o Tribunal de Contas e o Conselho Económico e Social (CES), após emissão dos respetivos pareceres, bem como o Secretário

de Estado Adjunto e do Orçamento. A apreciação, pela Assembleia da República, da Conta Geral do Estado de 2012 foi concluída com a sua aprovação em Sessão Plenária ocorrida a 20 de junho de 2014.

Ainda no decorrer da 3.^a Sessão Legislativa, foi distribuída a Conta Geral do Estado – 2013, para a respetiva tramitação pela Comissão.

A COFAP procedeu, também, à análise do Relatório de Combate à Fraude e Evasão Fiscais, relativamente ao ano de 2013 – remetido pelo Governo à Assembleia da República, ainda que a audição não se tenha concretizado na 3.^a Sessão Legislativa em virtude da agenda parlamentar.

De acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 62.º da Lei de Enquadramento Orçamental, a Comissão determinou ao Governo a realização de auditorias suplementares ao Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. e ao Instituto da Segurança Social, I.P. e Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P., tendo ainda solicitado ao Tribunal de Contas, ao abrigo da mesma disposição, auditorias à Águas de Portugal e à Autoridade Tributária e Aduaneira, no âmbito da atribuição de benefícios fiscais ao abrigo do Estatuto dos Benefícios Fiscais, desde 2011.

É, também, de realçar a apreciação feita pela Comissão ao Documento de Estratégia Orçamental 2014-2018, previamente à sua apreciação em Plenário, através das audições do Governo, do Conselho das Finanças Públicas e do Conselho Económico e Social.

Enfim, recorde-se a atividade desenvolvida pela UTAO – Unidade Técnica de Apoio Orçamental, nomeadamente a elaboração de pareceres e relatórios sobre a Conta Geral do Estado, Dívida Pública, o Documento de Estratégia Orçamental, execução orçamental em contabilidade nacional e contabilidade pública. No decorrer da Sessão, a UTAO viu as suas competências alargadas, através da Resolução da Assembleia da República n.º 60/2014, de 30 de junho, passando a acompanhar as seguintes matérias: (i) avaliação e acompanhamento dos contratos de Parceria Público-Privados celebrados por qualquer entidade pública, nomeadamente os encargos decorrentes da sua celebração, processo de negociações e alterações contratuais e o seu cumprimento; (ii) Avaliação e acompanhamento dos contratos de Concessão celebrados por qualquer entidade pública, nomeadamente os encargos decorrentes da sua celebração, processo de negociações e alterações contratuais e o seu cumprimento; e (iii) Avaliação e acompanhamento dos contratos de Reequilíbrio Financeiro celebrados por qualquer entidade pública, nomeadamente os encargos decorrentes da sua celebração, processo de negociações, alterações contratuais e o seu cumprimento.

A Comissão procedeu a um total de 123 audições, das quais 41 com membros do Governo. Deste modo, realçam-se as audições em sede do processo de apreciação, na generalidade e na especialidade, da Proposta de Lei referente ao Orçamento do Estado para 2014 – num total de 17 audições com membros do Governo, a Associação Nacional de Municípios Portugueses, a Associação Nacional de Freguesias, o Conselho Económico e Social e o Conselho das Finanças Públicas.

No decorrer da Sessão Legislativa, a Comissão deliberou constituir quatro Grupos de Trabalho para a apreciação, respetivamente:

- da Proposta de Lei que Aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;
- de iniciativas legislativas sobre Comissões Bancárias;
- de iniciativas legislativas de revisão do regime extraordinário em matéria de contratos de crédito à habitação;
- de iniciativas legislativas em matéria de regime de crédito à habitação de pessoas com deficiência.

Comissão de Economia e Obras Públicas – CEOP

Durante a 3.^a sessão legislativa da presente legislatura a Comissão centrou os seus trabalhos nas áreas dos transportes, da atividade económica, da energia e da segurança rodoviária. É de destacar também a atenção que a Comissão deu, ao longo desta sessão legislativa, ao comércio internacional, em especial à negociação do acordo comercial entre a União Europeia e aos Estados Unidos da América.

No plano legislativo, a destaca-se a elaboração, pela Comissão, das seguintes leis: Lei n.º 9/2014, de 2014-02-24, que autoriza o Governo a legislar sobre o regime de salvaguarda de ativos estratégicos essenciais para garantir a defesa e segurança nacional e a segurança do aprovisionamento do País em serviços fundamentais para o interesse nacional, nas áreas da energia, transportes e comunicações, através da instituição de um procedimento de investigação às operações relativas a tais ativos; Lei n.º 16/2014, de 2014-04-04, que procede à segunda alteração à Lei n.º 17/2012, de 26 de abril, que estabelece o regime jurídico aplicável à prestação de serviços postais, em plena concorrência, no território nacional, bem como de serviços internacionais com origem ou destino no território nacional; Lei n.º 73/2014, de 2014-09-02, que autoriza o Governo a legislar sobre o regime jurídico da exploração e prática do jogo *online*; Lei n.º 29/2014, de 2014-05-19, que autoriza o Governo a simplificar o regime de acesso e de exercício de diversas atividades de comércio, serviços e restauração, a regular as profissões dos

responsáveis técnicos para a atividade funerária e do pessoal dos centros de bronzamento artificial, a estabelecer um novo regime contraordenacional e a prever o acesso à base de dados do registo comercial e do registo nacional de pessoas coletivas, bem como a consulta à base de dados da Autoridade Tributária e Aduaneira, para efeitos de cadastro comercial; Lei n.º 47/2014, de 2014-07-28, que procede à quarta alteração à Lei n.º 24/96, de 31 de julho, que estabelece o regime legal aplicável à defesa dos consumidores, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 24/2014, de 14 de fevereiro, transpondo parcialmente a Diretiva n.º 2011/83/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2011; Lei n.º 49/2014, de 2014-08-11, que estabelece o regime de acesso e de exercício da profissão de auditor de segurança rodoviária, de emissão dos respetivos títulos profissionais e de acesso e exercício da atividade de formação profissional dos auditores, conformando-o com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram as Diretivas n.ºs 2005/36/CE, de 7 de setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, de 12 de dezembro, relativa aos serviços no mercado interno.

No período em análise, a Comissão realizou um total de 64 reuniões, das quais cinco foram reuniões da Mesa e Coordenadores.

A Comissão realizou 19 audições com membros do Governo, das quais 11 ao abrigo do artigo 104.º, n.º 2, do Regimento, e 26 audições com outras entidades, num total de 45 audições.

Durante a presente sessão legislativa a Comissão criou dois grupos de trabalho – Setor Automóvel e Setor da Construção –, tendo-se mantido em funcionamento os seguintes grupos de trabalho criados na sessão legislativa anterior: Audiências da CEOP; Turismo; Segurança Rodoviária. Foram encerrados os seguintes grupos de trabalho, por terem concluído o mandato para o qual foram criados: Trabalhos Preparatórios para a Elaboração de uma Lei de Bases da Qualidade, Inovação, Competitividade e Empreendedorismo; Grande Distribuição e Produção Nacional; Estacionamento de Veículos GPL em Parques Cobertos.

Durante esta sessão legislativa, a Comissão realizou em parceria com outras comissões dois eventos, tendo participado num evento promovido por uma entidade exterior ao Parlamento.

O Grupo de Trabalho – Segurança Rodoviária realizou o Fórum Parlamentar de Segurança Rodoviária 2014 e participou no colóquio “Os jovens e o álcool”.

Comissão de Agricultura e Mar – CAM

Durante o período em análise a Comissão de Agricultura e Mar efetuou 70 reuniões, 65 ordinárias, 1 extraordinária, 2 de Mesa e Coordenadores e 2 visitas de trabalho.

Durante esta Sessão Legislativa, terminou a sua atividade, o Grupo de Trabalho – Estabelece as Bases do Ordenamento e da Gestão do Espaço Marítimo Nacional (PPL 133 GOV).

No que concerne ao Processo Legislativo, ao longo da 3.ª SL, foram tramitados na CAM, quatro projetos de lei - um aprovado e três rejeitados - e cinco propostas de lei, todas aprovadas. Sobre projetos de resolução, foram discutidos 33 sendo que: 14 aprovados, 6 rejeitados e 13 pendentes.

Foram, igualmente, remetidos à CAM 27 Projetos de Resolução.

Em termos genéricos, o quadro de apreciação da CAM, em matéria de iniciativas europeias é o seguinte: 103 apreciadas; 14 com pareceres aprovados, 17 aguardam parecer e 82 com deliberação de não escrutínio.

Nesta Sessão Legislativa, deram entrada na CAM duas petições, ambas já concluídas na Comissão. Encontra-se pendente uma petição da 2ª Sessão Legislativa.

A CAM acompanha em permanência a problemática dos Incêndios Florestais realizando audições com a equipa do MAI e com a Autoridade Nacional de Proteção Civil, nomeadamente para apresentação do DECIF de cada ano e, no final da época mais crítica dos incêndios, fazer o respetivo balanço.

Aquando da suspensão dos trabalhos, a Mesa da Comissão e os Coordenadores dos GPs ficam responsáveis de acompanhar esta temática. Durante esta sessão esta temática mereceu atenção reforçada, com a publicação do Despacho da Senhora Presidente da Assembleia da República n.º 72/XII - Constituição do Grupo de Trabalho da Análise da Problemática dos Incêndios Florestais. Este Grupo de Trabalho contou com a participação de membros da CAM, incluindo o seu próprio Relator, tendo concluído os seus trabalhos com a publicação da Resolução da Assembleia da República n.º 51/2014, de 12 de junho que “Recomenda ao Governo a adoção de medidas com vista a assegurar maior eficácia no âmbito da prevenção e combate aos fogos florestais”. No que se refere à participação em reuniões internacionais, a Comissão fez-se representar nas Reuniões dos Presidentes das

Comissões de Agricultura, que tiveram lugar em Nicosia, no Chipre, e em Dublin, na Irlanda, respetivamente pelo Deputado Mário Simões, do GP do PSD, e pelo Deputado Pedro Alves, do GP do PSD.

No que respeita a deslocações no território nacional, registaram-se as seguintes: Feira Nacional de Agricultura – Santarém (11-06-2014); e Setor de Transformação Industrial do Tomate – Águas de Moura, Palmela (15-10-2013).

No que se refere à participação em reuniões internacionais, a Comissão fez-se representar pelo Senhor Deputado Pedro Lynce na Reunião de Presidentes de Comissões de Produção, Comércio e Assuntos Marítimos, em Atenas (Grécia), nos dias 16 e 17 de março de 2014.

Comissão de Educação, Ciência e Cultura – CECC

Durante o período em análise, a Comissão de Educação, Ciência e Cultura realizou 110 reuniões, excluindo-se deste total as realizadas no âmbito dos grupos de trabalho.

Durante a presente Sessão, baixaram à Comissão de Educação, Ciência e Cultura 64 iniciativas legislativas, 24 projetos de lei, três propostas de lei, 32 projetos de resoluções, três apreciações parlamentares e dois projetos de deliberação.

Do total dos Projetos de Resolução, sete deram origem a Resoluções da Assembleia da República, relativamente às seguintes matérias: Instituição do Dia Internacional da Língua Portuguesa; Combate a todas as formas de violência escolar; Adoção de medidas sobre a praxe académica; Proteção e valorização da Praia Jurássica de São Bento, em Porto de Mós; Criação urgente de um Grupo de Trabalho sobre a Aplicação do Acordo Ortográfico; Proteção dos documentos sonoros que sejam parte do Património Cultural Português; Promoção do multilinguismo mediante a integração do inglês no currículo obrigatório do 1º ciclo do ensino básico e crie condições para a aprendizagem de uma segunda língua estrangeira no âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular.

A Comissão procedeu também à discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 192/XII, que deu origem à Lei n.º 28/2014, que procede à primeira alteração à Lei n.º 55/2012, de 6 de setembro, que estabelece os princípios de ação do Estado no quadro do fomento, desenvolvimento e proteção da arte do cinema e das atividades cinematográficas e audiovisuais e ao Decreto-Lei n.º 9/2013, de 24 de janeiro, que regula a liquidação, a cobrança, o pagamento e a fiscalização das taxas previstas na Lei n.º 55/2012, de 6 de setembro. Na apreciação na especialidade foi disponibilizada uma aplicação informática, para recolha e imediata disponibilização online de contributos das entidades do setor, tendo sido recebidos 12 respostas.

Foi ainda discutido o pedido de Apreciação Parlamentar, apresentado pelo PCP, relativo ao Decreto-Lei n.º 146/2013 de 22 de outubro, que "Procede à 12.ª alteração do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho", tendo, nessa sequência, sido aprovada a Lei 7/2014 – Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 146/2013, de 22 de outubro, que procede à 12.ª alteração do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho.

A Comissão adotou, nesta Sessão, a metodologia aprovada no início da Legislatura para o processo de escrutínio das iniciativas europeias, procedendo à sua apreciação liminar, numa primeira fase. Nos casos em que se deliberou efetuar o escrutínio, o relator elaborou o respetivo parecer no prazo de 4 semanas. No decurso da Sessão, a CECC apreciou um conjunto de 26 iniciativas europeias que lhe foram distribuídas pela Comissão de Assuntos Europeus (CAE).

Tendo em vista o acompanhamento das diversas matérias que dizem respeito à 8ª Comissão, foi deliberado, no início da Sessão, dar continuidade aos mandatos dos seguintes Grupos de Trabalho:

- GT Desporto - Coordenador: Deputado Paulo Cavaleiro (PSD) - O Grupo de Trabalho do Desporto orientou a sua ação, nesta 3.ª Sessão Legislativa, na monitorização da aplicação da Lei n.º 52/2013, *que procede à segunda alteração à Lei n.º 39/2009, de 30 de julho, que estabelece o regime jurídico do combate à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos*, acompanhando a ação das forças de segurança em diversos jogos de futebol, de forma a conhecer o desenrolar da operação policial, tomar conhecimento das principais dificuldades e dos obstáculos com que se debatem as forças de segurança na concretização do seu trabalho, aferir e avaliar a exequibilidade dos normativos e identificar os aspetos a melhorar.

De sublinhar ainda a visita efetuada ao Centro Nacional de Formação de Golfe do Jamor, uma infraestrutura recentemente inaugurada, e a visita a Guimarães - Cidade Europeia do Desporto 2013.

O GT Desporto organizou ainda, conjuntamente com a Federação Portuguesa de Canoagem, a exposição “Desporto/Autarquias/Economia - A Canoagem como fator de desenvolvimento”, que esteve patente nos Passos Perdidos da Assembleia da República, de 26 de março a 9 de abril de 2014

- GT Educação Especial - Coordenadora: Deputada Margarida Almeida (PSD) - O GT organizou uma Conferência sobre Direitos Fundamentais da Criança e Educação Inclusiva, no dia 28 de maio de 2014, em colaboração com a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e uma visita de trabalho à CERCILEI - Cooperativa de Ensino e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Leiria, no dia 14 de janeiro de 2014, que pretendeu conhecer o trabalho desenvolvido pela CERCILEI e proceder ao levantamento dos principais problemas e das dificuldades, bem como das experiências em curso, tendo em vista a avaliação da legislação da área da Educação Especial. Ao longo de toda a sessão legislativa, foram realizadas diversas audiências e audições aos parceiros da área da Educação Especial. Nesta sequência, algumas das propostas e dos contributos recebidos foram remetidos ao Ministério da Educação e Ciência.
- GT Currículos dos Ensinos Básico e Secundário - Coordenadora: Deputada Maria José Castelo Branco (PSD) - Atenta a revisão curricular que está a ser implementada e a reformulação de outras vertentes do ensino-aprendizagem, como as metas curriculares, ensino vocacional e outros, o Grupo de Trabalho desenvolveu ações no âmbito do acompanhamento dessas matérias. Realizou assim a Audição Pública, sobre os Currículos das Vias Profissionalizantes, em 29 de janeiro de 2014, em que foram ouvidos os agentes do sistema educativo no que concerne à análise, avaliação, balanço e sugestões sobre as vias profissionalizantes e respetivos currículos, bem como no dia 17 de março de 2014, uma visita a duas escolas, uma pública e outra privada: Escola Secundária Rafael Bordalo Pinheiro (integrada no Agrupamento de Escolas Rafael Bordalo Pinheiro) e Escola Técnica Empresarial do Oeste. O GT realizou também uma Conferência sobre Verticalidade do Currículo Nacional, do 1.º Ciclo ao Secundário, em 7 de maio de 2014, em que foram apresentadas várias perspetivas sobre currículos e metas curriculares, incluindo do Movimento da Escola Moderna, no âmbito da investigação e na vertente mais prática.
- GT Parlamento dos Jovens - Coordenador: Pedro Pimpão (PSD) - O Programa “Parlamento dos Jovens” é uma iniciativa institucional da Assembleia da República que data de 1995, ano de arranque do projeto “Parlamento das Crianças e dos Jovens”. Esta iniciativa é desenvolvida em parceria com o Ministério da Educação e Ciência, através das respetivas Direções de Serviços Regionais; a Secretaria de Estado do Desporto e Juventude, através do Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ, I.P.) e as Secretarias Regionais que tutelam as áreas da educação e da juventude nos Açores e na Madeira. O programa dirige-se a jovens dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário e desenvolve-se ao longo do ano escolar, terminando com as Sessões Nacionais que se realizam na Assembleia da República. Por proposta do Grupo de Trabalho, os Deputados da Comissão de Educação, Ciência e Cultura efetuaram, na reunião de 4 de fevereiro de 2014, uma discussão sobre as recomendações aprovadas nas Sessões Nacionais, na edição 2012/2013, quer do ensino básico, quer do secundário, e assumiram o compromisso de a Comissão analisar, todos os anos, em sessão plenária, as recomendações aprovadas. Nessa sequência, a Comissão solicitou ao Governo e aos Grupos Parlamentares indicação das medidas tomadas ou a tomar sobre as temáticas que estiveram em debate, encontrando-se publicadas, na respetiva página internet, as respostas recebidas.

De registar que o Grupo de Trabalho orientou ainda a sua ação, nomeadamente no que diz respeito a:

- ◆ Coordenação da participação dos Deputados da Assembleia da República nas diversas fases do programa: debates a convite das escolas, Sessões Distritais/Regionais e Sessões Nacionais;
- ◆ Apresentação de propostas/iniciativas para o desenvolvimento e a concretização do programa;
- ◆ Apresentação de propostas de alteração aos regimentos do ensino básico e do ensino secundário, tendo em vista o seu aperfeiçoamento;
- ◆ Apresentação de uma proposta de temas para a edição seguinte do programa, tendo em consideração as sugestões que resultaram das Sessões Distritais/Regionais do ensino básico e do ensino secundário;

- Relator Ciência - Deputada Elza Pais (PS) - A Relatora da Ciência, em articulação com os diversos grupos parlamentares, organizou, no dia 24 de junho de 2014, uma Conferência sobre “o Futuro da Ciência”, que contou com diversos contributos de instituições e cientistas de elevada reputação e reconhecimento nacional e internacional. Para além disso, foram efetuadas duas visitas a instituições de investigação científica: Instituto de Telecomunicações no Instituto Superior Técnico em Lisboa, no dia 16 de outubro de 2013, e Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, em 5 de fevereiro de 2014. Estas visitas permitiram observar, in loco, a realidade das instituições e o contributo que estas dão à sociedade e à economia nacionais
- Relator Avaliação Tecnológica Parlamentar - Deputado Rui Pedro Duarte (PS) - Durante a presente Sessão Legislativa foram realizadas audições e audiências a diversas personalidades com trabalho desenvolvido nesta área, com o objetivo de ponderar e avaliar a operacionalização/reformulação da Resolução da Assembleia da República n.º 60/2009, de 10 de julho de 2009. De sublinhar ainda a realização, na Assembleia da República, do “2.º Debate Parlamentar sobre Avaliação de Tecnologia”, no dia 08-04-2014, tendo sido realizada uma reunião preparatória com a Dra. Mara Almeida, Coordenadora do projeto PACITA (Parliaments and Civil Society in Technology Assessment).

Comissão de Saúde – CS

Durante a 3.ª sessão legislativa da XII legislatura, a Comissão de Saúde entendeu dever continuar a centrar -se no tema «qualidade e acesso aos cuidados e prestação de serviços de saúde», já acompanhado na 1.ª e 2.ª Sessões Legislativas, bem como noutras matérias conexas com o processo legislativo em curso na Comissão, com destaque para a procriação medicamente assistida, a investigação clínica, a comparticipação de medicamentos para portadores de ictiose e outras doenças raras, a modificação dos limites das coimas em vários regimes jurídicos da área da saúde, os cuidados de saúde transfronteiriços e a qualidade e segurança de tecidos e células e órgãos, desde a dádiva à aplicação. Manteve ainda o acompanhamento de áreas temáticas, concretamente a problemática do VIH-Sida e a do álcool e toxicod dependência.

Nesta sessão, a Comissão de Saúde efetuou 44 reuniões e 12 audições, assim distribuídas: quatro audições ordinárias e duas audições requeridas pelo PCP com o Ministro da Saúde, e seis audições, com entidades ligadas ao sector da saúde, designadamente ordens profissionais, associações e personalidades.

Por seu turno, foram realizadas 36 audiências em Comissão e 12 com a Presidente e/ou outros Deputados da Comissão.

Funcionaram os seguintes GT:GT Álcool e Toxicod dependência; GT Procriação Medicamente Assistida; GT Investigação Clínica; GT Ictiose / doenças raras; GT Coimas (PPL 205); GT Cuidados de saúde transfronteiriços; GT Qualidade e segurança de tecidos e células órgãos.

No que concerne ao processo legislativo, baixaram à Comissão para apreciação na generalidade dez propostas de lei e três projetos de lei, que acresceram a um pendente da 2ª sessão. Ficaram pendentes dois projetos de lei referentes à PMA (da 1.ª SL), para nova apreciação na generalidade e duas propostas de lei para discussão e votação na especialidade, relativas, uma relativa à qualidade e segurança de tecidos e células e a outra relativa à qualidade e segurança de órgãos.

No âmbito do escrutínio de iniciativas europeias, foram distribuídas, de acordo com as regras de alternância entre os Grupos Parlamentares consensualmente estabelecidas, dez iniciativas.

A Comissão levou também a efeito dois eventos, uma ação de sensibilização do Grupo de Estudos do Cancro da Cabeça e Pescoço (GECCP), a 17 de setembro de 2013 e a celebração do Dia Mundial da Saúde a 9 de abril de 2014.

Comissão de Segurança Social e Trabalho – CSST

Durante o período em análise, a Comissão de Segurança Social e Trabalho realizou um total de 67 reuniões.

No que se refere ao processo legislativo, baixaram à Comissão de Segurança Social e Trabalho as seguintes iniciativas legislativas: sete projetos de resolução, doze projetos de lei e 11 propostas de lei, tendo sido aprovadas as seguintes leis:

- Lei n.º 76/2013, de 7 de novembro - Estabelece um regime de renovação extraordinária dos contratos de trabalho a termo certo, bem como o regime e o modo de cálculo da compensação aplicável aos contratos objeto dessa renovação;
- Lei n.º 83-A/2013, de 30 de dezembro - Primeira alteração à Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro, que aprova as bases gerais do sistema de segurança social;
- Lei n.º 27/2014, de 08 de maio - Proceda à sexta alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro;
- Lei n.º 48-A/2014, de 31 de julho - Prorroga o prazo de suspensão das disposições de instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho e das cláusulas de contrato de trabalho, procedendo à segunda alteração da Lei n.º 23/2012, de 25 de junho;
- Lei n.º 55/2014, de 25 de agosto - Proceda à sétima alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro;
- Lei n.º 65/2014, de 28 de agosto - Estabelece o regime de acesso e de exercício da profissão de podologista, com ou sem fins lucrativos, bem como da emissão do respetivo título profissional.

A Comissão concluiu uma das 10 petições que deram entrada e foram admitidas ao longo desta 3.ª Sessão Legislativa: a Petição n.º 331/XII (3.ª). Das restantes 10 petições pendentes foram concluídas duas petições.

A Comissão efetuou 43 audições, das quais sete decorreram com a presença de membros do Governo e as restantes 36 com outras entidades. Foram concedidas audiências às entidades que as solicitaram, num total de 25. Estas audiências decorreram quer em comissão quer em grupo de trabalho constituído para o efeito.

Efetivamente, durante este período funcionaram os seguintes Grupos de Trabalho: Grupo de Trabalho – Audiências – 10.ª Comissão; Grupo de Trabalho – Estabelece medidas específicas de apoio aos profissionais de bailado profissional clássico ou contemporâneo (P JL 409-PS); GT-LRCES - Grupo de Trabalho - Alteração à Lei n.º 108/91, de 17 de agosto, que regula o Conselho Económico e Social (P JL-363-PS, 383-PEV, 384-PEV, 385-PEV, 388-PSD, 484-PS, 488-BE, 491-PSD e 492-PS); GT-SRAEAAPCCE - Grupo de Trabalho - Simplificação do regime de acesso e exercício da atividade das agências privadas de colocação de candidatos a empregos (P PL-134-GOV).(Encerrado); GT-RJPSST - Grupo de Trabalho - Segunda alteração à Lei 102-2009, que aprova o regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho (P PL-156-GOV).(Encerrado); GT-EPP - Grupo de Trabalho - Exercício da Profissão de Podologista (P PL-203-GOV) (Encerrado).

Finalmente, durante a 3.ª sessão legislativa, a Comissão não promoveu a realização de qualquer evento.

Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local – CAOTPL

Durante o período em análise, a Comissão efetuou 60 reuniões.

Foram distribuídos à Comissão, para apreciação na generalidade, 61 projetos de lei e seis propostas de lei e, para nova apreciação na generalidade, um projeto de lei.

Baixaram ainda à CAOTPL, para apreciação na especialidade, três projetos de lei e quatro propostas de lei.

Deram igualmente entrada na Comissão cinco projetos de resolução. Dos projetos de resolução, um foi discutido em reunião da Comissão, outro foi retirado pelo proponente, tendo os restantes sido discutidos no Plenário, por opção regimental dos respetivos autores.

A CAOTPL foi também chamada a emitir parecer sobre a Conta Geral do Estado relativa a 2012 e ao Relatório do Governo “Portugal na União Europeia 2013”.

Neste período deram entrada 12 petições, tendo sido concluídas 11 com relatórios finais. No âmbito da instrução dos respetivos processos, a Comissão realizou seis audições a representantes dos subscritores daquelas petições.

Para além das referidas audições no âmbito da apreciação das petições, a Comissão realizou neste período 33 audições de diversas entidades, assim distribuídas:

- sete audições de Membros do Governo, ao abrigo do disposto no artigo 104º do RAR;
- uma audição do Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território e Energia, sob requerimento do grupo parlamentar do PS;
- duas audições da Associação Nacional de Municípios Portugueses e da Associação Nacional de Freguesias, em reuniões conjuntas com a Comissão de Orçamento e Finanças, no âmbito da apreciação da PPL do OE 2014;
- 15 audições a diversas entidades, sobre a Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (P PL 183/XII-GOV);

- sete audições a várias entidades sobre a Alteração ao DL n.º 194/2009, de 20.08, estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos (PPL 140/XII-GOV);
- uma audição da Associação Nacional de Municípios Portugueses sobre a PPL 212/XII-GOV Aprova um novo regime jurídico das assembleias distritais.

Durante a 3.ª sessão legislativa da XII legislatura, a CAOTPL concedeu também 3 audiências, (ANAFRE, Delegação de Deputados da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe e Delegação do Comité sobre a Política Agrícola, de Géneros de Alimentação e Aproveitamento de Meio Ambiente do Conselho da Federação da Assembleia Federal da Federação da Rússia).

O Grupo de Trabalho criado com este objetivo concedeu 7 audiências solicitadas por diversas entidades. Nesta sessão legislativa, foram apresentados à Comissão pelos grupos parlamentares dois requerimentos, dos quais um foi aprovado e outro rejeitado.

Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação – CPECC

Durante o período em análise a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação efetuou 66 reuniões, distribuídas da seguinte forma: 37 ordinárias, 26 extraordinárias e três da Mesa e Coordenadores.

Na 3.ª sessão legislativa, a Comissão emitiu 41 pareceres sobre verificação de poderes, dos quais 18 sobre situações de renúncias ao mandato, 16 sobre situações de suspensão do mandato, 7 sobre situação de retoma do mandato e uma substituição por vacatura. Foram também emitidos 15 pareceres sobre compatibilidade do exercício simultâneo do mandato de Deputado e de outras funções.

A Comissão emitiu ainda 48 pareceres, autorizando Deputados a prestar depoimentos como testemunha.

Não se encontra pendente qualquer processo de constituição de arguido, tendo sido, durante a 3.ª Sessão Legislativa, aprovados 5 pareceres desta natureza.

Durante a 3.ª sessão legislativa, foram distribuídas e objeto de parecer nove iniciativas legislativas (projetos e propostas de lei), na generalidade, de acordo com as regras de alternância entre os grupos parlamentares.

No decurso da 3.ª Sessão Legislativa a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação apreciou um total de duas iniciativas europeias que lhe foram distribuídas em função da matéria, tendo emitido os respetivos relatórios, que foram remetidos à Comissão de Assuntos Europeus (CAE) dentro dos prazos estabelecidos.

A Comissão efetuou 35 audições, das quais sete decorreram com a presença de membros do Governo e as restantes com diversas entidades do setor.

A CPECC concedeu apoio institucional à organização de três eventos: o XV Encontro Público PASC, «Regime de Incompatibilidades dos Deputados à Assembleia da República», que teve lugar no dia 29 de novembro 2013, na Sala do Senado; o Workshop de apresentação dos resultados do Projeto DivPol (*Diversity in Political Parties Programmes, Organisation and Representation*), organizado pelo Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, que teve lugar, no dia 14 de janeiro de 2013, no auditório do Edifício Novo; e *Cronoworld*, Projetos de Cidadania, CRL - Sessão Europeia do Projeto *New Generations, New Policies, New Future*, que teve lugar, nos dias 30 de junho e 1 de julho de 2014, na Assembleia da República.

Nesta Sessão Legislativa os GT do Plano de Atividades, das Petições, de Audiências e do Código da Publicidade não efetuaram qualquer reunião. O GT Registo de Interesses reuniu por uma vez para analisar o Documento de Definição de Projeto Registo de Interesses dos Membros do Governo AR-CEGER.

COMISSÕES PARLAMENTARES EVENTUAIS E COMISSÕES DE INQUÉRITO

Na 3.ª sessão da XII legislatura foram constituídas duas comissões eventuais de inquérito – a Comissão Parlamentar de Inquérito para Apuramento das Responsabilidades pelas Decisões que Conduziram ao Processo de Subconcessão dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo e a Comissão Parlamentar de Inquérito aos Programas Relativos à Aquisição de Equipamentos Militares (EH-101, P-3 Orion, C-295, torpedos, F-16, submarinos, Pandur II) (CPIPRAEM) , tendo a primeira concluído os seus trabalhos ainda durante a sessão, a 9 de julho de 2014.

Mantiveram-se em funcionamento a Comissão Eventual de Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal, a X Comissão Parlamentar de Inquérito à Tragédia de Camarate e a Comissão Parlamentar de Inquérito à Celebração de Contratos de Gestão de Risco Financeiro por Empresas do Sector Público, tendo a primeira concluído os trabalhos em 25 de setembro de 2014 e a última em 6 de fevereiro de 2014.

Na tabela que a seguir se apresenta consta o nº de reuniões ordinárias de cada Comissão Eventual e Comissão Eventual de Inquérito.

Tabela 9

Comissões Eventuais e Eventuais de Inquérito
Reuniões/Horas Reuniões/Audições/Audiências

<i>Comissões Eventuais e Eventuais de Inquérito</i>		Nº Reuniões	Nº Horas Reuniões Horas/Minutos ⁵	Nº Audições	Nº Audiências
<i>Eventuais</i>	Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal (CEAMPAFP)	12	25:34	8	1
<i>Eventuais de Inquérito</i>	X Comissão Parlamentar de Inquérito à Tragédia de Camarate	16	36:00	14	-
	Comissão Parlamentar de Inquérito à Celebração de Contratos de Gestão de Risco Financeiro por Empresas do Sector Público	32	73:54	17	-
	Comissão Parlamentar de Inquérito para Apuramento das Responsabilidades pelas Decisões que Conduziram ao Processo de Subconcessão dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo	27	72:34	18	-
	Comissão Parlamentar de Inquérito aos Programas Relativos à Aquisição de Equipamentos Militares (EH-101, P-3 Orion, C-295, torpedos, F-16, submarinos, Pandur II)	60	203:51	46	-
Total		147	411:53:00	103	1

Estas comissões realizaram durante esta sessão um número total de 147 reuniões.

As Comissões Eventuais e Eventuais de Inquérito, pela sua própria especificidade, merecem tratamento autónomo e um relato sucinto das atividades realizadas, que seguidamente se apresenta.

⁵ Duração total das reuniões sem as interrupções.

Comissão Eventual para o Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal (CEAMPAFP)

A constituição desta Comissão foi aprovada por resolução do Plenário do dia 1 de julho de 2011, publicada no DAR, II Série-A – Número 6, de 5 de julho de 2011, tendo por objeto o acompanhamento da implementação das medidas e do cumprimento dos objetivos definidos no âmbito do Programa de Assistência Financeira a Portugal e para funcionar durante a vigência do Programa de Assistência Financeira a Portugal.

No âmbito dos trabalhos da Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal (CEAMPAFP) durante a 3ª sessão legislativa da XII legislatura, foram realizadas 12 reuniões.

Durante esta sessão legislativa, a CEAMPAFP realizou um conjunto de oito audições, previstas no respetivo Plano de Atividades, com membros do Governo e outras entidades e concedeu uma audiência conjunta com o GPA Portugal-Alemanha à Delegação da CSU do *Landtag*, da Baviera,

Comissão Parlamentar de Inquérito à Celebração de Contratos de Gestão de Risco Financeiro por Empresas do Sector Público (CPICCGRFESP)

A Resolução da Assembleia da República n.º 68/2013, de 20 de maio, determinou a constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito à Celebração de Contratos de Gestão de Risco Financeiro por Empresas do Sector Público (CPICCGRFESP) para conduzir o inquérito parlamentar à celebração de contratos de gestão de risco financeiro por empresas públicas entre 2003 e 2013.

A Resolução determinou o prazo de funcionamento da comissão - 90 dias – bem como o seu objeto, o qual consiste na avaliação dos seguintes aspetos essenciais:

- a) Apurar os procedimentos seguidos por cada empresa na contratação de instrumentos de gestão de risco financeiro e as suas consequências e implicações;
- b) Apurar o grau de conhecimento das tutelas financeira e sectorial sobre aquela contratação e as eventuais medidas adotadas e decisões tomadas;
- c) Apurar o grau de conhecimento e eventual intervenção das entidades com competências de supervisão, designadamente em relação às práticas do sector financeiro nestes procedimentos;
- d) Apurar as responsabilidades de todos os envolvidos nos vários níveis de decisão.

Determinou-se que a Comissão seria constituída por 17 Deputados efetivos (sendo 7 indicados pelo PSD, 5 pelo PS, 2 pelo CDS-PP, 2 pelo PCP e 1 pelo BE) e presidida pelo Deputado Jorge Lacão, do PS.

Em cumprimento do disposto no artigo 10.º do Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares, a Sra. Deputada Clara Marques Mendes, do PSD, foi eleita a Relatora da Comissão.

Durante o período da 3.ª sessão legislativa da XII legislatura, realizou-se um total de 32 reuniões, das quais 17 foram audições.

Através da Resolução da Assembleia da República n.º 142/2013, de 14 de outubro, foi prorrogado o prazo de funcionamento da Comissão por um período adicional de 90 dias. Os trabalhos da Comissão vieram a ser concluídos em 6 de fevereiro de 2014, com a apreciação do relatório final em Plenário.

X Comissão Eventual de Inquérito à Tragédia de Camarate (XCPITCamarate)

Através da Resolução da AR n.º 91/2012, de 24 de julho, foi constituída a X Comissão Parlamentar de Inquérito à Tragédia de Camarate, com o objetivo de dar continuidade à averiguação cabal das causas e circunstâncias em que, no dia 4 de dezembro de 1980, ocorreu a morte do Primeiro-Ministro, Francisco Sá Carneiro, do Ministro da Defesa Nacional, Adelino Amaro da Costa, e dos seus acompanhantes, designadamente dando seguimento às recomendações emitidas pelas VIII e IX comissões parlamentares de inquérito e investigando factos novos que, eventualmente, lhe sejam apresentados. Foi desde logo determinado que esta Comissão iniciaria os seus trabalhos no arranque da 2.ª sessão legislativa, em data a fixar.

A PAR conferiu posse aos membros da Comissão de Inquérito no dia 10 de janeiro de 2013.

Foi designado Presidente o Deputado José de Matos Rosa (PSD) e determinou-se que a Comissão seria constituída por 17 Deputados efetivos (sendo 7 indicados pelo PSD, 5 pelo PS, 2 pelo CDS-PP, 2 pelo PCP e 1 pelo BE).

Em cumprimento do disposto no artigo 10.º do Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares, na quinta reunião da Comissão, o Sr. Deputado Pedro do Ó Ramos, do PSD, foi eleito Relator da Comissão.

Durante a 3.ª sessão legislativa da XII legislatura, realizaram-se 16 reuniões ordinárias, das quais 14 foram audições.

A Resolução da Assembleia da República n.º 153/2013, de 17 de dezembro, determinou a suspensão do prazo de funcionamento da X Comissão Parlamentar de Inquérito à Tragédia de Camarate, durante o período de tempo necessário para a conclusão da auditoria que se encontrava a ser efetuada por peritos designados pela Inspeção-Geral de Finanças ao Fundo de Defesa Militar do Ultramar, bem como para a conclusão das diligências que se encontravam pendentes.

Comissão Parlamentar de Inquérito para apuramento das responsabilidades pelas decisões que conduziram ao processo de subconcessão dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo (CPIENVC)

A Resolução da Assembleia da República n.º 9/2014, de 30 de janeiro, determinou a constituição de uma comissão parlamentar de inquérito para apuramento das responsabilidades pelas decisões que conduziram ao processo de subconcessão dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Nos termos daquela resolução, cumpria-lhe indagar, nomeadamente:

“As circunstâncias e os termos em que foi decidida pelo Governo a extinção da empresa dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo com o despedimento de todos os seus trabalhadores e em que foi efetuada a concessão dos respetivos terrenos ao grupo empresarial vencedor; as circunstâncias que levaram ao protelamento, cancelamento ou perda de encomendas e as respetivas consequências no agravamento da situação da empresa; e o modo como o Governo tem acompanhado junto da Comissão Europeia o desenvolvimento do processo relativo ao procedimento pendente relativo à execução da política de concorrência - auxílio estatal a favor dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S. A.”

Os trabalhos iniciaram-se no dia 11 de fevereiro de 2014, procedeu-se à realização de 27 reuniões, das quais 18 audições, bem como à solicitação de variada informação e documentação a diversas entidades.

Foi eleita Presidente a Senhora Deputada Maria de Belém Roseira (PS) e designada Relatora da Comissão a Senhora Deputada Ângela Guerra (PSD).

O prazo de funcionamento da Comissão foi suspenso entre 15 e 25 de maio de 2014 (11 dias), conforme Resolução da AR n.º 44/2014, publicada na 1ª série do Diário da República, n.º 95/XII/3, de 19 de maio de 2014.

Foi prorrogado o período de funcionamento da CPI por 30 dias, a contar do dia 22 de junho de 2014, conforme resolução n.º 1077/XII, aprovada no dia 20 de junho de 2014.

Os trabalhos da Comissão vieram a ser concluídos em 9 de julho de 2014, com a apreciação do relatório final em Plenário.

Comissão Parlamentar de Inquérito aos Programas Relativos à Aquisição de Equipamentos Militares (EH-101, P-3 Orion, C-295, Torpedos, F-16, Submarinos, Pandur II) (CPIPRAEM)

A CPIPRAEM foi constituída pela Resolução da Assembleia da República n.º 29/2014, publicada no Diário da República, I Série, n.º 65, de 2 de abril de 2014.

A referida Resolução fixou o seguinte objeto da Comissão:

- a) Apurar com rigor os encargos decorrentes dos compromissos financeiros assumidos pelo Estado português, incluindo os montantes, prestações e condições estabelecidos em contratos conexos;
- b) Apurar e identificar as obrigações de prestação de contrapartidas assumidas pelos fornecedores e apreciar o seu atual grau de execução e cumprimento;
- c) Aferir a forma como foi acautelado o interesse do Estado e do erário público na definição das condições constantes dos contratos de fornecimento e de contrapartidas relativos aos equipamentos abrangidos pelos programas atrás referidos, em especial nas cláusulas que limitam a responsabilidade dos fornecedores;
- d) Assegurar o integral esclarecimento sobre a responsabilidade, por ação ou omissão, dos intervenientes na celebração destes contratos, nomeadamente o seu grau de conhecimento e envolvimento nas negociações pré-contratuais que antecederam aqueles;
- e) Avaliar as medidas que foram adotadas face a situações de incumprimento já conhecidas, bem como as demais providências com que se procurou minimizar os impactos negativos de obrigações contratuais assumidas;
- f) Proceder ao levantamento e à apreciação de todos os factos, atos, contratos, estudos, relatórios e deliberações que tenham servido de suporte e fundamento à celebração, com vista à prossecução dos objetivos para que foi criada e ao abrigo dos poderes constitucionais e legais que lhe estão atribuídos, tem vindo a solicitar diversa documentação a várias entidades.

Os trabalhos iniciaram-se no dia 11 de fevereiro de 2014, procedeu-se à realização de 60 reuniões, das quais 46 audições, bem como à solicitação de variada informação e documentação a diversas entidades.

Prestaram depoimento por escrito, usando da prerrogativa prevista no n.º 2 do artigo 16.º do Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares, o ex-Primeiro Ministro Eng.º António Guterres e o ex-Primeiro Ministro Dr. José Manuel Durão Barroso. Prestou ainda depoimento por escrito, na sequência de deliberação da Comissão, tendo em conta a fundamentação de que por motivos de saúde, comprovados por atestado médico, que tornariam impossível a sua presença em reunião da Comissão, o Contra-Almirante Rogério D'Oliveira.

Presidiu à Comissão o Senhor Deputado Telmo Correia (CDS-PP) e, em cumprimento do disposto no artigo 10.º do Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares, no decurso da quinta reunião da Comissão, foi eleita a Senhora Deputada Mónica Ferro como Relatora da Comissão.

Pela Resolução da Assembleia República n.º 75/2014, de 11 de agosto, publicada no Diário da República, 1.ª Série, o prazo de funcionamento da Comissão foi prorrogado por um período adicional de 15 dias. Posteriormente, pela Resolução da Assembleia República n.º 82/2014, de 1 de outubro, o prazo de funcionamento da Comissão foi prorrogado até ao dia 8 de outubro de 2014.

GRUPOS DE TRABALHO DA AR

GRUPO DE TRABALHO PARA A CONSOLIDAÇÃO LEGISLATIVA

Este Grupo de Trabalho foi criado por deliberação unânime da Assembleia da República, tendo sido constituído através do despacho nº 73/XII, da Senhora Presidente da Assembleia da República, que produziu efeitos a julho de 2013.

O Grupo de Trabalho surge na sequência da preocupação do Parlamento com a melhoria da qualidade legislativa e com a simplificação das leis.

O Grupo de Trabalho recolhe a legislação por setores e procede à sua apresentação coerente num único ato legislativo ou num reduzido número de atos (textos consolidados). Assim, os destinatários das regras conhecem e utilizam as leis com mais facilidade.

O Grupo de Trabalho procura um consenso político alargado, sendo composto por um deputado de cada bancada parlamentar e coordenado pelo Deputado Gabriel Côrte-Real Goucha (PSD).

Este Grupo de Trabalho, partindo de algumas compilações sectoriais, já preparadas internamente pelos Serviços da Assembleia da República, ao nível das Comissões Parlamentares, propôs-se fazer um trabalho de consolidação legislativa, que teve início pela área da saúde.

Na 3.ª sessão legislativa, o Grupo de Trabalho realizou 19 reuniões, para além de várias reuniões técnicas.

Com base no trabalho realizado nesta sede, foram aprovadas as Leis n.º 15/2014, de 21 de março (Lei consolidando a legislação em matéria de direitos e deveres do utente dos serviços de saúde), e 43/2014, de 11 de julho (Quarta alteração à Lei n.º 74/98, de 11 de novembro, sobre a publicação, a identificação e o formulário dos diplomas).

Procedeu-se, além disso, à análise de mais de uma centena de diplomas nas mais variadas áreas do Direito, como a Economia e a Concorrência, o Associativismo Juvenil, a Droga, os Partidos Políticos, a Migração e a Violência Doméstica.

GRUPO DE TRABALHO PARA ANÁLISE DA PROBLEMÁTICA DOS INCÊNDIOS FLORESTAIS

Conforme deliberação da Conferência de Líderes, a PAR tomou a iniciativa de constituir o Grupo de Trabalho para Análise da Problemática dos Incêndios Florestais (GT – APIF), através do Despacho n.º 72/XII, de 15 de novembro de 2013, a ser coordenado pela Mesa do Parlamento e com representação paritária dos GP.

Ao grupo foi cometida a missão de, no prazo de 120 dias, apresentar “um conjunto de linhas concretas de atuação, que consubstanciem diretivas para o Legislador e para a Administração.”

Para coordenar os trabalhos, foi designado o Vice-Presidente, Deputado Guilherme Silva (PSD).

Foi definido dever privilegiar-se por via de audições sempre que possível, entidades que tivessem uma ação setorial mais próxima de cada um dos pilares do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (SNDFCI), optando-se relativamente às estruturas federativas e representativas e por razões de tempo, solicitar o respetivo contributo por escrito.

Em virtude do elevado número de entidades e personalidades a ouvir, houve necessidade de proceder ao seu agrupamento em cada uma das audições, em função das questões-tema-chave a abordar, para além de se ter procedido a um questionário escrito a diversas entidades, ao qual responderam 25 entidades.

Para além das audições promovidas na Assembleia da República, o GT-APIF realizou uma visita de trabalho ao terreno, a qual possibilitou a oportunidade de se conhecer in loco uma zona fortemente afetada pelos incêndios florestais no último verão (a Serra do Caramulo), uma zona próxima de uma central de biomassa (Mortágua) e o trabalho desenvolvido na Escola Nacional de Bombeiros (Lousã).

O GT-APIF promoveu, ainda, no dia 11 de dezembro de 2013, uma reunião na Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), na qual estiveram presentes o Presidente da ANPC, os elos de ligação das diferentes entidades que integram os briefings diários no Comando Nacional de Operações de Socorro (CNOS). Esta reunião contou ainda com a presença do Governo, representado pelo Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna.

O GT-APIF concluiu a sua atividade em 13 de maio de 2014, após a apresentação do respetivo Relatório Final, elaborado pelo Deputado Relator Miguel Freitas (PS).

LEIS

LEIS ORGÂNICAS

Na 3.^a sessão legislativa da XII Legislatura foram publicadas 93 Leis, das quais seis são leis orgânicas.

Lei Orgânica n.º 1/2014

Procede à quinta alteração à Lei n.º 14/87, de 29 de abril, que aprova a Lei Eleitoral para o Parlamento Europeu, transpondo a Diretiva n.º 2013/1/UE, do Conselho, de 20 de dezembro de 2012, que altera a Diretiva n.º 93/109/CE, do Conselho, de 6 de dezembro de 1993, no que se refere a alguns aspetos do sistema de elegibilidade nas eleições para o Parlamento Europeu dos cidadãos da União residentes num Estado membro de que não tenham a nacionalidade

Publicação: DR I série n.º 6, de 2014-01-09

Origem: Proposta de Lei n.º 170/XII/2 – Governo

Lei Orgânica n.º 2/2014

Aprova o Regime do Segredo de Estado, procede à vigésima primeira alteração ao Código de Processo Penal e à trigésima primeira alteração ao Código Penal e revoga a Lei n.º 6/94, de 7 de abril

Publicação: DR I série n.º 150, de 2014-08-06

Origem: Projeto de Lei n.º 465/XII/3 - PSD, CDS-PP

Lei Orgânica n.º 3/2014

Cria a Entidade Fiscalizadora do Segredo de Estado

Publicação: DR I série n.º 150, de 2014-08-06

Origem: Projeto de Lei n.º 466/XII/3 - PSD, CDS-PP

Lei Orgânica n.º 4/2014

Quinta alteração à Lei n.º 30/84, de 5 de setembro, que aprova a Lei-quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa

Publicação: DR I série n.º 155, de 2014-08-13

Origem: Projeto de Lei n.º 286/XII/2 - BE

Projeto de Lei n.º 287/XII/2 - BE; Projeto de Lei n.º 288/XII/2 – BE; Projeto de Lei n.º 302/XII/2 - PCP

Projeto de Lei n.º 437/XII/2 - PSD, CDS-PP; Projeto de Lei n.º 556/XII/3 - BE

Lei Orgânica n.º 5/2014

Procede à primeira alteração à Lei de Defesa Nacional, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de julho

Publicação: DR I série n.º 166, de 2014-08-29

Origem: Proposta de Lei n.º 222/XII/3 - Governo

Lei Orgânica n.º 6/2014

Procede à primeira alteração à Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 7 de julho

Publicação: DR I série n.º 167, de 2014-09-01

Origem: Proposta de Lei n.º 223/XII/3 – Governo

LEIS

Na 3.^a sessão legislativa da XII Legislatura deram entrada na Mesa 202 projetos e 76 propostas de lei. Nesta sessão foram aprovadas em votação final global e enviadas para promulgação 109 iniciativas, as quais originaram 93 leis.

Houve uma lei aprovada com base na Apreciação Parlamentar n.º 67/XII/3.^a (Decreto-Lei n.º 146/2013 de 22 de outubro, que "Procede à 12.^a alteração do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho").

Ao contrário do sucedido nas sessões legislativas que precederam, no período em apreço, não deu entrada nenhuma iniciativa legislativa de cidadãos, tendo transitado uma da sessão anterior sobre "Proteção dos direitos individuais e comuns à Água", cuja apreciação não se encontrava concluída no final da sessão.

Deram entrada dois Projetos de Revisão Constitucional, o primeiro subscrito pelos Deputados do PSD eleitos pela Região Autónoma da Madeira, designado "Autonomia Século XXI (Renovar Abril)", e o segundo da autoria do Deputado Rui Barreto (CDS-PP), com o título "Mais Autonomia, Melhor Democracia", cuja apreciação se encontrava por concluir no final da sessão legislativa.

São as seguintes as leis publicadas:

Lei n.º 76/2013

Estabelece um regime de renovação extraordinária dos contratos de trabalho a termo certo, bem como o regime e o modo de cálculo da compensação aplicável aos contratos objeto dessa renovação

Publicação: DR I série n.º 216, de 2013-11-07

Origem: Proposta de Lei n.º 168/XII/2 – Governo

Lei n.º 77/2013

Cria a Comissão para o Acompanhamento dos Auxiliares da Justiça

Publicação: DR I série n.º 226, de 2013-11-21

Origem: Proposta de Lei n.º 160/XII/2 - Governo

Lei n.º 78/2013

Procede à primeira alteração à Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, que estabelece a titularidade dos recursos hídricos

Publicação: DR I série n.º 226, de 2013-11-21

Origem: Projeto de Lei n.º 349/XII/2 - PS

Projeto de Lei n.º 399/XII/2 - PSD, CDS-PP

Lei n.º 79/2013

Quarta alteração à Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, sobre o processo de reconversão das áreas urbanas de génese ilegal

Publicação: DR I série n.º 229, de 2013-11-26

Origem: Projeto de Lei n.º 431/XII/2 - BE ; Projeto de Lei n.º 433/XII/2 - PSD, CDS-PP ; Projeto de Lei n.º 434/XII/2 - PS

Lei n.º 80/2013

Estabelece o regime jurídico da requalificação de trabalhadores em funções públicas visando a melhor afetação dos recursos humanos da Administração Pública, e procede à nona alteração à Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 74/70, de 2 de março, à décima segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril, à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, revogando a Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro

Publicação: DR I série n.º 231, de 2013-11-28

Origem: Proposta de Lei n.º 154/XII/2 - Governo

Lei n.º 81/2013

Transição das freguesias no âmbito da reorganização administrativa operada pelas Leis n.ºs 56/2012, de 8 de novembro, e 11-A/2013, de 28 de janeiro

Publicação: DR I série n.º 237, de 2013-12-06

Origem: Projeto de Lei n.º 454/XII/3 - PSD, CDS-PP

Lei n.º 82/2013

Transpõe a Diretiva n.º 2011/77/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de setembro, relativa ao prazo de proteção do direito de autor e de certos direitos conexos, e altera o Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de março

Publicação: DR I série n.º 237, de 2013-12-06

Origem: Proposta de Lei n.º 169/XII/2 – Governo; Projeto de Lei n.º 406/XII/2 – BE; Projeto de Lei n.º 423/XII/2 - PCP

Lei n.º 83/2013

Procede à segunda alteração à Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2013), à alteração do Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho (Estatuto dos Benefícios Fiscais), e à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 193/2005, de 7 de novembro (Regime Especial de Tributação dos Rendimentos de Valores Mobiliários Representativos de Dívida)

Publicação: DR I série n.º 238, de 2013-12-09

Origem: Proposta de Lei n.º 176/XII/3 - Governo

Lei n.º 83-A/2013

Primeira alteração à Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro, que aprova as bases gerais do sistema de segurança social

Publicação: DR I série n.º 252, 3º Supl., de 2013-12-30

Origem: Proposta de Lei n.º 182/XII/3 - Governo

Lei n.º 83-B/2013

Aprova as Grandes Opções do Plano para 2014

Publicação: DR I série n.º 253, Supl., de 2013-12-31

Origem: Proposta de Lei n.º 177/XII/3 - Governo

Lei n.º 83-C/2013

Orçamento do Estado para 2014

Publicação: DR I série n.º 253, Supl., de 2013-12-31

V. Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 413/2014- DR I S 121, de 2014-06-26

Origem: Proposta de Lei n.º 178/XII/3 - Governo

Lei n.º 1/2014

Procede à oitava alteração à Lei n.º 63-A/2008, de 24 de novembro, que estabelece medidas de reforço da solidez financeira das instituições de crédito no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira e da disponibilização de liquidez nos mercados financeiros

Publicação: DR I série n.º 11, de 2014-01-16

V. Declaração de retificação n.º 17/2014, de 2014-03-11

Origem: Proposta de Lei n.º 181/XII/3 - Governo

Lei n.º 2/2014

Procede à reforma da tributação das sociedades, alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro, o Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro, e o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro

Publicação: DR I série n.º 11, de 2014-01-16

V. Declaração de Retificação n.º 18/2014, de 2014-03-13

Origem: Projeto de Lei n.º 429/XII/2 - PS; Proposta de Lei n.º 175/XII/3 - Governo

Lei n.º 3/2014

Procede à segunda alteração à Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, que aprova o regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho, e à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 116/97, de 12 de maio, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 93/103/CE, do Conselho, de 23 de novembro, relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde no trabalho a bordo dos navios de pesca

Publicação: DR I série n.º 19, de 2014-01-28

V. Declaração de Retificação n.º 20/2014, de 2014-03-27

Origem: Proposta de Lei n.º 156/XII/2 - Governo

Lei n.º 4/2014

Estabelece os princípios e as regras do intercâmbio transfronteiriço de informações relacionadas com a prática de infrações rodoviárias com utilização de veículo matriculado num Estado membro distinto daquele onde a infração foi cometida, e transpõe a Diretiva n.º 2011/82/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro, que

visa facilitar o intercâmbio transfronteiriço de informações sobre infrações às regras de trânsito relacionadas com a segurança rodoviária

Publicação: DR I série n.º 27, de 2014-02-07

Origem: Proposta de Lei n.º 172/XII/3 - Governo

Lei n.º 5/2014

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 260/2009, de 25 de setembro, simplificando o regime de acesso e exercício da atividade das agências privadas de colocação de candidatos a empregos

Publicação: DR I série n.º 30, de 2014-02-12

Origem: Proposta de Lei n.º 134/XII/2 - Governo

Lei n.º 6/2014

Autoriza o Governo a aprovar o regime que assegura a execução, na ordem jurídica interna, das obrigações decorrentes do Regulamento (UE) n.º 648/2012, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012, relativo aos derivados do mercado de balcão, às contrapartes centrais e aos repositórios de transações, a estabelecer o respetivo regime sancionatório, bem como a alterar o Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de novembro

Publicação: DR I série n.º 30, de 2014-02-12

Origem: Proposta de Lei n.º 174/XII/3 - Governo

Lei n.º 7/2014

Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 146/2013, de 22 de outubro, que procede à 12.ª alteração do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho

Origem: Apreciação Parlamentar n.º 67/XII/3 - PCP

Lei n.º 8/2014

Altera os termos da aplicação do regime transitório de atribuição do título enfermeiro (primeira alteração à Lei n.º 111/2009, de 16 de setembro, que procede à primeira alteração ao Estatuto da Ordem dos Enfermeiros, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 104/98, de 21 de abril)

Publicação: DR I série n.º 36, de 2014-02-20

Origem: Proposta de Lei n.º 173/XII/3 - Governo

Lei n.º 9/2014

Autoriza o Governo a legislar sobre o regime de salvaguarda de ativos estratégicos essenciais para garantir a defesa e segurança nacional e a segurança do aprovisionamento do País em serviços fundamentais para o interesse nacional, nas áreas da energia, transportes e comunicações, através da instituição de um procedimento de investigação às operações relativas a tais ativos

Publicação: DR I série n.º 38, de 2014-02-24

Origem: Proposta de Lei n.º 190/XII/3 - Governo

Lei n.º 10/2014

Aprova os Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos

Publicação: DR I série n.º 46, de 2014-03-06

Origem: Proposta de Lei n.º 125/XII/2 - Governo

Lei n.º 11/2014

Estabelece mecanismos de convergência do regime de proteção social da função pública com o regime geral da segurança social, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 60/2005, de 29 de dezembro, à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, e à alteração do Estatuto da Aposentação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro, e revogando normas que estabelecem acréscimos de tempo de serviço para efeitos de aposentação no âmbito da Caixa Geral de Aposentações

Publicação: DR I série n.º 46, de 2014-03-06

Origem: Proposta de Lei n.º 171/XII/2 - Governo

Lei n.º 12/2014

Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, que estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, modificando os regimes de faturação e contraordenacional

Publicação: DR I série n.º 46, de 2014-03-06

Origem: Proposta de Lei n.º 140/XII/2 - Governo

Lei n.º 13/2014

Primeira alteração à Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2014)

Publicação: DR I série n.º 52, de 2014-03-14

Origem: Proposta de Lei n.º 193/XII/3 - Governo

Lei n.º 14/2014

Aprova o regime jurídico do ensino da condução, regulando o acesso e o exercício da atividade de exploração de escolas de condução e das profissões de instrutor de condução e de diretor de escola de condução e a certificação das respetivas entidades formadoras

Publicação: DR I série n.º 54, de 2014-03-18

Origem: Proposta de Lei n.º 141/XII/2 - Governo

Lei n.º 15/2014

Lei consolidando a legislação em matéria de direitos e deveres do utente dos serviços de saúde

Publicação: DR I série n.º 57, de 2014-03-21

Origem: Projeto de Lei n.º 516/XII/3 - PSD, PS, CDS-PP, PCP, BE, PEV

Lei n.º 16/2014

Procede à segunda alteração à Lei n.º 17/2012, de 26 de abril, que estabelece o regime jurídico aplicável à prestação de serviços postais, em plena concorrência, no território nacional, bem como de serviços internacionais com origem ou destino no território nacional

Publicação: DR I série n.º 67, de 2014-04-04

Origem: Proposta de Lei n.º 179/XII/3 - Governo

Lei n.º 17/2014

Estabelece as Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional

Publicação: DR I série n.º 71, de 2014-04-10

Origem: Proposta de Lei n.º 133/XII/2 - Governo

Lei n.º 18/2014

Primeira alteração à Lei n.º 22/99, de 21 de abril, que regula a criação de bolsas de agentes eleitorais e a compensação dos membros das mesas das assembleias ou secções de voto em atos eleitorais e referendários

Publicação: DR I série n.º 71, de 2014-04-10

Origem: Proposta de Lei n.º 188/XII/3 - Governo

Lei n.º 19/2014

Define as bases da política de ambiente

Publicação: DR I série n.º 73, de 2014-04-14

Origem: Proposta de Lei n.º 79/XII/1 - Governo

Lei n.º 20/2014

Procede à primeira alteração à Lei n.º 36/2003, de 22 de agosto, em cumprimento da Decisão n.º 2009/426/JAI, do Conselho, de 16 de dezembro de 2008, relativa ao reforço da EUROJUST e que altera a Decisão n.º 2002/187/JAI, relativa à criação da EUROJUST a fim de reforçar a luta contra as formas graves de criminalidade

Publicação: DR I série n.º 74, de 2014-04-15

Origem: Proposta de Lei n.º 185/XII/3 - Governo

Lei n.º 21/2014

Aprova a lei da investigação clínica

Publicação: DR I série n.º 75, de 2014-04-16

Origem: Proposta de Lei n.º 146/XII/2 - Governo

Lei n.º 22/2014

Vigésima alteração ao Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, aditando a substância 5 (2-aminopropil)indole à tabela anexa II-A e a substância 4 metilamfetamina à tabela anexa II-B

Publicação: DR I série n.º 81, de 2014-04-28

Origem: Proposta de Lei n.º 199/XII/3 – Governo; Projeto de Lei n.º 501/XII/3 - PSD, CDS-PP

Lei n.º 23/2014

Regula a base de dados e os dados pessoais registados objeto de tratamento informático no âmbito do regime de exercício da atividade de segurança privada, aprovado pela Lei n.º 34/2013, de 16 de maio

Publicação: DR I série n.º 81, de 2014-04-28
Origem: Proposta de Lei n.º 200/XII/3 - Governo

Lei n.º 24/2014

Estabelece o regime fiscal das entidades organizadoras das finais das competições UEFA Champions League e UEFA Women's Champions League da época 2013/2014, bem como dos clubes desportivos, respetivos jogadores e equipas técnicas, em virtude da organização e participação naquelas partidas

Publicação: DR I série n.º 81, de 2014-04-28
Origem: Proposta de Lei n.º 210/XII/3 - Governo

Lei n.º 25/2014

Procede à segunda alteração à Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e transpõe parcialmente para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2013/25/UE, do Conselho, de 13 de maio, que adapta determinadas diretivas no domínio do direito de estabelecimento e da livre prestação de serviços, devido à adesão da República da Croácia

Publicação: DR I série n.º 84, de 2014-05-02
Origem: Proposta de Lei n.º 208/XII/3 - Governo

Lei n.º 26/2014

Procede à primeira alteração à Lei n.º 27/2008, de 30 de junho, que estabelece as condições e procedimentos de concessão de asilo ou proteção subsidiária e os estatutos de requerente de asilo, de refugiado e de proteção subsidiária, transpondo as Diretivas n.ºs 2011/95/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro, 2013/32/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho, e 2013/33/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho

Publicação: DR I série n.º 85, de 2014-05-05
Origem: Proposta de Lei n.º 187/XII/3 - Governo

Lei n.º 27/2014

Procede à sexta alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro

Publicação: DR I série n.º 88, de 2014-05-08
Origem: Proposta de Lei n.º 207/XII/3 - Governo

Lei n.º 28/2014

Primeira alteração à Lei n.º 55/2012, de 6 de setembro, que estabelece os princípios de ação do Estado no quadro do fomento, desenvolvimento e proteção da arte do cinema e das atividades cinematográficas e audiovisuais, e ao Decreto-Lei n.º 9/2013, de 24 de janeiro, que regula a liquidação, a cobrança, o pagamento e a fiscalização das taxas previstas na Lei n.º 55/2012, de 6 de setembro

Publicação: DR I série n.º 95, de 2014-05-19
Origem: Proposta de Lei n.º 192/XII/3 - Governo

Lei n.º 29/2014

Autoriza o Governo a simplificar o regime de acesso e de exercício de diversas atividades de comércio, serviços e restauração, a regular as profissões dos responsáveis técnicos para a atividade funerária e do pessoal dos centros de bronzamento artificial, a estabelecer um novo regime contraordenacional e a prever o acesso à base de dados do registo comercial e do registo nacional de pessoas coletivas, bem como a consulta à base de dados da Autoridade Tributária e Aduaneira, para efeitos de cadastro comercial

Publicação: DR I série n.º 95, de 2014-05-19
Origem: Proposta de Lei n.º 213/XII/3 - Governo

Lei n.º 30/2014

Procede à décima primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 118/83, de 25 de fevereiro, e à terceira alteração aos Decretos-Leis n.ºs 158/2005, de 20 de setembro, e 167/2005, de 23 de setembro, modificando o valor dos descontos a efetuar para os subsistemas de proteção social no âmbito dos cuidados de saúde, concretamente da Direção-Geral de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas, dos serviços de assistência na doença da Guarda Nacional Republicana e da Polícia de Segurança Pública e da assistência na doença aos militares das Forças Armadas

Publicação: DR I série n.º 95, de 2014-05-19
Origem: Proposta de Lei n.º 211/XII/3 - Governo

Lei n.º 31/2014

Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo

Publicação: DR I série n.º 104, de 2014-05-30
Origem: Proposta de Lei n.º 183/XII/3 - Governo

Lei n.º 32/2014

Aprova o procedimento extrajudicial pré-executivo
Publicação: DR I série n.º 104, de 2014-05-30
Origem: Proposta de Lei n.º 204/XII/3 - Governo

Lei n.º 33/2014

Primeira alteração à Lei n.º 74/2013, de 6 de setembro, que cria o Tribunal Arbitral do Desporto e aprova a respetiva lei
Publicação: DR I série n.º 113, de 2014-06-16
Origem: Projeto de Lei n.º 523/XII/3 - PSD, CDS-PP

Lei n.º 34/2014

Segunda alteração à Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, que estabelece a titularidade dos recursos hídricos
Publicação: DR I série n.º 116, de 2014-06-19
Origem: Projeto de Lei n.º 557/XII/3 - PSD, CDS-PP

Lei n.º 35/2014

Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas
Publicação: DR I série n.º 117, de 2014-06-20
V. Declaração de retificação n.º 37-A/2014, de 2014-08-19
Origem: Proposta de Lei n.º 184/XII/3 - Governo

Lei n.º 36/2014

Regime jurídico das assembleias distritais
Publicação: DR I série n.º 121, de 2014-06-26
Origem: Proposta de Lei n.º 212/XII/3 - Governo

Lei n.º 37/2014

Estabelece um sistema alternativo e voluntário de autenticação dos cidadãos nos portais e sítios na Internet da Administração Pública denominado Chave Móvel Digital
Publicação: DR I série n.º 121, de 2014-06-26
Origem: Proposta de Lei n.º 214/XII/3 - Governo

Lei n.º 38/2014

Procede à primeira alteração à Lei n.º 54/2010, de 24 de dezembro, que aprova a Lei da Rádio, modificando o prazo para a concessão do serviço público de rádio
Publicação: DR I série n.º 130, de 2014-07-09
Origem: Proposta de Lei n.º 194/XII/3 - Governo

Lei n.º 39/2014

Aprova a segunda alteração à Lei n.º 8/2007, de 14 de fevereiro, que procede à reestruturação da concessionária do serviço público de rádio e televisão, bem como os novos estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, S. A
Publicação: DR I série n.º 130, de 2014-07-09
Origem: Proposta de Lei n.º 195/XII/3 - Governo

Lei n.º 40/2014

Procede à segunda alteração à Lei n.º 27/2007, de 30 de julho (Lei da Televisão e dos Serviços Audiovisuais a Pedido), modificando o conteúdo dos programas que integram a concessão do serviço público de televisão
Publicação: DR I série n.º 130, de 2014-07-09
Origem: Proposta de Lei n.º 196/XII/3 - Governo

Lei n.º 41/2014

Oitava alteração à Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto (lei de enquadramento orçamental)
Publicação: DR I série n.º 131, de 2014-07-10
Origem: Projeto de Lei n.º 550/XII/3 - PSD, CDS-PP

Lei n.º 42/2014

Autoriza o Governo a aprovar o novo Código do Procedimento Administrativo
Publicação: DR I série n.º 132, de 2014-07-11
Origem: Proposta de Lei n.º 224/XII/3 - Governo

Lei n.º 43/2014

Quarta alteração à Lei n.º 74/98, de 11 de novembro, sobre a publicação, a identificação e o formulário dos diplomas

Publicação: DR I série n.º 132, de 2014-07-11

Origem: Projeto de Lei n.º 619/XII/3 - PSD, PS, CDS-PP, PCP, BE, PEV

Lei n.º 44/2014

Autoriza o Governo a aprovar um novo Código Fiscal do Investimento e a alterar o Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho

Publicação: DR I série n.º 132, de 2014-07-11

Origem: Proposta de Lei n.º 229/XII/3 - Governo

Lei n.º 45/2014

Autoriza o Governo a introduzir disposições de natureza especial em matéria de regime das contraordenações, no contexto da criação de um regime excecional e extraordinário de regularização a aplicar aos estabelecimentos industriais, explorações pecuárias, explorações de pedreiras e explorações onde se realizam operações de gestão de resíduos, por motivo de desconformidade com os planos de ordenamento do território vigentes ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública, e a consagrar normas especiais em matéria da aplicação de medidas de tutela da legalidade administrativa

Publicação: DR I série n.º 135, de 2014-07-16

Origem: Proposta de Lei n.º 221/XII/3 - Governo

Lei n.º 46/2014

Autoriza o Governo, no âmbito da transposição da Diretiva n.º 2013/36/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho, a proceder à alteração ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro, ao Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de novembro, às Leis n.ºs 25/2008, de 5 de junho, e 28/2009, de 19 de junho, e aos Decretos-Leis n.ºs 260/94, de 22 de outubro, 72/95, de 15 de abril, 171/95, de 18 de julho, 211/98, de 16 de julho, 357-B/2007 e 357-C/2007, de 31 de outubro, 317/2009, de 30 de outubro, e 40/2014, de 18 de março

Publicação: DR I série n.º 143, de 2014-07-28

Origem: Proposta de Lei n.º 225/XII/3 - Governo

Lei n.º 47/2014

Procede à quarta alteração à Lei n.º 24/96, de 31 de julho, que estabelece o regime legal aplicável à defesa dos consumidores, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 24/2014, de 14 de fevereiro, transpondo parcialmente a Diretiva n.º 2011/83/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2011

Publicação: DR I série n.º 143, de 2014-07-28

Origem: Proposta de Lei n.º 201/XII/3 - Governo

Lei n.º 48/2014

Comissões de inquérito da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Publicação: DR I série n.º 143, de 2014-07-28

Origem: Proposta de Lei n.º 161/XII/2 - Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Lei n.º 48-A/2014

Prorroga o prazo de suspensão das disposições de instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho e das cláusulas de contrato de trabalho, procedendo à segunda alteração da Lei n.º 23/2012, de 25 de junho

Publicação: DR I série n.º 146, Supl., de 2014-07-31

Origem: Proposta de Lei n.º 231/XII/3 - Governo

Lei n.º 49/2014

Estabelece o regime de acesso e de exercício da profissão de auditor de segurança rodoviária, de emissão dos respetivos títulos profissionais e de acesso e exercício da atividade de formação profissional dos auditores, conformando-o com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram as Diretivas n.ºs 2005/36/CE, de 7 de setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, de 12 de dezembro, relativa aos serviços no mercado interno

Publicação: DR I série n.º 153, de 2014-08-11

Origem: Proposta de Lei n.º 202/XII/3 - Governo

Lei n.º 50/2014

Primeira alteração à Lei n.º 9/2007, de 19 de fevereiro, que estabelece a orgânica do Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa, do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED) e do Serviço de Informações de Segurança (SIS) e revoga os Decretos-Leis n.ºs 225/85, de 4 de julho e 254/95, de 30 de setembro

Publicação: DR I série n.º 155, de 2014-08-13

Origem: Projeto de Lei n.º 556/XII/3 - BE ; Projeto de Lei n.º 438/XII/2 - PSD, CDS-PP; Projeto de Lei n.º 181/XII/1 - PS

Lei n.º 51/2014

Procede à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 189/2000, de 12 de agosto, à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 134/2005, de 16 de agosto, à nona alteração ao Decreto-Lei n.º 176/2006, de 30 de agosto, à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 307/2007, de 31 de agosto, à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 189/2008, de 24 de setembro, à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 145/2009, de 17 de junho, e à quinta alteração ao regime geral das participações do Estado no preço dos medicamentos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 48-A/2010, de 13 de maio

Publicação: DR I série n.º 162, de 2014-08-25

Origem: Proposta de Lei n.º 205/XII/3 - Governo

Lei n.º 52/2014

Estabelece normas de acesso a cuidados de saúde transfronteiriços e promove a cooperação em matéria de cuidados de saúde transfronteiriços, transpondo a Diretiva n.º 2011/24/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de março de 2011, e a Diretiva de Execução n.º 2012/52/UE da Comissão, de 20 de dezembro de 2012

Publicação: DR I série n.º 162, de 2014-08-25

Origem: Proposta de Lei n.º 206/XII/3 - Governo

Lei n.º 53/2014

Aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal regulamentando o Fundo de Apoio Municipal, e procede à primeira alteração à Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais

Publicação: DR I série n.º 162, de 2014-08-25

Origem: Proposta de Lei n.º 232/XII/3 - Governo

Lei n.º 54/2014

Integração da totalidade do lugar de Lagoa na União das Freguesias de Aboim, Felgueiras, Gontim e Pedraído (alteração aos limites da União das Freguesias de Aboim, Felgueiras, Gontim e Pedraído e da União das Freguesias de Moreira do Rei e Várzea Cova)

Publicação: DR I série n.º 162, de 2014-08-25

Origem: Projeto de Lei n.º 493/XII/3 - PS

Lei n.º 55/2014

Procede à sétima alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro

Publicação: DR I série n.º 162, de 2014-08-25

Origem: Proposta de Lei n.º 230/XII/3 - Governo

Lei n.º 56/2014

Alteração da denominação da freguesia de «Sande e São Lourenço», no município do Marco de Canaveses, para «Sande e São Lourenço do Douro»

Publicação: DR I série n.º 162, de 2014-08-25

Origem: Projeto de Lei n.º 609/XII/3 - PSD, CDS-PP

Lei n.º 57/2014

Alteração da denominação da freguesia de «Livração», no município do Marco de Canaveses, para Santo Isidoro e Livração»

Publicação: DR I série n.º 162, de 2014-08-25

Origem: Projeto de Lei n.º 608/XII/3 - PSD, CDS-PP

Lei n.º 58/2014

Primeira alteração à Lei n.º 58/2012, de 9 de novembro, que cria um regime extraordinário de proteção de devedores de crédito à habitação em situação económica muito difícil

Publicação: DR I série n.º 162, de 2014-08-25

Origem: Projeto de Lei n.º 502/XII/3 - PSD, CDS-PP

Lei n.º 59/2014

Procede à trigésima segunda alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro, qualificando os crimes de homicídio e de ofensas à integridade física cometidos contra solicitadores, agentes de execução e administradores judiciais

Publicação: DR I série n.º 163, de 2014-08-26

Origem: Projeto de Lei n.º 459/XII/3 - PSD, CDS-PP

Lei n.º 60/2014

Alteração da denominação da «União das Freguesias de Gouveia (São Pedro e São Julião)», no município de Gouveia, para «Gouveia»

Publicação: DR I série n.º 163, de 2014-08-26

Origem: Projeto de Lei n.º 613/XII/3 - PSD, CDS-PP

Lei n.º 61/2014

Aprova o regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos

Publicação: DR I série n.º 163, de 2014-08-26

Origem: Proposta de Lei n.º 235/XII/3 - Governo

Lei n.º 62/2014

Procede à interpretação autêntica do n.º 2 do artigo 3.º da Lei n.º 55/2010, de 24 de dezembro, que Reduz as subvenções públicas e os limites máximos dos gastos nas campanhas eleitorais, na redação dada pela Lei n.º 1/2013, de 3 de janeiro

Publicação: DR I série n.º 163, de 2014-08-26

Origem: Projeto de Lei n.º 631/XII/3 - PSD, CDS-PP

Lei n.º 63/2014

Estabelece as condições aplicáveis aos empréstimos destinados à aquisição ou construção de habitação própria de deficientes das forças armadas e procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 230/80, de 16 de julho

Publicação: DR I série n.º 163, de 2014-08-26

Origem: Projeto de Lei n.º 594/XII/3 - PSD, CDS-PP; Projeto de Lei n.º 605/XII/3 - BE

Lei n.º 64/2014

Aprova o regime de concessão de crédito bonificado à habitação a pessoa com deficiência e revoga os Decretos-Leis n.ºs 541/80, de 10 de novembro, e 98/86, de 17 de maio

Publicação: DR I série n.º 163, de 2014-08-26

Origem: Projeto de Lei n.º 490/XII/3 - BE; Projeto de Lei n.º 595/XII/3 - PSD, CDS-PP

Lei n.º 65/2014

Estabelece o regime de acesso e de exercício da profissão de podologista, com ou sem fins lucrativos, bem como da emissão do respetivo título profissional

Publicação: DR I série n.º 165, de 2014-08-28

Origem: Proposta de Lei n.º 203/XII/3 - Governo

Lei n.º 66/2014

Procede à primeira alteração ao Regulamento de Disciplina da Guarda Nacional Republicana, aprovado em anexo à Lei n.º 145/99, de 1 de setembro

Publicação: DR I série n.º 165, de 2014-08-28

Origem: Proposta de Lei n.º 218/XII/3 - Governo

Lei n.º 67/2014

Limites territoriais entre os concelhos de Sesimbra e do Seixal, no distrito de Setúbal

Publicação: DR I série n.º 165, de 2014-08-28

Origem: Projeto de Lei n.º 472/XII/3 - PCP

Lei n.º 68/2014

Aprova o regime jurídico aplicável ao nadador-salvador em todo o território nacional, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpõe a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro, relativa aos serviços no mercado interno, com a Lei n.º 9/2009, de 4 de março, que transpõe a Diretiva n.º 2005/36/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e com o Decreto-Lei n.º 92/2011, de 27 de julho, que cria o Sistema de Regulação de Acesso a Profissões, e revoga o Decreto-Lei n.º 118/2008, de 10 de julho

Publicação: DR I série n.º 166, de 2014-08-29
Origem: Proposta de Lei n.º 198/XII/3 - Governo

Lei n.º 69/2014

Procede à trigésima terceira alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro, criminalizando os maus tratos a animais de companhia, e à segunda alteração à Lei n.º 92/95, de 12 de setembro, sobre proteção aos animais, alargando os direitos das associações zoófilas

Publicação: DR I série n.º 166, de 2014-08-29
Origem: Projeto de Lei n.º 474/XII/3 - PS Projeto de Lei n.º 475/XII/3 - PSD

Lei n.º 70/2014

Aprova o regime jurídico aplicável ao mergulho profissional em todo o território nacional, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpõe a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro, relativa aos serviços no mercado interno, com a Lei n.º 9/2009, de 4 de março, que transpõe a Diretiva n.º 2005/36/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e com o Decreto-Lei n.º 92/2011, de 27 de julho, que cria o Sistema de Regulação de Acesso a Profissões, e revoga o Decreto n.º 48008, de 27 de outubro de 1967, e o Decreto-Lei n.º 12/94, de 15 de janeiro

Publicação: DR I série n.º 167, de 2014-09-01
Origem: Proposta de Lei n.º 197/XII/3 - Governo

Lei n.º 71/2014

Repõe o regime especial de aposentação para educadores de infância e professores do 1.º ciclo do ensino básico do ensino público em regime de monodocência que concluíram o curso do Magistério Primário e da Educação de Infância em 1975 e 1976

Publicação: DR I série n.º 167, de 2014-09-01
Origem: Projeto de Lei n.º 644/XII/3 - PSD, PS, CDS-PP, BE, PEV

Lei n.º 72/2014

Procede à segunda alteração à Lei n.º 68/93, de 4 de setembro, que estabelece a Lei dos Baldios, à alteração ao Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, e à nona alteração ao Regulamento das Custas Processuais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 34/2008, de 26 de fevereiro

Publicação: DR I série n.º 168, de 2014-09-02
Origem: Projeto de Lei n.º 528/XII/3 - PSD, CDS-PP

Lei n.º 73/2014

Autoriza o Governo a legislar sobre o regime jurídico da exploração e prática do jogo online

Publicação: DR I série n.º 168, de 2014-09-02
Origem: Proposta de Lei n.º 238/XII/3 - Governo

Lei n.º 74/2014

Autoriza o Governo a alterar os Estatutos da Casa do Douro, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 277/2003, de 6 de novembro, a definir o regime de regularização das suas dívidas, bem como a criar as condições para a sua transição para uma associação de direito privado, extinguindo o atual estatuto de associação pública da Casa do Douro

Publicação: DR I série n.º 168, de 2014-09-02
V. Declaração de retificação n.º 38/2014, de 2014-09-10
Origem: Proposta de Lei n.º 234/XII/3 - Governo

Lei n.º 75/2014

Estabelece os mecanismos das reduções remuneratórias temporárias e as condições da sua reversão

Publicação: DR I série n.º 176, de 2014-09-12
Origem: Proposta de Lei n.º 239/XII/3 - Governo

A tabela e gráfico que a seguir se apresentam espelham estatisticamente a tramitação das iniciativas por autor, referidas ao período em apreço.

Tabela 10
Projetos de Revisão Constitucional, Projetos e Propostas de Lei

Iniciativas	Autor	Transita das para XII/3 ^a	Entradas XII/3 ^a	Discutidas Generalidade	Aprovadas Votação Generalidade	Rejeitadas Votação Generalidade	Aprovadas Votação Final Global	Veto PR	Iniciativas deram origem a Lei	Leis
Projeto de Revisão Constitucional	PSD ⁶	-	1	-	-	-	-	-	-	93 ⁷
	CDS-PP ⁸	-	1	-	-	-	-	-	-	
	Total	-	2	-	-	-	-	-	-	
Projetos de Lei	PSD	4	6 ⁹	8	5	-	1	-	1	
	PSD/PS/CDS-PP/BE/PEV	-	1	1	1	-	1	-	1	
	PSD/CDS-PP	4	28	19	20	-	20	-	20	
	PS	22	28	25	11	11	6	-	6	
	CDS-PP	2	2	3	2	-	-	-	-	
	PCP	35	91	47	8	40	3	-	3	
	BE	34	39	40	6	32	8	-	8 ¹⁰	
	PEV	5	5	7	-	4	-	-	-	
	Todos GP	0	2	2	2	-	2	-	2	
	Iniciativa Legislativa Cidadãos	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	107	202	152	55	87	41	-	41		
Propostas de Lei	Governo	14	69	69	72	-	67	3	66	
	ALRA Açores	7	3	2	2	-	1	-	1	
	ALRA Madeira	9	4	-	-	-	-	-	-	
	Total	30	76	71	74	-	68	3	67	
Total	137	280	223	129	87	109	3	108		

⁶ Apresentado pelos Deputados Guilherme Silva, Cláudia Monteiro de Aguiar, Correia de Jesus e Hugo Velosa (PSD).

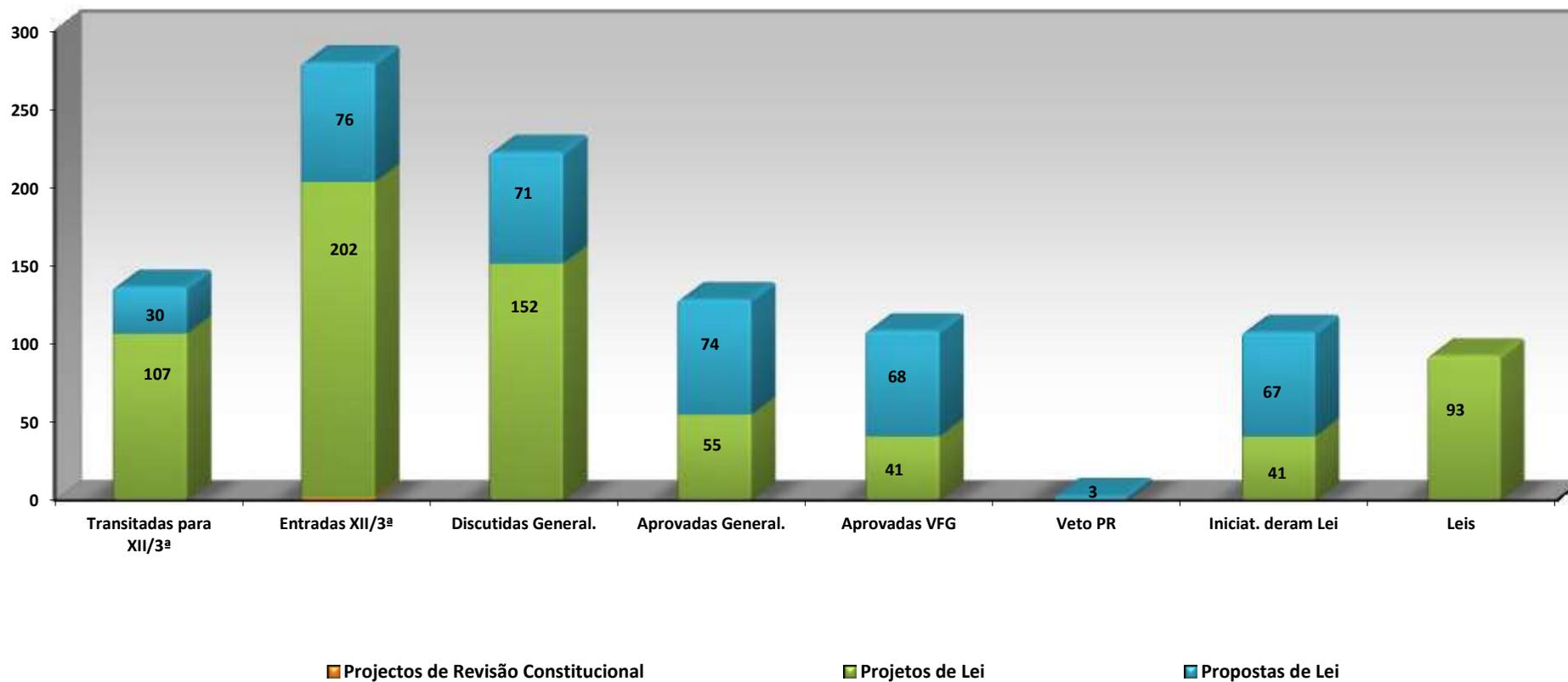
⁷ Inclui 6 Leis Orgânicas e uma Lei que teve origem na Apreciação Parlamentar n.º 67/XII/3 (PCP).

⁸ Apresentado pelo Deputado Rui Barreto (CDS-PP).

⁹ O PJI 475/XII/3 é também subscrito pelos Deputados João Rebelo e Teresa Anjinho (CDS-PP)

¹⁰ O PJI 556/XII/3 (BE) deu origem a 2 Leis

Gráfico 8
Projetos de Revisão Constitucional, Projetos e Propostas de Lei



REGULAMENTAÇÃO DAS LEIS

O Regimento da Assembleia da República dispõe que compete à Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares promover a elaboração, no início de cada sessão legislativa, de um “Relatório de Progresso” relativo à aprovação e entrada em vigor das leis e da consequente regulamentação, incluindo o cumprimento dos respetivos prazos.

Entre o elenco das 141 leis objeto de análise no Relatório, verificou-se que doze tinham a natureza de leis de autorização legislativa, atribuindo ao Governo autorização para legislar sobre matérias da competência de reserva relativa da Assembleia. No entanto, apenas cinco foram utilizadas no decurso da sessão.

Das restantes 129 leis:

- 61 não careciam de regulamentação;
- 14 encontravam-se regulamentadas;
- 54 aguardavam regulamentação, das quais 18 encontravam-se fora do prazo de regulamentação.

O Orçamento de Estado para 2014, aprovado pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e que merece tratamento autónomo no Relatório de Progresso, continha nas suas disposições dez autorizações legislativas. Destas, uma foi utilizada até ao fim da sessão. As restantes nove, não tendo sido utilizadas, encontravam-se dentro do prazo de regulamentação.

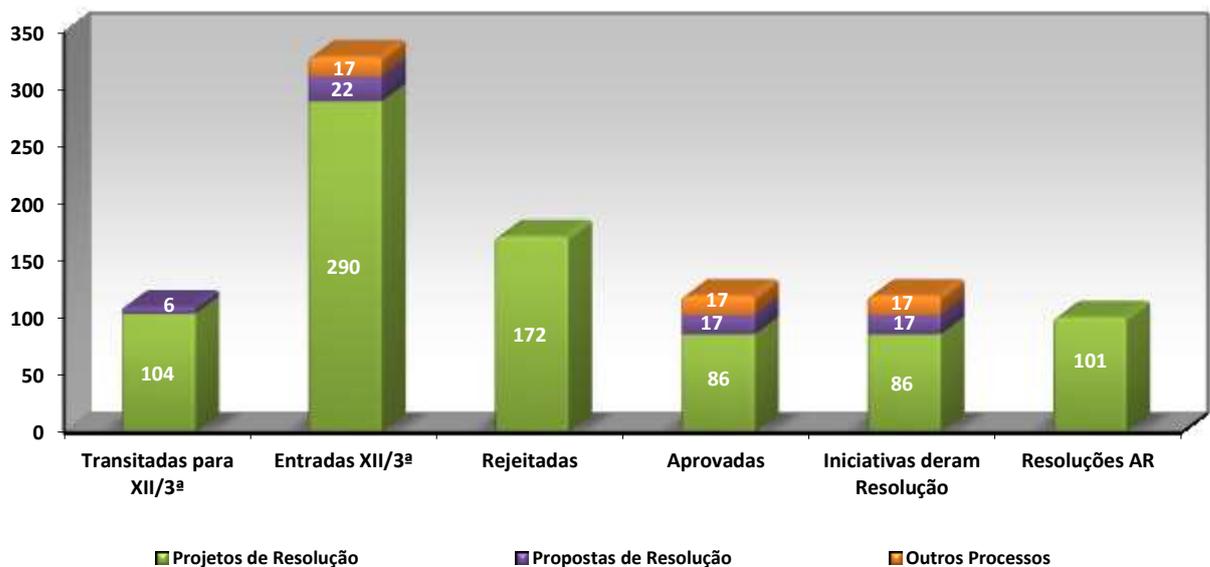
RESOLUÇÕES

A lei fundamental, no seu artigo 166º, define como resolução o ato da Assembleia da República que não revista a forma de lei ou moção e determina que as resoluções são publicadas independentemente de promulgação.

Tabela 11
Projetos e Propostas de Resolução

Iniciativas	Autor	Transitadas para XII/3ª	Entradas XII/3ª	Rejeitadas	Aprovadas	Iniciativas que deram origem a Resolução	Resoluções AR
Projetos de Resolução	PAR	1	11	-	11	11	101
	PAR e Todos GP	-	1	-	1	2 ¹¹	
	PSD	5	8	-	9	9	
	PSD/PS	-	1	-	1	1	
	PSD/CDS-PP	4	17	-	16	16	
	PS	13	39	22	16	15	
	CDS-PP	14	4	-	7	7	
	PCP	30	89	64	10	10	
	BE	30	90	61	7	7	
	PEV	7	27	25	5	5	
	Todos GP	-	2	-	2	2	
CAE	-	1	-	1	1		
Total		104	290	172	86	86	
Propostas de Resolução	Governo ¹²	6	22	-	17	17	
	Total	6	22	-	17	17	
Outros Processos que dão origem a Resolução	Designação de Titulares de Cargos Exteriores AR ¹³					11	
	Apreciação Orçamento e Conta da AR					3	
	Conta Geral do Estado					1	
	Inquérito Parlamentar					2	
	Total					17	
Total		110	312	172	103	120	

Gráfico 9
Projetos e Propostas de Resolução



¹¹ A RAR n.º 139/2013, aprovada na 2ª sessão legislativa, foi publicada no DR na 3ª.

¹² Todas as Propostas de Resolução de iniciativa governamental visaram aprovar Acordos, Convenções, Protocolos ou Tratados Internacionais.

¹³ Eleições para a Comissão Nacional de Eleições (CNE), Assembleia Parlamentar da NATO, Assembleia Parlamentar da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (APOSCE), Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo (AP-UpM), Fórum Parlamentar Ibero-Americano (FPIA), Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (APCE), Assembleia da República à União Interparlamentar (UIP), Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal (CFSIIC), Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd), Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA).

Podem destacar-se, pela sua relevância:

Resolução da AR n.º 143/2013

Recomenda ao Governo que proceda à avaliação do impacto do Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda-Gerês

Publicação: DR I série n.º 203, de 2013-10-21

Origem: Projeto de Resolução n.º 818/XII/2 – PEV; Projeto de Resolução n.º 819/XII/3 - CDS-PP; Projeto de Resolução n.º 816/XII/2 – PCP; Projeto de Resolução n.º 734/XII/2 - PSD

Resolução da AR n.º 144/2013

Recomenda ao Governo que, em articulação com a academia, promova um estudo que aborde as vantagens e desvantagens da fragmentação hidráulica em Portugal, e que promova estrita regulamentação de avaliação e salvaguarda dos respetivos impactos ambientais e sobre as populações

Publicação: DR I série n.º 207, de 2013-10-25

Origem: Projeto de Resolução n.º 585/XII/2 - PS

Resolução da AR n.º 145/2013

Recomenda ao Governo a adoção de medidas de natureza regulatória, na gestão dos resíduos perigosos em Portugal, com vista a uma maior eficiência neste sector

Publicação: DR I série n.º 207, de 2013-10-25

Origem: Projeto de Resolução n.º 434/XII/1 - CDS-PP

Resolução da AR n.º 146/2013

Recomenda ao Governo que proceda às obras de remodelação e eletrificação da Linha do Algarve

Publicação: DR I série n.º 216, de 2013-11-07

Origem: Projeto de Resolução n.º 794/XII/2 - PEV

Resolução da AR n.º 147/2013

Recomenda ao Governo que promova uma alteração ao Código do Imposto sobre Veículos (ISV), no sentido da redução do imposto a sujeitos passivos com mais de três dependentes

Publicação: DR I série n.º 220, de 2013-11-13

Origem: Projeto de Resolução n.º 844/XII/3 - PSD

Resolução da AR n.º 148/2013

Recomenda ao Governo que promova uma alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (Código do IRS), no sentido do aumento das deduções fiscais para famílias com mais de três dependentes

Publicação: DR I série n.º 220, de 2013-11-13

Origem: Projeto de Resolução n.º 843/XII/3 - PSD

Resolução da AR n.º 149/2013

Recomenda ao Governo a clarificação dos conceitos presentes no regime de instalação e funcionamento dos recintos de espetáculos e de divertimentos públicos, de forma a garantir condições de sã concorrência e promover uma efetiva proteção dos direitos dos cidadãos em matéria de poluição sonora

Publicação: DR I série n.º 224, de 2013-11-19

Origem: Projeto de Resolução n.º 670/XII/2 - CDS-PP; Projeto de Resolução n.º 752/XII/2 - PSD

Resolução da AR n.º 150/2013

Recomenda ao Governo a proteção dos documentos sonoros que sejam parte do património cultural português

Publicação: DR I série n.º 224, de 2013-11-19

Origem: Projeto de Resolução n.º 854/XII/3 - PSD, CDS-PP

Resolução da AR n.º 151/2013

Recomenda ao Governo que promova o multilinguismo mediante a integração do inglês no currículo obrigatório do 1.º ciclo do ensino básico e crie condições para a aprendizagem de uma segunda língua estrangeira no âmbito das atividades de enriquecimento curricular

Publicação: DR I série n.º 224, de 2013-11-19

Origem: Projeto de Resolução n.º 841/XII/3 - PS

Resolução da AR n.º 154/2013

Participação da Assembleia da República na Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo (Primeira alteração à Resolução da Assembleia da República n.º 58/2004, de 6 de agosto)

Publicação: DR I série n.º 248, de 2013-12-23

Origem: Projeto de Resolução n.º 881/XII/3 - PSD, PS

Resolução da AR n.º 155/2013

Recomenda ao Governo a adoção de um plano integrado de revitalização das Associações de Estudantes do Ensino Básico e Secundário como vetor de promoção de uma cidadania juvenil mais ativa

Publicação: DR I série n.º 251, de 2013-12-27

Origem: Projeto de Resolução n.º 587/XII/2 - PSD, CDS-PP

Resolução da AR n.º 156/2013

Aprova o recesso, por parte da República Portuguesa, ao Ato Constitutivo da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI), adotado, em Viena, em 8 de abril de 1979, e em vigor desde 10 de junho de 1985

Publicação: DR I série n.º 253, de 2013-12-31

Origem: Proposta de Resolução n.º 69/XII/3 - Governo

Resolução da AR n.º 2/2014

Aprova a Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas Contra os Desaparecimentos Forçados adotada em Nova Iorque, em 20 de dezembro de 2006

Publicação: DR I série n.º 11, de 2014-01-16

Origem: Proposta de Resolução n.º 64/XII/2 - Governo

Resolução da AR n.º 3/2014

Aprova o Acordo-Quadro de Parceria e Cooperação entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República das Filipinas, por outro, assinado em Phnom Penh a 11 de julho de 2012

Publicação: DR I série n.º 11, de 2014-01-16

Origem: Proposta de Resolução n.º 61/XII/2 - Governo

Resolução da AR n.º 6-A/2014

Propõe a realização de um referendo sobre a possibilidade de co-adoção pelo cônjuge ou unido de facto do mesmo sexo e sobre a possibilidade de adoção por casais do mesmo sexo, casados ou unidos de facto

Publicação: DR I série n.º 13, Supl., de 2014-01-20

Origem: Projeto de Resolução n.º 857/XII/3 - PSD

Resolução da AR n.º 7/2014

Aprova a Convenção Europeia sobre o Exercício dos Direitos das Crianças, adotada em Estrasburgo, em 25 de janeiro de 1996

Publicação: DR I série n.º 18, de 2014-01-27

Origem: Proposta de Resolução n.º 65/XII/2 - Governo

Resolução da AR n.º 8/2014

Recomenda ao Governo o reforço das medidas de abordagem integrada das doenças hepáticas

Publicação: DR I série n.º 18, de 2014-01-27

Origem: Projeto de Resolução n.º 758/XII/2 - PSD, CDS-PP

Resolução da AR n.º 10/2014

Recomenda ao Governo que proceda à revisão do Regime de Renda Apoiada

Publicação: DR I série n.º 26, de 2014-02-06

Origem: Projeto de Resolução n.º 916/XII/3 - PSD, CDS-PP

Resolução da AR n.º 12/2014

Recomenda o restabelecimento da ligação aérea Lisboa-Vila Real-Bragança-Vila Real-Lisboa

Publicação: DR I série n.º 31, de 2014-02-13

Origem: Projeto de Resolução n.º 915/XII/3 - BE

Resolução da AR n.º 13/2014

Recomendação ao Governo relativamente ao Céu Único Europeu

Publicação: DR I série n.º 31, de 2014-02-13

Origem: Projeto de Resolução n.º 845/XII/3 – BE; Projeto de Resolução n.º 847/XII/3 - PSD, CDS-PP; Projeto de Resolução n.º 853/XII/3 – PCP; Projeto de Resolução n.º 878/XII/3 - PS

Resolução da AR n.º 14/2014

Aprova o Protocolo Adicional às Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949 relativo à Adoção de Um Emblema Distintivo Adicional (Protocolo III) adotado em Genebra, em 8 de dezembro de 2005, por forma a consolidar a Universidade da Cruz Vermelha, dando resposta à necessidade de ser criado um emblema adicional sem qualquer Conotação Nacionalista, Política ou Religiosa

Publicação: DR I série n.º 33, de 2014-02-17

Origem: Proposta de Resolução n.º 67/XII/3 - Governo

Resolução da AR n.º 15/2014

Recomenda ao Governo a valorização do pequeno produtor/agricultor

Publicação: DR I série n.º 36, de 2014-02-20

Origem: Projeto de Resolução n.º 367/XII/1 - CDS-PP

Resolução da AR n.º 16/2014

Recomenda ao Governo que institua parques para partilha de viaturas nas entradas das autoestradas

Publicação: DR I série n.º 36, de 2014-02-20

Origem: Projeto de Resolução n.º 471/XII/2 - BE

Resolução da AR n.º 17/2014

Honras de Panteão Nacional a Sophia de Mello Breyner Andresen

Publicação: DR I série n.º 46, de 2014-03-06

Origem: Projeto de Resolução n.º 952/XII/3 - PSD, PS, CDS-PP, PCP, BE, PEV

Resolução da AR n.º 20/2014

Recomenda ao Governo medidas de proteção e valorização da Praia Jurássica de São Bento, em Porto de Mós

Publicação: DR I série n.º 49, de 2014-03-11

Origem: Projeto de Resolução n.º 938/XII/3 - PS

Resolução da AR n.º 23/2014

Acompanhamento da aplicação do Acordo Ortográfico em Portugal

Publicação: DR I série n.º 53, de 2014-03-17

Origem: Projeto de Resolução n.º 890/XII/3 – PSD, CDS-PP

Resolução da AR n.º 24/2014

Recomenda ao Governo a adoção de medidas sobre a praxe académica

Publicação: DR I série n.º 53, de 2014-03-17

Origem: Projeto de Resolução n.º 967/XII/3 - PSD, CDS-PP

Resolução da AR n.º 25/2014

Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha para a Criação do Bloco Funcional de Espaço Aéreo do Sudoeste (SW FAB), assinado em Lisboa, em 17 de maio de 2013

Publicação: DR I série n.º 54, de 2014-03-18

Origem: Proposta de Resolução n.º 68/XII/3 - Governo

Resolução da AR n.º 26/2014

Recomenda ao Governo que, numa perspetiva de mitigação, estude a possibilidade do recurso a medidas de urgência para responder aos estragos que resultaram das intempéries que assolaram o País no início do ano, e que simultaneamente promova com celeridade a revisão da Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira, numa ótica da prevenção e adaptação às dinâmicas do litoral do País

Publicação: DR I série n.º 54, de 2014-03-18

Origem: Projeto de Resolução n.º 956/XII/3 - PSD, CDS-PP

Resolução da AR n.º 27/2014

Institui o Dia Nacional da Paralisia Cerebral

Publicação: DR I série n.º 57, de 2014-03-21

Origem: Projeto de Resolução n.º 931/XII/3 – PS; Projeto de Resolução n.º 933/XII/3 - PSD, CDS-PP

Resolução da AR n.º 28/2014

Aprova o Acordo de Cooperação Consular entre os Estados membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 24 de julho de 2008

Publicação: DR I série n.º 65, de 2014-04-02
Origem: Proposta de Resolução n.º 62/XII/2 - Governo

Resolução da AR n.º 30/2014

Recomenda ao Governo que proceda, com urgência, à regulamentação da Lei n.º 53/2012, de 5 de setembro, que aprova o regime jurídico da classificação de arvoredo de interesse público (revogando o Decreto-Lei n.º 28 468, de 15 de fevereiro de 1938)

Publicação: DR I série n.º 67, de 2014-04-04
Origem: Projeto de Resolução n.º 968/XII/3 - PS

Resolução da AR n.º 31/2014

Recomenda ao Governo que proceda à implementação de um programa nacional, global e integrado de modernização, simplificação e desburocratização administrativas

Publicação: DR I série n.º 72, de 2014-04-11
Origem: Projeto de Resolução n.º 957/XII/3 - PS; Projeto de Resolução n.º 974/XII/3 - PSD, CDS-PP

Resolução da AR n.º 32/2014

Promoção e divulgação do Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca

Publicação: DR I série n.º 76, de 2014-04-17
Origem: Projeto de Resolução n.º 971/XII/3 - PCP

Resolução da AR n.º 33/2014

Disponibilização ao público dos documentos estruturantes sobre desenvolvimento sustentável

Publicação: DR I série n.º 77, de 2014-04-21
Origem: Projeto de Resolução n.º 996/XII/3 - PEV

Resolução da AR n.º 34/2014

Recomenda ao Governo a concretização de medidas para o sector do aluguer de equipamentos industriais

Publicação: DR I série n.º 86, de 2014-05-06
Origem: Projeto de Resolução n.º 953/XII/3 - PCP

Resolução da AR n.º 35/2014

Recomenda ao Governo a criação de um programa especial para a regeneração das ilhas do Porto

Publicação: DR I série n.º 86, de 2014-05-06
Origem: Projeto de Resolução n.º 986/XII/3 - PS

Resolução da AR n.º 36/2014

Deslocação do Presidente da República à República Popular da China

Publicação: DR I série n.º 86, de 2014-05-06
Origem: Projeto de Resolução n.º 1013/XII/3 - PAR

Resolução da AR n.º 37/2014

Libertação da via da água e criação de um regime específico de navegação nos estuários dos rios

Publicação: DR I série n.º 87, de 2014-05-07
Origem: Projeto de Resolução n.º 759/XII/2 - PSD; Projeto de Resolução n.º 924/XII/3 - PCP

Resolução da AR n.º 38/2014

Recomenda ao Governo a promoção da regeneração de estruturas típicas urbanas em condições de precariedade habitacional

Publicação: DR I série n.º 87, de 2014-05-07
Origem: Projeto de Resolução n.º 1008/XII/3 - PSD, CDS-PP

Resolução da AR n.º 39/2014

Aprova o Acordo Quadro entre a República Portuguesa e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, assinado em Lisboa, em 31 de julho de 2012

Publicação: DR I série n.º 92, de 2014-05-14
Origem: Proposta de Resolução n.º 70/XII/3 - Governo

Resolução da AR n.º 40/2014

Aprova o Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República da Bulgária no Domínio do Combate à Criminalidade, assinado em Sófia, em 28 de janeiro de 2011

Publicação: DR I série n.º 92, de 2014-05-14
Origem: Proposta de Resolução n.º 71/XII/3 - Governo

Resolução da AR n.º 41/2014

Recomenda ao Governo medidas integradas de sustentabilidade dos montados de sobro e azinho

Publicação: DR I série n.º 94, de 2014-05-16

Origem: Projeto de Resolução n.º 84/XII/1 - CDS-PP ; Projeto de Resolução n.º 867/XII/3 – PS; Projeto de Resolução n.º 882/XII/3 – BE; Projeto de Resolução n.º 886/XII/3 – PCP; Projeto de Resolução n.º 917/XII/3 - PSD

Resolução da AR n.º 42/2014

Recomenda ao Governo a implementação de um plano estratégico do Centro Hospitalar do Baixo Vouga, que assente numa lógica tripolar e de complementaridade entre as três unidades - Águeda, Aveiro e Estarreja

Publicação: DR I série n.º 94, de 2014-05-16

Origem: Projeto de Resolução n.º 995/XII/3 - PSD, CDS-PP

Resolução da AR n.º 43/2014

Recomenda ao Governo um conjunto de medidas de combate a todas as formas de violência escolar

Publicação: DR I série n.º 95, de 2014-05-19

Origem: Projeto de Resolução n.º 1018/XII/3 - CDS-PP

Resolução da AR n.º 46/2014

Recomenda ao Governo que tome medidas no sentido da requalificação da Lagoa de Óbidos

Publicação: DR I série n.º 104, de 2014-05-30

Origem: Projeto de Resolução n.º 1037/XII/3 – PEV; Projeto de Resolução n.º 1038/XII/3 - PCP ; Projeto de Resolução n.º 1041/XII/3 - BE

Resolução da AR n.º 47/2014

Recomenda ao Governo que mantenha a exclusividade da produção de «Vinho Verde Alvarinho» na sub-região de Monção e Melgaço

Publicação: DAR II série A n.º 109, de 2014-05-10

Origem: Projeto de Resolução n.º 987/XII/3 - PSD

Projeto de Resolução n.º 1012/XII/3 - PS

Resolução da AR n.º 48/2014

Recomenda ao Governo que reforce o estudo das necessidades e devidas respostas no âmbito dos Cuidados Paliativos Pediátricos e que implemente as medidas necessárias à disponibilização efetiva desses cuidados no nosso País

Publicação: DR I série n.º 109, de 2014-06-06

Origem: Projeto de Resolução n.º 994/XII/3 - PSD, CDS-PP

Resolução da AR n.º 49/2014

Eleição para o Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal (CFSIIC)

Publicação: DR I série n.º 109, de 2014-06-06

Origem: -

Resolução da AR n.º 50/2014

Eleição de um vogal para a Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD)

Publicação: DR I série n.º 109, de 2014-06-06

Origem: -

Resolução da AR n.º 51/2014

Recomenda ao Governo a adoção de medidas com vista a assegurar maior eficácia no âmbito da prevenção e combate aos fogos florestais

Publicação: DR I série n.º 112, de 2014-06-12

Origem: Projeto de Resolução n.º 1042/XII/3 - PSD, PS, CDS-PP, PCP, BE, PEV

Resolução da AR n.º 52/2014

Aprova, para adesão, a Convenção Relativa à Proteção Internacional de Adultos, adotada na Haia, em 13 de janeiro de 2000

Publicação: DR I série n.º 116, de 2014-06-19

Origem: Proposta de Resolução n.º 57/XII/2 - Governo

Resolução da AR n.º 53/2014

Aprova o Protocolo ao Tratado para a Antártida sobre a Proteção do Meio Ambiente, adotado em Madrid, em 4 de outubro de 1991

Publicação: DR I série n.º 116, de 2014-06-19

Origem: Proposta de Resolução n.º 72/XII/3 - Governo

Resolução da AR n.º 54/2014

Recomenda ao Governo que concretize as medidas políticas necessárias para o funcionamento pleno do Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental da Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo (ULSBA)

Publicação: DR I série n.º 117, de 2014-06-20

Origem: Projeto de Resolução n.º 811/XII/2 - PCP

Resolução da AR n.º 55/2014

Aprova o recesso, por parte da República Portuguesa, aos estatutos da Comissão Internacional do Estado Civil

Publicação: DR I série n.º 121, de 2014-06-26

Origem: Proposta de Resolução n.º 76/XII/3 - Governo

Resolução da AR n.º 56/2014

Aprova o Acordo Quadro entre a República Portuguesa e o Governo da República da Turquia sobre Cooperação Militar, assinado em Lisboa, em 6 de maio de 2013

Publicação: DR I série n.º 121, de 2014-06-26

Origem: Proposta de Resolução n.º 66/XII/2 - Governo

Resolução da AR n.º 57/2014

Recomenda ao Governo que qualifique o Centro Hospitalar do Baixo Vouga, E. P. E. (CHBV) e o Centro Hospitalar de Entre Douro e Vouga, E. P. E. (CHEDV) e garanta o não encerramento de serviços e valências atualmente disponíveis nestes centros hospitalares do distrito de Aveiro

Publicação: DR I série n.º 123, de 2014-06-30

Origem: Projeto de Resolução n.º 1052/XII/3 - PSD

Resolução da AR n.º 58/2014

Recomenda ao Governo que sejam tomadas medidas que assegurem o funcionamento do Centro Hospitalar do Baixo Vouga, E. P. E. (CHBV) e do Centro Hospitalar Entre Douro e Vouga, E. P. E. (CHEDV)

Publicação: DR I série n.º 123, de 2014-06-30

Origem: Projeto de Resolução n.º 1060/XII/3 – CDS-PP

Resolução da AR n.º 59/2014

Recomenda ao Governo a adoção de medidas visando o reforço do controlo da avaliação e acompanhamento da execução de contratos de parcerias público privadas (PPP)

Publicação: DR I série n.º 123, de 2014-06-30

Origem: Projeto de Resolução n.º 1064/XII/3 - PS

Resolução da AR n.º 60/2014

Reforça as competências da Unidade Técnica de Apoio Orçamental, e procede à quarta alteração à Resolução da Assembleia da República n.º 20/2004, de 16 de fevereiro

Publicação: DR I série n.º 123, de 2014-06-30

Origem: Projeto de Resolução n.º 1054/XII/3 - PS

Resolução da AR n.º 61/2014

Prorrogação do prazo de funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito para Apuramento das Responsabilidades pelas Decisões Que Conduziram ao Processo de Subconcessão dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo

Publicação: DR I série n.º 123, de 2014-06-30

Origem: Projeto de Resolução n.º 1077/XII/3 - PAR

Resolução da AR n.º 62/2014

Recomenda ao Governo um conjunto de procedimentos para a promoção da transparência na contratação pública com recurso a parcerias público privadas

Publicação: DR I série n.º 125, de 2014-07-02

Origem: Projeto de Resolução n.º 1051/XII/3 - PSD, CDS-PP

Resolução da AR n.º 63/2014

Conta Geral do Estado de 2012

Publicação: DR I série n.º 125, de 2014-07-02

Origem: -

Resolução da AR n.º 64/2014

Aprova a Declaração para a Abertura e Transparência Parlamentar

Publicação: DR I série n.º 131, de 2014-07-10

Origem: Projeto de Resolução n.º 1036/XII/3 - PS

Resolução da AR n.º 65/2014

Eleição de membros para a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA)

Publicação: DR I série n.º 132, de 2014-07-11

Origem: -

Resolução da AR n.º 66/2014

Institui o Dia Nacional do Peregrino

Publicação: DR I série n.º 134, de 2014-07-15

Origem: Projeto de Resolução n.º 1050/XII/3 - PSD, CDS-PP

Resolução da AR n.º 67/2014

Deslocação do Presidente da República a Díli e à República da Coreia

Publicação: DR I série n.º 134, de 2014-07-15

Origem: Projeto de Resolução n.º 1090/XII/3 - PAR

Resolução da AR n.º 68/2014

Recomenda ao Governo que impeça a deslocalização de empresas que receberam apoios públicos e garanta os postos de trabalho na Kemet, Évora

Publicação: DR I série n.º 135, de 2014-07-16

Origem: Projeto de Resolução n.º 1035/XII/3 – BE; Projeto de Resolução n.º 1043/XII/3 - PCP

Resolução da AR n.º 69/2014

Dia Internacional da Língua Portuguesa

Publicação: DR I série n.º 137, de 2014-07-18

Origem: Projeto de Resolução n.º 1079/XII/3 - PSD, PS, CDS-PP, PCP, BE, PEV

Resolução da AR n.º 70/2014

Recomenda ao Governo que promova o reforço da investigação no processo pós-colheita e conservação da perarocha

Publicação: DR I série n.º 140, de 2014-07-23

Origem: Projeto de Resolução n.º 1058/XII/3 - PSD, CDS-PP

Resolução da AR n.º 71/2014

Recomenda ao Governo que assegure a amarração a Portugal do cabo submarino de fibra ótica, que ligará o Brasil à Europa e promova as condições necessárias para o aproveitamento dessas potencialidades

Publicação: DR I série n.º 145, de 2014-07-30

Origem: Projeto de Resolução n.º 1017/XII/3 - PS

Resolução da AR n.º 72/2014

Recomenda ao Governo a adoção de medidas de apoio à atividade de produção de moluscos bivalves

Publicação: DR I série n.º 146, de 2014-07-31

Origem: Projeto de Resolução n.º 903/XII/3 - PCP

Resolução da AR n.º 73/2014

Recomenda ao Governo medidas para a proteção e valorização da produção de bivalves no Algarve

Publicação: DR I série n.º 146, de 2014-07-31

Origem: Projeto de Resolução n.º 914/XII/3 - BE

Resolução da AR n.º 74/2014

Adoção pela Assembleia da República das iniciativas europeias consideradas prioritárias para efeito de escrutínio, no âmbito do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2014

Publicação: DR I série n.º 150, de 2014-08-06

Origem: Projeto de Resolução n.º 1096/XII/3 - Comissão de Assuntos Europeus

Resolução da AR n.º 76/2014

Aprova o Tratado de Comércio de Armas, adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, a 2 de abril de 2013

Publicação: DR I série n.º 157, de 2014-08-18

Origem: Proposta de Resolução n.º 78/XII/3 - Governo

Resolução da AR n.º 77/2014

Aprova a Convenção Internacional para a Eliminação dos Atos de Terrorismo Nuclear, adotada em Nova Iorque, em 13 de abril de 2005

Publicação: DR I série n.º 165, de 2014-08-28

Origem: Proposta de Resolução n.º 77/XII/3 - Governo

Resolução da AR n.º 78/2014

Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e o Governo da República da Turquia sobre Cooperação no Domínio da Indústria de Defesa, assinado em Ancara, em 7 de novembro de 2013

Publicação: DR I série n.º 165, de 2014-08-28

Origem: Proposta de Resolução n.º 73/XII/3 - Governo

Resolução da AR n.º 79/2014

Aprova o Acordo Suplementar ao Protocolo sobre o Estatuto dos Quartéis-Generais Militares Internacionais criados em consequência do Tratado do Atlântico Norte entre a República Portuguesa, por um lado, e o Quartel-General do Comando Supremo das Forças Aliadas na Europa e o Quartel-General do Comandante Supremo Aliado para a Transformação, por outro

Publicação: DR I série n.º 170, de 2014-09-04

Origem: Proposta de Resolução n.º 75/XII/3 – Governo

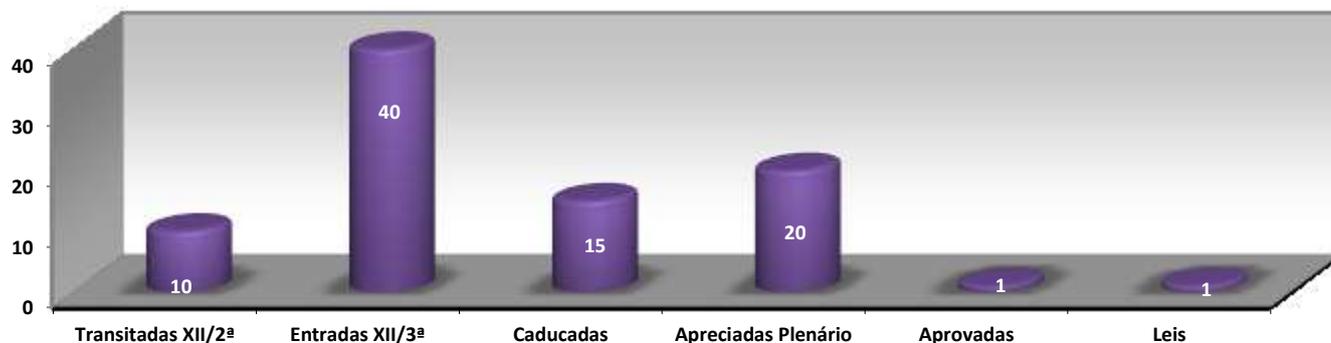
APRECIÇÕES PARLAMENTARES

A Constituição da República determina, no seu artigo 169.º, n.º 1, que os decretos-leis, salvo os aprovados no exercício da competência legislativa exclusiva do Governo, podem ser submetidos a apreciação da Assembleia da República, para efeitos de cessação de vigência ou de alteração.

Tabela 12
Apreciações Parlamentares

Autor	Transitadas para XII/3 ^a	Entradas XII/3 ^a	Caducadas	Apreciadas Plenário	Aprovadas	Leis
PSD	-	-	-	-	-	1 ¹⁴
PS	3	18	3	6	-	
CDS-PP	-	-	-	-	-	
PCP	7	22	12	14	1	
BE	-	-	-	-	-	
PEV	-	-	-	-	-	
Total	10	40	15	20	1	

Gráfico 10
Apreciações Parlamentares



¹⁴ Apreciação Parlamentar 67/XII/3 (PCP).

Conforme tabela e gráfico acima, na sessão legislativa em apreço, deram entrada 40 apreciações parlamentares, as quais se juntaram às 10 entradas na sessão legislativa anterior, tendo 20 sido apreciadas em plenário e uma sido aprovada, resultando na publicação de uma lei – a Lei n.º 7/2014, de 12 de fevereiro “Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 146/2013, de 22 de outubro, que procede à 12.ª alteração do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho”.

Os temas abordados foram:

- ❖ Regime de exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha e tratamento de resíduos sólidos (Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho);
- ❖ Regime jurídico aplicável às ações arborização e rearborização, com recurso a espécies florestais, no território continental (Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho);
- ❖ Extinção da Fundação Alter Real, pessoa coletiva de direito privado e utilidade pública, instituída pelo Decreto-Lei n.º 48/2007, de 27 de fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 205/2012, de 31 de agosto, devolvendo ao Estado a prossecução dos fins principais da Fundação (Decreto-Lei n.º 109/2013, de 1 de agosto);
Afetação à Sociedade Administração do Porto de Viana do Castelo, S.A. de determinadas parcelas de terreno que integram o património do Estado, assim como dos edifícios, infraestruturas e equipamentos nelas implantados, redefine a área referente à concessão dominial atribuída à Sociedade Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A. e autoriza a alteração ao contrato de concessão, incluindo a autorização para a efetivação de uma nova subconcessão (Decreto-Lei n.º 98/2013, de 24 de julho);
- ❖ Processo de privatização dos CTT - Correios de Portugal, S.A. (Decreto-Lei n.º 129/2013 de 6 de setembro);
- ❖ Estabelece os princípios e regras aplicáveis ao sector público empresarial (Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro);
- ❖ Formas de articulação do Ministério da Saúde e os estabelecimentos e serviços do Serviço Nacional de Saúde (SNS) com as instituições particulares de solidariedade social (Decreto-Lei n.º 138/2013 de 9 de outubro);
- ❖ Regime jurídico das convenções que tenham por objeto a realização de prestações de saúde aos utentes do Serviço Nacional de Saúde, no âmbito da rede nacional de prestação de cuidados de saúde (Decreto-Lei n.º 139/2013 de 9 de outubro);
- ❖ Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo de nível não superior (Decreto-Lei n.º 152/2013, de 4 de novembro);
Quinta alteração à Lei Orgânica do Banco de Portugal, aprovada pela Lei n.º 5/98, de 31 de janeiro (Decreto-Lei n.º 142/2013 de 18 de outubro);
- ❖ Bases da concessão do serviço postal universal (Decreto-Lei n.º 160/2013 de 19 de novembro);
Extinção e integração por fusão na Secretária-geral do Ministério da Administração Interna, da Direção-Geral da Administração Interna (Decreto-Lei n.º 161-A/2013, de 2 de dezembro);
Regime dos complementos de pensão dos militares das Forças Armadas e transferência da responsabilidade pelo pagamento destes complementos de pensão para a Caixa Geral de Aposentações, I.P., e à fixação das regras de extinção do Fundo de Pensões dos Militares das Forças Armadas (Decreto-Lei n.º 166-A/2013, de 27 de dezembro);
- ❖ Diretiva n.º 2009/119/CE do Conselho, de 14 de setembro de 2009, que obriga os Estados-Membros a manterem um nível mínimo de reservas de petróleo bruto e/ou de produtos petrolíferos (Decreto-Lei n.º 165/2013, de 16 de setembro);
- ❖ Regime jurídico de proteção social nas eventualidades de invalidez e velhice do regime geral de segurança social (Decreto-Lei n.º 167-E/2013 de 31 de dezembro);
- ❖ Regime aplicável às práticas individuais restritivas do comércio (Decreto-Lei n.º 166/2013, de 27 de dezembro);
- ❖ Regime de transferência da jurisdição portuária dos portos de pesca e marinas de recreio do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P. para a Docapesca - Portos e Lotas, S.A (Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro);
- ❖ Regime jurídico da formação contínua de professores e o respetivo sistema de coordenação, administração e apoio (Decreto-Lei n.º 22/2014, de 11 de fevereiro);
- ❖ Processo de reprivatização da Empresa Geral do Fomento, S.A. (Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de março);
- ❖ Regime aplicável à organização e funcionamento dos tribunais judiciais (Decreto-Lei n.º 49/2014, de 27 de março);
Criação e regulamentação de um ciclo de estudos superiores não conferente a grau académico (Decreto-Lei n.º 43/2014 de 18 de março);

- ❖ Regime excecional e temporário a aplicar à reabilitação de edifícios ou de frações, cuja construção tenha sido concluída há pelo menos 30 anos ou localizados em áreas de reabilitação urbana, sempre que estejam afetos ou se destinem a ser afetos total ou predominantemente ao uso habitacional (Decreto-Lei n.º 53/2014, de 8 de abril);
- ❖ Funcionamento do Centro Nacional de Cibersegurança (Decreto-Lei n.º 69/2014, de 9 de maio); Regime excecional destinado à seleção e recrutamento de pessoal docente para os estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário na dependência do Ministério da Educação e Ciência (Decreto-Lei n.º 60/2014, de 22 de abril);
- ❖ Regime jurídico da habilitação profissional para a docência na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário (Decreto-Lei n.º 79/2014, de 14 de maio);
- ❖ Regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente dos ensinos básico e secundário e de formadores e técnicos especializados (Decreto-Lei n.º 83-A/2014, de 23 de maio);
- ❖ Regime jurídico das federações desportivas e as condições de atribuição do estatuto de utilidade pública desportiva (Decreto-Lei n.º 93/2014, de 23 de junho);
- ❖ Regime jurídico da concessão da exploração e da gestão, em regime de serviço público, dos sistemas multimunicipais de tratamento e de recolha seletiva de resíduos urbanos, atribuída a entidades de capitais exclusiva ou maioritariamente privados (Decreto-Lei n.º 96/2014, de 25 de junho);
- ❖ Sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos da Cova da Beira, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 128/2008, de 21 de julho, que constitui a sociedade RESIESTRELA - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., bem como à alteração dos estatutos desta sociedade (Decreto-Lei n.º 98/2014, de 2 de julho);
- ❖ Sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Sul do Douro e à alteração dos estatutos da sociedade SULDOURO - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, S.A. (Decreto-Lei n.º 99/2014, de 2 de julho);
- ❖ Sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos da Alta Estremadura e à alteração dos estatutos da sociedade VALORLIS - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. (Decreto-Lei n.º 100/2014, de 2 de julho);
- ❖ Sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Vale do Lima e Baixo Cávado e à alteração dos estatutos da sociedade RESULIMA - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos (Decreto-Lei n.º 101/2014, de 2 de julho);
- ❖ Sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Litoral Centro e à alteração dos estatutos da sociedade ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, S.A. (Decreto-Lei n.º 102/2014, de 2 de julho);
- ❖ Sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Vale do Minho e à alteração dos estatutos da sociedade VALORMINHO - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. (Decreto-Lei n.º 103/2014, de 2 de julho);
- ❖ Sistema multimunicipal de valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos da margem sul do Tejo e à alteração dos estatutos da sociedade AMARSUL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. (Decreto-Lei n.º 104/2014, de 2 de julho);
- ❖ Sistema multimunicipal de triagem, recolha, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Norte Alentejano e à alteração dos estatutos da sociedade VALNOR - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. (Decreto-Lei n.º 105/2014, de 2 de julho);
- ❖ Sistema multimunicipal de triagem, recolha, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Norte Central e à alteração dos estatutos da sociedade RESINORTE - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. (Decreto-Lei n.º 106/2014, de 2 de julho);
- ❖ Sistema multimunicipal de valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Algarve e à alteração dos estatutos da sociedade ALGAR - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. (Decreto-Lei n.º 107/2014, de 2 de julho);
- ❖ Sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos das regiões de Lisboa e do Oeste e à alteração dos estatutos da sociedade VALORSUL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, S.A. (Decreto-Lei n.º 108/2014, de 2 de julho).

ATIVIDADE DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO POLÍTICA

MOÇÕES DE CONFIANÇA

Nesta sessão legislativa, não foram apresentadas moções de confiança.

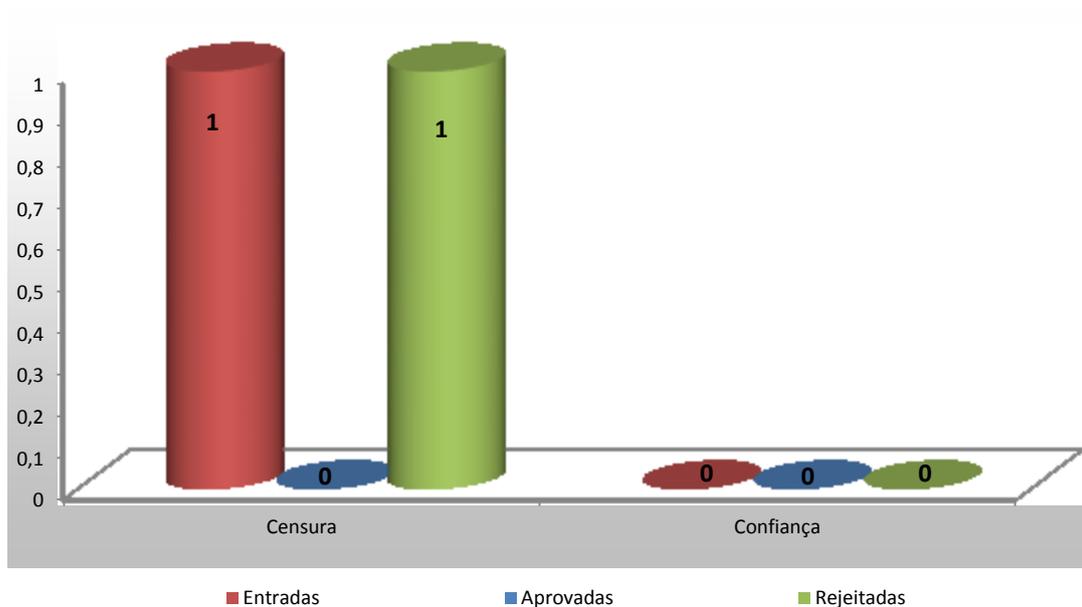
MOÇÕES DE CENSURA

Na 3.ª sessão legislativa da XII Legislatura, foi apresentada uma moção de censura, que foi rejeitada. A moção em causa foi apresentada, nos termos do artigo 194.º da Constituição, pelo GP do PCP com o objetivo de “Travar a política de exploração e empobrecimento, construir uma política patriótica e de esquerda”.

Tabela 13
Moções e Interpelações ao Governo

Autor	Interpelações	Moções Confiança			Moções Censura		
	Entradas	Entradas	Aprovadas	Rejeitadas	Entradas	Aprovadas	Rejeitadas
Governo	-	-	-	-	-	-	-
PSD	-	-	-	-	-	-	-
PS	1	-	-	-	-	-	-
CDS-PP	-	-	-	-	-	-	-
PCP	2	-	-	-	1	-	1
BE	2	-	-	-	-	-	-
PEV	-	-	-	-	-	-	-
Total	5				1		1

Gráfico 11
Moções



INTERPELAÇÕES AO GOVERNO

Na sessão legislativa em análise, nos termos do estabelecido no artigo 180.º, n.º 2, al. d) da Constituição da República Portuguesa e no artigo 226.º do Regimento, que cominam o direito de cada grupo parlamentar provocar, por meio de interpelação ao Governo, a abertura de dois debates em cada sessão legislativa, sobre assunto de política geral ou sectorial, realizaram-se 5 interpelações.

Os assuntos versados foram:

- "Precariedade laboral";
- "Pobreza e desigualdades sociais";
- "Balanço do PAEF, avaliação da ação da troika em Portugal e a transição para o pós troika";
- "A grave situação económica e social do país e na política alternativa necessária para solução dos problemas nacionais";
- "Funções sociais do Estado e serviços públicos de qualidade e proximidade ao serviço das populações".

DEBATES COM O GOVERNO

DEBATE DO ESTADO DA NAÇÃO

Na 3.^a sessão legislativa da XII Legislatura, realizou-se um debate de política geral ao abrigo do artigo 228º do Regimento, iniciado com uma intervenção do Primeiro-ministro sobre o estado da Nação, sujeito a perguntas dos grupos parlamentares, seguindo-se um debate generalizado que é encerrado pelo Governo.

Esta sessão plenária teve lugar no dia 2 de julho de 2014.

DEBATE COM O PRIMEIRO-MINISTRO

Nos termos do previsto no Regimento, no artigo 224.º, que estabelece que o Primeiro-Ministro comparece quinzenalmente perante o Plenário, para uma sessão de perguntas dos Deputados, na 3.^a sessão, ocorreram 12 debates com o Primeiro-Ministro.

Foram os seguintes os temas e as datas dos debates:

- “Conclusão das 8.^a e 9.^a avaliações do Programa de Assistência Económica a Financeira” – 4 de outubro de 2013;
- “Questões Políticas, Económicas e Sociais” – 23 de outubro de 2013;
- “Questões Políticas, Económicas e Sociais” – 13 de dezembro de 2013;
- “Políticas Económicas e Sociais” – 17 de janeiro de 2014;
- “Questões Políticas, Económicas e Sociais” – 31 de janeiro de 2014;
- “Situação Política, Económica e Social” – 14 de fevereiro de 2014;
- “Questões Políticas, Económicas e Sociais” – 5 de março de 2014;
- “Questões Políticas, Económicas, Sociais e Ambientais” – 19 de março de 2014;
- “Questões Políticas, Económicas e Sociais” – 4 de abril de 2014;
- “Questões económicas e sociais” – 23 de abril de 2014;
- “Conclusão do Programa de Assistência Económica e Financeira” – 9 de maio de 2014;
- “Questões económicas e sociais” – 20 de junho de 2014.

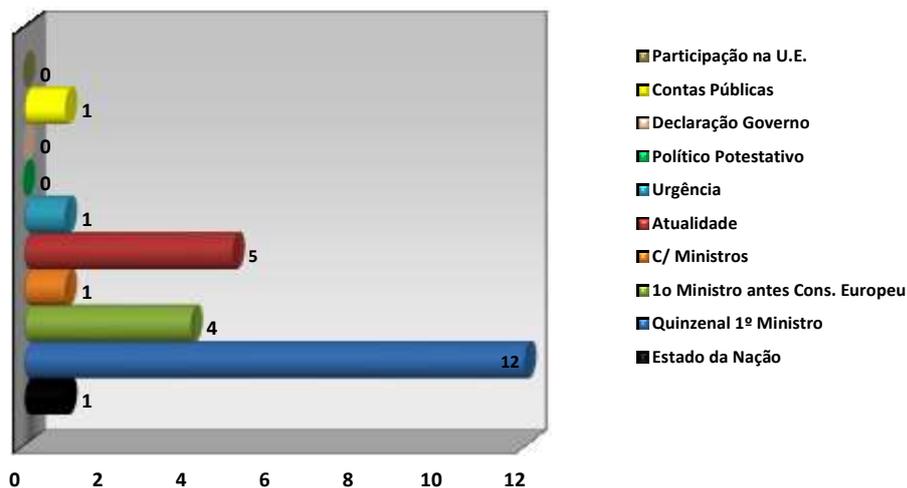
Ocorreram ainda quatro debates com o Primeiro Ministro, antes do Conselho Europeu, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 4.º da Lei de Acompanhamento, Apreciação e Pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do Processo de Construção da União Europeia.

A tabela e o gráfico abaixo ilustram os debates realizados em Plenário no contexto da 3.^a sessão da XII Legislatura.

Tabela 14
Debates

Reuniões	Tipo	Nº Reuniões	Debates	Nº Debates	
Plenárias	Ordinárias	104	Debates com o Governo	Debate do Estado da Nação ¹⁵	1
				Debate Quinzenal com 1º Ministro ¹⁶	12
				Debate com o 1º Ministro antes do Conselho Europeu ¹⁷	4
				Debate com os Ministros ¹⁸	1
			Outros Debates	Debate de Atualidade ¹⁹	5
				Debate de Urgência ²⁰	1
				Debate Político Potestativo ²¹	-
				Declaração do Governo ²²	-
				Processos Contas Públicas (Conta Geral do Estado e Programa de Estabilidade e Crescimento)	1
				Participação de Portugal na União Europeia	-
		Debates de Iniciativas Legislativas	-	88	
Solenes	1	-	-	1	
Comissão Permanente	-	Debate em Comissão Permanente	-	-	
Total		105		114	

Gráfico 12
Debates



¹⁵ Ao abrigo do artigo 228º do RAR.

¹⁶ Ao abrigo do artigo 224º do RAR.

¹⁷ Ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei de Acompanhamento, Apreciação e Pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do Processo de Construção da União Europeia.

¹⁸ Ao abrigo do artigo 225º do RAR.

¹⁹ Ao abrigo do artigo 72º do RAR.

²⁰ Ao abrigo do artigo 74º do RAR.

²¹ Ao abrigo do artigo 64º do RAR.

²² Ao abrigo do n.º 2 do artigo 78º do RAR.

PERGUNTAS E REQUERIMENTOS

O poder dos Deputados de “requerer e obter do Governo ou dos órgãos de qualquer entidade pública os elementos, informações e publicações oficiais que considerem úteis para o exercício do seu mandato” encontra-se consagrado no artigo 156º da Constituição da República Portuguesa.

Na 3.ª sessão legislativa da XII Legislatura, foram formuladas pelos diversos grupos parlamentares 2395 perguntas tendo sido respondidas 1456, o que representa uma taxa de resposta na ordem dos 60%. A taxa de resposta desta sessão legislativa foi assim significativamente mais baixa do que a registada na sessão legislativa precedente - 72%.

Os requerimentos são classificados segundo a entidade a que se destinam em:

- AC- Ao Governo/Administração Central;
- AL – A Órgãos das Autarquias Locais;
- AR - A Órgãos da Assembleia da República;
- EI - A Entidades Independentes;
- RA – A Órgãos das Regiões Autónomas.

Foram formulados nesta sessão legislativa 141 requerimentos AC, 4423 AL, 45 EI, 0 AR e 2 RA num total de 4611. Destes foram respondidos 59 AC, 1004 AL e 6 EI num total de 1069, o que representa uma taxa de resposta na ordem dos 23,2%.

O abaixamento da taxa de resposta em relação à taxa registada na sessão anterior – 39,3% - ocorreu sobretudo por influência do elevado volume e da baixa taxa de resposta registada nos requerimentos AL, que se cifrou nos 22% na sessão legislativa em análise.

Tabela 15
Perguntas Transitadas para a XII/3ª e Formuladas na XII/3ª

Autor	Transitadas para a XII/3ª	Respondidas na XII/3ª	Não Respondidas na XII/3ª	Formuladas na XII/3ª	Respondidas na XII/3ª	Não Respondidas na XII/3ª	Retiradas/Devolvidas na XII/3ª
PSD	82	25	57	124	68	53	3
PSD/CDS-PP	-	-	-	1	0	1	0
PS	238	37	201	378	212	158	8
CDS-PP	59	19	40	139	68	67	4
PCP	373	133	240	1104	691	403	10
BE	213	64	149	522	326	185	11
PEV	28	10	18	127	91	35	1
Total	993	288	705	2395	1456	902	37

Gráfico 13
Perguntas Formuladas na XII/3ª

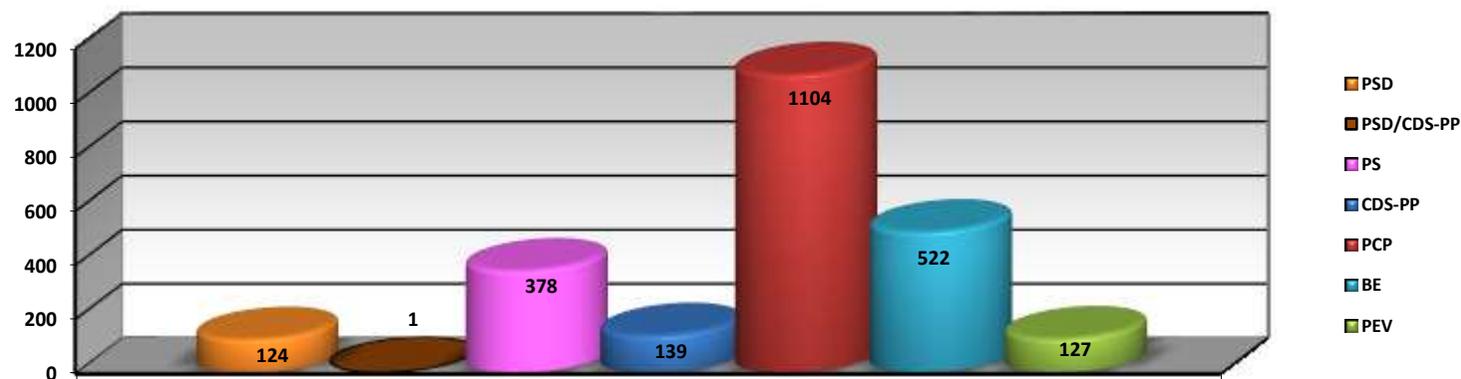


Tabela 16
Requerimentos Formulados na XII/3ª

Autor	Formulados na XII/3ª						Respondidos					Não Respondidos					Retirados/ Devolvidos		
	AC	AL	EI	AR	RA	Total	AC	AL	EI	AR	RA	Total	AC	AL	EI	AR		RA	Total
PSD	8	13	2	0	0	23	3	5	1	0	0	9	5	8	1	0	0	14	8
PS	30	10	33	0	2	75	15	1	0	0	0	16	15	9	33	0	2	59	30
CDS-PP	0	999	1	0	0	1000	0	496	1	0	0	497	0	503	0	0	0	503	0
PCP	52	0	0	0	0	52	27	0	0	0	0	27	25	0	0	0	0	25	52
BE	49	3401	9	0	0	3459	14	502	4	0	0	520	35	2899	5	0	0	2939	49
PEV	2	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2	2
Total	141	4423	45	0	2	4611	59	1004	6	0	0	1069	82	3419	39	0	2	3542	141

Gráfico 14
Requerimentos Formulados na XII/3ª

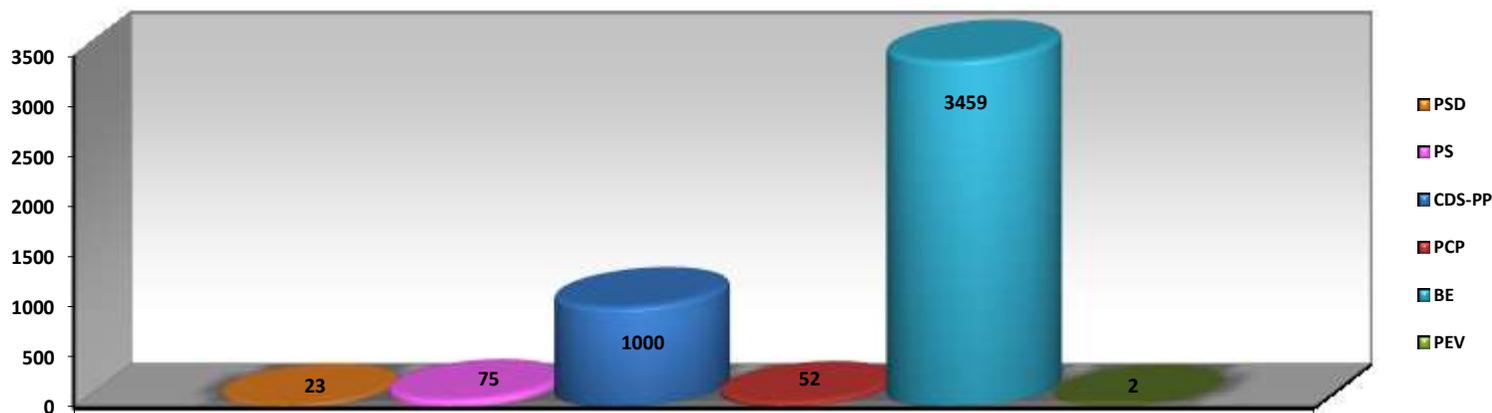


Gráfico 15
Requerimentos Formulados na XII/3ª versus Respondidos
Administração Central

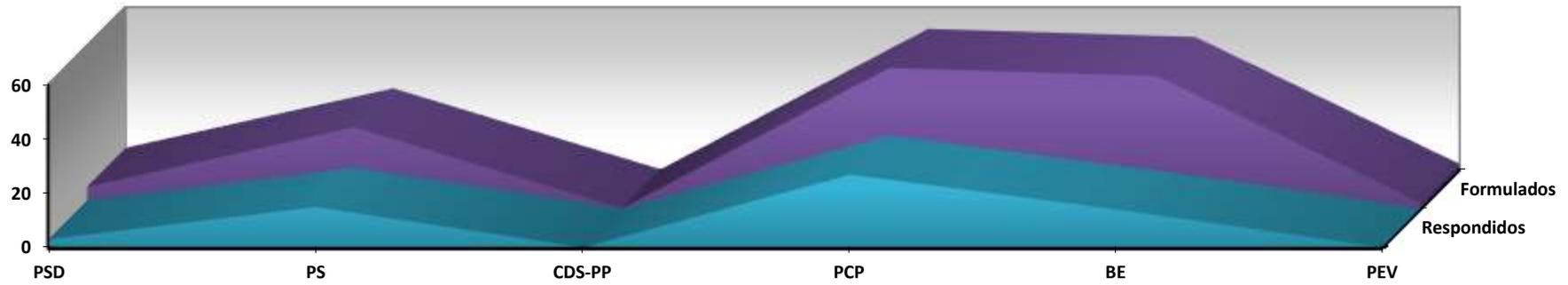
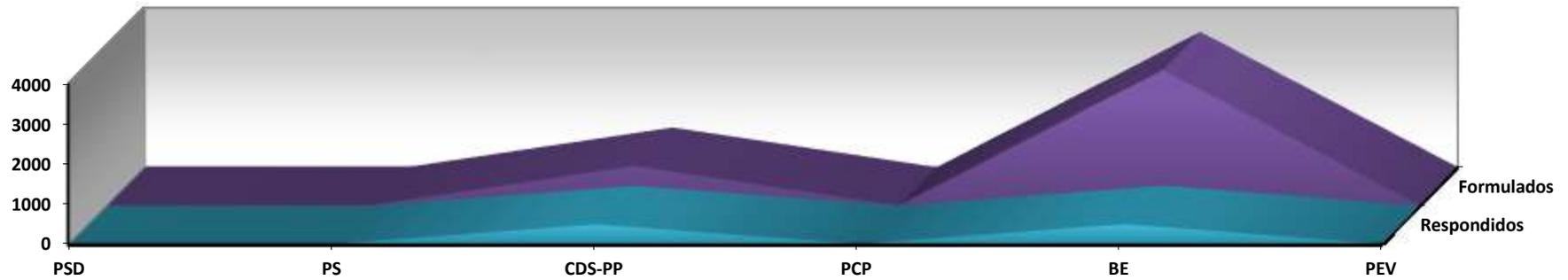


Gráfico 16
Requerimentos Formulados na XII/3ª versus Respondidos
Administração Local



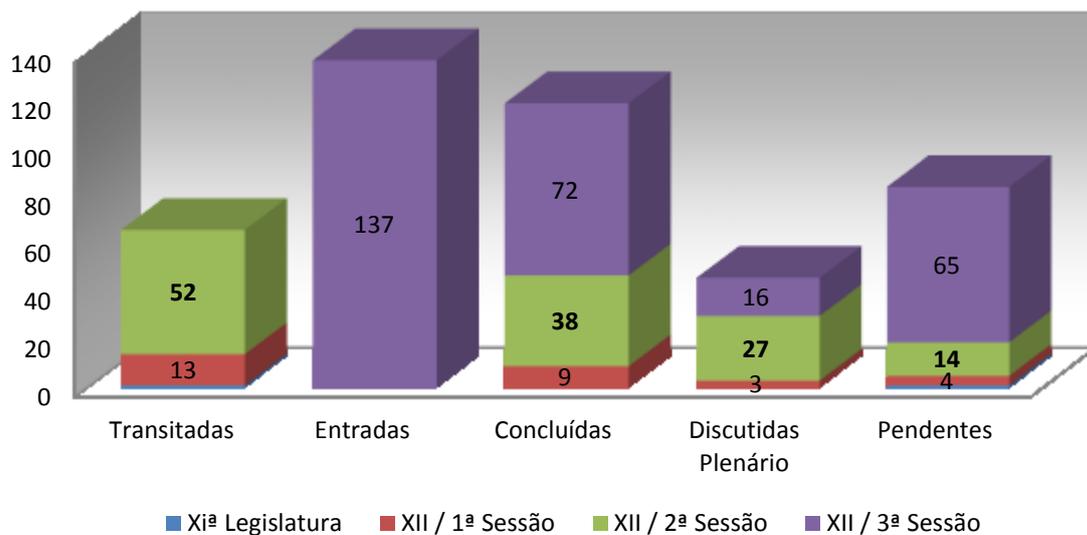
PETIÇÕES

O direito de os cidadãos apresentarem, individual ou coletivamente, petições aos órgãos de soberania, para defesa dos seus direitos, da Constituição, das leis ou do interesse geral encontra-se consagrado constitucionalmente no artigo 52.º da Lei Fundamental.

Tabela 17
Petições Entradas, Transitadas, Concluídas, Discutidas em Plenário e Pendentes na XII/3ª

Legislatura	Transitadas para a XII/3ª	Entradas na XII/3ª	Concluídas na XII/3ª		Pendentes na XII/3ª
			Total	Discutidas Plenário	
XI Legislatura	1	-			1
XII Legislatura / 1ª Sessão	13	-	9	3	4
XII Legislatura / 2ª Sessão	52	-	38	27	14
XII Legislatura / 3ª Sessão	-	137	72	16	65
Total	66	137	119	46	84

Gráfico 17
Petições Entradas, Transitadas, Concluídas, Discutidas em Plenário e Pendentes na XII/3ª



Na 3.ª sessão deram entrada 137 petições, que se vieram juntar a outras 66 transitadas para a presente legislatura. Do somatório destes dois conjuntos de petições, 46 foram discutidas em Plenário, tendo ficado 84 petições pendentes.

Os temas das petições discutidas em Plenário foram os seguintes:

- Anulação da prova de avaliação de conhecimentos e competências (PACC);
- Defesa dos pequenos investidores e acionistas do BES;
- Inclusão de todos os alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE's) e/ou deficiência, no sistema educativo português;
- Ensino privado. Pôr fim aos privilégios do ensino privado. Em defesa da escola pública de qualidade (Distrito de Faro);
- Ensino privado. Pôr fim aos privilégios do ensino privado. Em defesa da escola pública de qualidade (Distrito de Coimbra);
- Aprovação de uma lei de amnistia e perdão de penas;
- Pedido de construção urgente da 2.ª fase da Escola Parque das Nações;
- Ensino privado. Pôr fim aos privilégios do ensino privado. Em defesa da escola pública de qualidade (Distrito de Leiria);
- Ensino privado. Pôr fim aos privilégios do ensino privado. Em defesa da escola pública de qualidade (Distrito de Castelo Branco);
- Redução imediata do imposto municipal sobre imóveis (IMI);
- Nascimento de crianças em Guimarães - Portaria 82/2014, de 10 de abril;
- Serviços Públicos de Resíduos;
- Pedido de alteração da legislação que regula o acesso ao ensino superior dos alunos do ensino artístico especializado;
- Ensino privado. Pôr fim aos privilégios do ensino privado. Em defesa da escola pública de qualidade (Distrito de Viseu);
- Defesa do Hospital de Santa Luzia de Elvas e do Direito dos Doentes aos Serviços de Saúde;
- Contra o Encerramento dos Serviços de Finanças;
- Anulação das novas imposições fiscais sobre os pequenos e médios agricultores;
- Pela Construção do Centro de Saúde de Odivelas;
- Impenhorabilidade do Bem de família;
- Reestruturação da dívida para crescer sustentadamente;
- Em prol da manutenção da calçada portuguesa;
- Cumprimento pela Autoridade Tributária das Convenções de Dupla Tributação sobre a tributação dos rendimentos de trabalho dependente auferidos fora de Portugal.
- Contra o encerramento da 44ª esquadra da PSP (Lumiar, Lisboa) e pelo reforço de policiamento de proximidade a pé.
- Em defesa de uma educação pública de qualidade.
- Contra a fusão/agregação de Cursos das Áreas de Tecnologias de Diagnóstico e Terapêutica.
- Contra a destruição da CGA!
- Pedido de abertura de concurso interno extraordinário de professores e educadores do ensino básico e secundário em 2014;
- Defesa do Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio (CHBA) e manutenção de todos os serviços de especialidades, recursos humanos e materiais no Hospital de Portimão.
- Pedido de reposição da legislação anterior na qual as atividades agrícolas enquadradas pelo artigo 53.º do CIVA estão isentas de obrigação de faturação;
- Suspensão do Protocolo de Colaboração celebrado entre o Instituto de Segurança Social e a Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares;
- “Pobreza não paga a dívida / Pela renegociação já”;
- Pedido de reconhecimento da Categoria de Enfermeiro Especialista na Carreira Especial de Enfermagem;
- Contra o encerramento dos Estaleiros navais de Viana do Castelo;
- Pela permanência das obras de Miró, património do BPN, em Portugal;
- Por um Serviço Público de Qualidade - Não ao Esvaziamento do Hospital de Barcelos;
- Apoio financeiro concedido ao Grupo de Teatro a BARRACA e bem assim o regime legal e a sua aplicação;
- Contra a privatização dos CTT;
- Fim da alteração da medicação a doentes crónicos, realizada pelos hospitais;
- “Lisboa e o país precisam do cinema Odéon”;
- Pedido de reavaliação dos critérios de apoio aos alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE's);
- Pedido de solução que permita um enquadramento profissional digno para os trabalhadores da Parvalorem que passe pela sua integração na Caixa Geral de Depósitos;
- Pedido de revogação da prova de acesso ao exercício da profissão docente;
- Contra o empobrecimento, pelos direitos, não às 40 horas.

-
- Pedido de integração dos Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica, em exercício de funções públicas na Administração Central, com o grau académico mínimo de licenciatura, na carreira de Técnico Superior;
 - Pela salvaguarda da Lagoa de Óbidos;
 - Promoção do debate urgente visando as iniciativas legislativas e políticas necessárias para garantir o funcionamento e evitar o encerramento da Cinemateca Portuguesa - Museu do Cinema;
 - Revisão do regime jurídico do arrendamento urbano não habitacional através da alteração de um conjunto de artigos do Código Civil e do NRAU e aditamento de novos artigos;
 - Pedido de que não seja implementada a Prova de Avaliação de Conhecimentos e Competências para Ingresso na Carreira Docente;
 - Pedido de adoção de medidas legislativas que limitem a cobrança de comissões ou outros encargos de manutenção de contas à ordem, e que promovam a transparência da sua publicitação e atualização.

A tabela e gráfico seguinte permitem visualizar a distribuição das Petições por Comissão parlamentar.

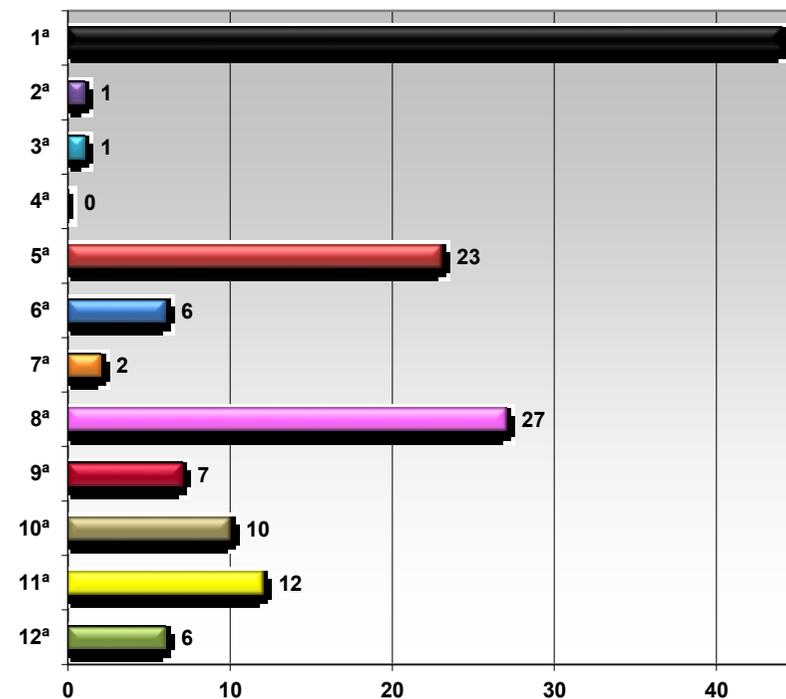
Tabela 18

Petições distribuídas por Comissão

Comissão	Distribuídas na XII/3 ^a
Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias	44
Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas	1
Defesa Nacional	1
Assuntos Europeus	-
Orçamento, Finanças e Administração Pública	23
Economia e Obras Públicas	6
Agricultura e Mar	2
Educação, Ciência e Cultura	27
Saúde	7
Segurança Social e Trabalho	10
Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local	12
Ética, a Cidadania e a Comunicação	6
Total	139²³

Gráfico 18

Petições distribuídas por Comissão



²³ O nº de petições entradas não corresponde ao total de petições distribuídas, visto que existem 2 petições que baixaram a mais do que uma comissão.

INQUÉRITOS PARLAMENTARES

Os Inquéritos Parlamentares destinam-se, nos termos do estabelecido no artigo 233.º do Regimento, a averiguar do cumprimento da Constituição e das leis e a apreciar os atos do Governo e da Administração.

Nesta 3.ª sessão legislativa da XII Legislatura, foram apresentadas quatro iniciativas tendo em vista a realização de inquéritos, das quais três sob a forma de inquérito parlamentar:

- Inquérito Parlamentar n.º 7/XII/3 - Inquérito Parlamentar para apuramento das responsabilidades dos Governos e das sucessivas administrações dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo pelas decisões que conduziram ao desmantelamento dessa unidade industrial.;
- Inquérito Parlamentar n.º 8/XII/3 - Constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apuramento das responsabilidades pelas decisões que conduziram ao processo de subconcessão dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo;
- Inquérito Parlamentar n.º 9/XII/3 - Inquérito Parlamentar à gestão do BES e do Grupo Espírito Santo, ao processo que conduziu à aplicação da medida de resolução e às suas consequências, nomeadamente quanto aos desenvolvimentos e opções relativos ao GES, ao BES e ao Novo Banco.

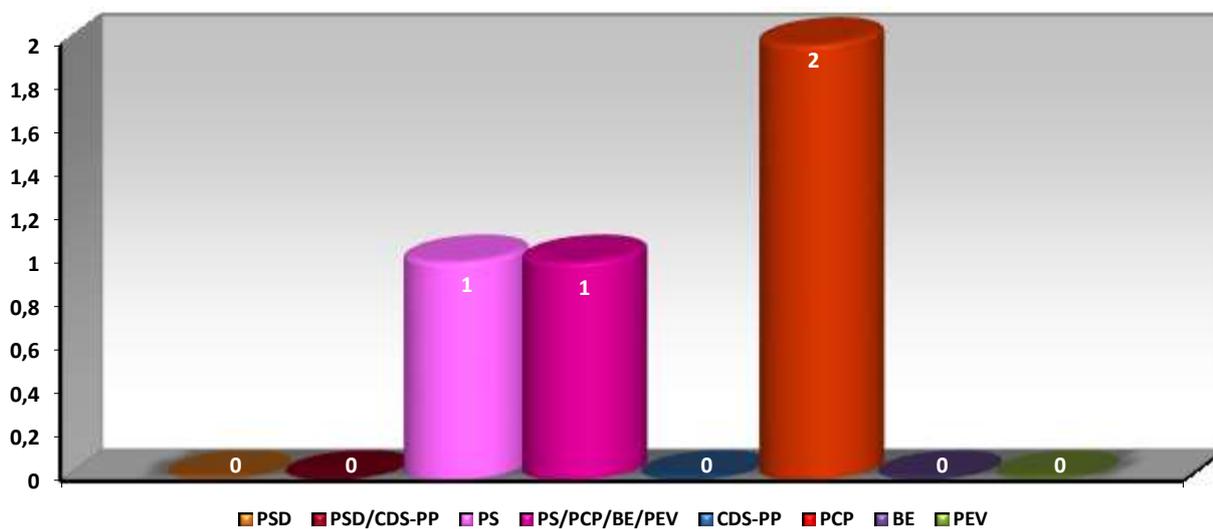
O Inquérito Parlamentar n.º 7/XII/3 foi rejeitado e os Inquéritos Parlamentares n.º 8/XII/3 e 9/XII/3 foram aprovados, dando origem, respetivamente, às Resoluções da Assembleia n.ºs 9/2014, de 30 de janeiro (Constituição de uma comissão parlamentar de inquérito para apuramento das responsabilidades pelas decisões que conduziram ao processo de subconcessão dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo), e 83/2014, de 15 de outubro (Constituição de uma Comissão de Inquérito Parlamentar à gestão do BES e do Grupo Espírito Santo, ao processo que conduziu à aplicação da medida de resolução e às suas consequências, nomeadamente quanto aos desenvolvimentos e opções relativos ao GES, ao BES e ao Novo Banco)

Deu ainda entrada o Projeto de Resolução n.º 969/XIII/3 - Comissão Parlamentar de Inquérito aos programas relativos à aquisição de equipamentos militares (EH 101; P3 ORION; C295; Torpedos; F16; Submarinos; PANDUR II), o qual, tendo sido aprovado por unanimidade, deu origem à Resolução da Assembleia da República n.º 29/2014, de 2 de abril (Constituição de uma comissão parlamentar de inquérito aos programas relativos à aquisição de equipamentos militares (EH-101, P-3 Orion, C-295, torpedos, F-16, submarinos, Pandur II)).

Tabela 19
Inquéritos Parlamentares

Autor	Transitados para XII/3ª	Entrados na XII/3ª	Aprovados	Rejeitados	Resolução AR	Concluídos
PSD	--	-	-	-	-	-
PSD/CDS-PP	2	-	-	--	-	1
PS	-	1	1	-	1	-
PS, PCP, BE, PEV	-	1	1	-	1	1
CDS-PP	-	-	-	-	-	-
PCP	-	2	-	1	-	-
BE	-	-	-	-	-	-
PEV	-	-	-	-	-	-
Total	2	4	2	1	2	2

Gráfico 19
Inquéritos Parlamentares entrados na XII/3ª



OUTRAS ATIVIDADES (DECLARAÇÕES OU DEBATES)

DEBATE POLÍTICO POTESTATIVO

Ao abrigo do artigo 64.º do Regimento que dá aos grupos parlamentares o direito à fixação da ordem do dia de reuniões plenárias, nos termos fixados no regimento, esta pode corresponder a um debate político, no qual o Governo pode participar.

Durante a 3.ª sessão legislativa, não teve lugar nenhum debate nestes termos.

DECLARAÇÕES POLÍTICAS

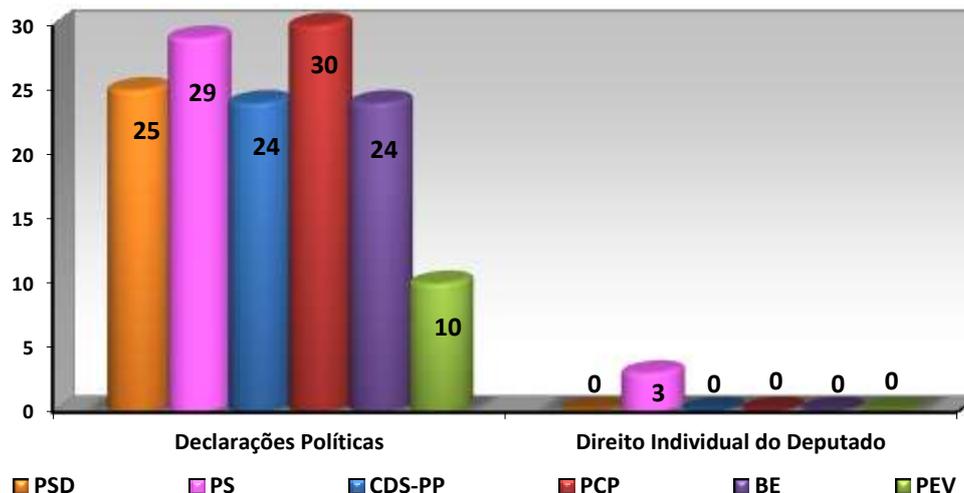
Nos termos do artigo 71.º do Regimento, cada grupo parlamentar tem direito a produzir, semanalmente, uma declaração política, devendo comunicar essa intenção à Mesa até ao início da respetiva reunião.

Na sessão legislativa em apreço foram produzidas 142 declarações políticas. No âmbito do direito consagrado no n.º 2 do artigo 76.º do RAR, registaram-se ainda três intervenções de Deputado, a título de direito individual.

Tabela 20
Declarações Políticas e Direito Individual do Deputado

Autor	Declarações Políticas ²⁴	Direito Individual do Deputado ²⁵
PSD	25	-
PS	29	3
CDS-PP	24	-
PCP	30	-
BE	24	-
PEV	10	-
Total	142	3

Gráfico 20
Declarações Políticas



²⁴ Ao abrigo da alínea a) do n.º 112 do artigo 76º do RAR.

²⁵ Ao abrigo do n.º 2 do artigo 76º do RAR.

A distribuição por autor está patente na tabela e gráfico apresentados, versando as declarações os mais variados temas, relacionados com factos relevantes da política nacional ou internacional, designadamente, sobre:

Grandes Áreas	Declarações Políticas
Governo	<p>Balanço da ação governativa. Acordo entre o Governo e a Troika, e a necessidade de consensos alargados que permitam o crescimento de Portugal. Relacionamento entre o Governo e o Tribunal Constitucional, em particular às decisões de inconstitucionalidade de normas do Orçamento de Estado. Políticas de austeridade que não resolvem qualquer problema estrutural Comportamento de membros do Governo relativamente aos resultados económicos em confronto com a situação real do País. Contradições entre os sinais positivos da economia anunciados pelo Governo e o dia-a-dia dos portugueses Acusação ao Governo de fazer propaganda política através dos meios do Estado. Política de privatização levada a cabo pelo Governo. Excessos cometidos pelo Governo na resposta à crise Críticas ao Orçamento do Estado para 2014. Declarações do Primeiro-Ministro relativas à não reposição dos níveis salariais e dos níveis remuneratórios das pensões de 2011. Pedido de demissão da Ministra da Justiça.</p>
Assembleia da República	<p>Inviabilização por parte do PSD e CDS-PP que o Parlamento informasse o Ministério Público sobre falsas informações prestadas pelo Dr. Rui Machete na comissão de inquérito ao caso BPN. Criação de uma comissão parlamentar sobre incêndios florestais, com vista a um estudo e procura de soluções para esta problemática. Visita da Comissão de Agricultura e Mar à Feira de Nacional de Agricultura, em Santarém.</p>
Partidos Políticos / Grupos Parlamentares	<p>Declarações da Deputada do PSD Teresa Leal Coelho, sobre o Tribunal Constitucional 40.º Aniversário do PSD, do papel deste partido na democracia. Conclusões das Jornadas Parlamentares do PSD, nomeadamente a necessidade de compromissos na sociedade com vista a um desenvolvimento sustentável. Congresso do Partido Popular Europeu, realizado em Dublin. Jornadas Parlamentares do PCP, realizadas na Península de Setúbal, enunciando os problemas que afetam o distrito Realização do 25.º Congresso Nacional do CDS-PP. Construção de uma política alternativa à do atual Governo. Jornadas Parlamentares do PCP sobre os problemas que afetam o Algarve e as políticas que têm sido aplicadas.</p>
Trabalho	<p>Legislação apresentada pelo Governo relativa à contratação coletiva de trabalho; Papel dos Trabalhadores Sociais-democratas na área do trabalho. Aumento salário mínimo nacional Dia Nacional da Igualdade Salarial Diminuição do desemprego. Alterações ao Código do Trabalho</p>
Saúde	<p>Greve dos médicos e desinvestimento na área da saúde. Reivindicações dos enfermeiros do Agrupamento de Centros de Saúde Lisboa Central. Política de saúde do Governo no favorecimento a grandes grupos económicos em prejuízo dos doentes Lei de Bases dos Cuidados Paliativos Importância do Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da Universidade do Porto. Lei da investigação clínica. Sobre a política do Governo na área da saúde.</p>
Economia e Finanças	<p>Balanço positivo da evolução da situação económica do País, nomeadamente ao nível do emprego, das exportações e do turismo</p>

	<p>Acordo alcançado entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios para constituição do fundo de apoio municipal, com vista à sustentabilidade financeira dos municípios</p> <p>Relatório preliminar para a reforma de fiscalidade verde.</p> <p>Situação vivida no Espírito Santo Financial Group.</p> <p>Dificuldades de pagamento de serviços básicos por parte das famílias.</p> <p>Renegociação da dívida pública nacional.</p> <p>Agravamento das condições de vida e as medidas de dinamização económica com vista ao desenvolvimento económico, social e cultural.</p> <p>Sucesso do primeiro leilão de obrigações do Tesouro a 10 anos</p> <p>Situação do crédito malparado na habitação</p> <p>Certificados de Aforro e de Certificados de Aforro Poupança vendidos com informações incompletas ou erradas.</p> <p>Políticas europeias e nacionais de austeridade</p> <p>Pagamento da dívida e o controlo do défice</p> <p>Relatório do Fundo Monetário Internacional relativo à décima avaliação do Programa de Assistência Financeira.</p> <p>Dados positivos decorrentes do aumento das exportações.</p> <p>Recuperação financeira e termo do Programa de Assistência Económica e Financeira</p> <p>Indicadores positivos para a economia apontados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e pelo Banco de Portugal.</p> <p>Proposta de Orçamento do Estado para 2014</p> <p>Realização da oitava e nona avaliações da troica,</p> <p>Flexibilização do défice para 2014.</p>
Agricultura e Pescas	<p>Visita da Comissão de Agricultura e Mar à Feira de Nacional de Agricultura, em Santarém, as políticas do Governo para o setor, que têm conduzido ao seu desenvolvimento</p> <p>Medidas que o atual Governo tem implementado na área da agricultura, com destaque para o novo regime fiscal para os pequenos agricultores.</p> <p>Problema da Casa do Douro.</p>
Justiça	<p>Novo mapa judiciário, e conseqüente extinção de tribunais.</p> <p>Sobrelotação nos estabelecimentos prisionais.</p>
Cultura	<p>Cancelamento da venda de 85 obras de Miró, que foram propriedade do Banco Português de Negócios (BPN).</p> <p>Sobre o serviço público de rádio e televisão (RTP) e o serviço noticioso e informativo de interesse público (Lusa-Agência de Notícias de Portugal).</p>
Educação e Ensino	<p>Abertura do ano letivo</p> <p>Política de educação do Governo</p> <p>Autonomia das escolas.</p> <p>Praxes académicas e necessidade de mecanismos de acolhimento nas escolas que promovam uma cultura democrática e de informação.</p> <p>Corte das verbas à Fundação para a Ciência e a Tecnologia e conseqüente redução de bolsas de doutoramento e pós doutoramento.</p> <p>Acordo entre o Ministério da Educação e Ciência e os sindicatos de professores afetos à UGT sobre a prova de avaliação de conhecimentos e capacidades para professores.</p> <p>Últimos resultados do Relatório PISA 2012</p> <p>Financiamento do ensino privado.</p>
Negócios Estrangeiros	<p>Possível adesão da Guiné Equatorial à CPLP.</p>
Defesa Nacional	<p>Viabilização e modernização dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.</p>
Ambiente	<p>Edifícios públicos com amianto.</p> <p>Resultados da XIX Conferência das partes da Convenção das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, que teve lugar em Varsóvia,</p> <p>Bombeiros portugueses que combatem os incêndios florestais</p>
Energia	<p>Aumento do preço da energia elétrica e a não proteção das famílias e das pequenas e médias empresas.</p>
Assuntos Sociais	<p>Inquérito às condições de vida e ao rendimento dos portugueses relativos ao ano de 2012 levado a cabo pelo INE</p> <p>Política social do Governo</p> <p>Alargamento da base de incidência da contribuição extraordinária de solidariedade.</p>

	Corte no valor nominal de pensões já atribuídas, reduzindo as reformas de aposentados da Administração Pública, e nas pensões de sobrevivência.
Indústria	Importância da estratégia de fomento industrial, com vista à reindustrialização e ao crescimento sustentado do País.
Eleições Europeias	Resultados das eleições para o Parlamento Europeu em Portugal e na Europa Nível de abstenção e crescimento da extrema-direita europeia nas eleições para o Parlamento Europeu. Futuro do projeto europeu e em Portugal
Eleições Autárquicas	Resultados obtidos no distrito de Braga pela coligação "Juntos por Braga" Regozijo com a vitória da coligação PSD/CDS na Trofa. Confiança atribuída à CDU pelos cidadãos eleitores Recuperação autárquica por parte do CDS-PP, com a conquista de quatro novas câmaras municipais. Vitória do Partido Socialista nas eleições autárquicas

DEBATES DE ATUALIDADE

Durante a 3.^a sessão legislativa, ao abrigo do artigo 72.º do Regimento que permite a realização, em cada quinzena, de um debate de atualidade a requerimento potestativo de um grupo parlamentar, ocorreram cinco debates sobre os temas que a seguir se indicam:

- “Sobre os objetivos e opções por detrás destas operações de gestão da dívida e apure as responsabilidades do Governo por comprometer o futuro das novas gerações com tal atuação” – 4 de dezembro de 2013;
- “Sobre a atual situação do setor da ciência” – 24 de janeiro de 2014;
- “Aumento alarmante do risco de pobreza em Portugal” – 26 de março de 2014;
- “Sobre as perspetivas orçamentais constantes do Documento de Estratégia Orçamental” – 2 de maio de 2014;
- “O pagamento do subsídio de natal” - 27 de junho de 2014.

DEBATES DE URGÊNCIA

Ao abrigo do estabelecido no artigo 74.º do Regimento, os grupos parlamentares e o Governo podem requerer fundamentadamente ao Presidente a realização de debates de urgência.

Na 3.^a sessão legislativa, teve lugar um debate de urgência, que versou sobre a “violência de género” (08 de julho de 2014).

DELIBERAÇÕES

Revestem a forma de deliberação, os atos votados em Plenário da Assembleia da República que dizem respeito ao funcionamento da Assembleia.

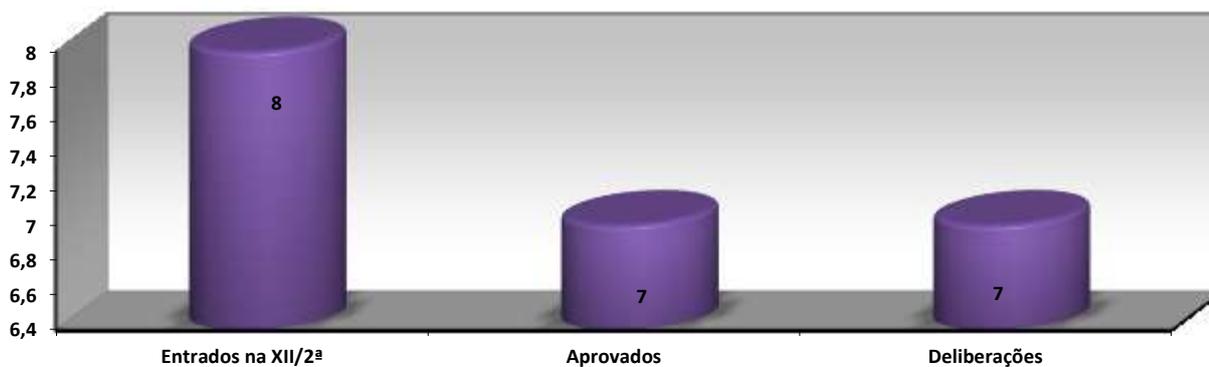
Na 3.^a sessão legislativa da XII Legislatura, foram apresentados oito projetos de deliberação, tendo o primeiro sido rejeitado e os restantes aprovados:

- Projeto de Deliberação n.º 17/XII/3 (BE) - Participação ao Ministério Público e encaminhamento de documentação relativa à Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a situação que levou à nacionalização do BPN Banco Português de Negócios;
- Projeto de Deliberação n.º 18/XII/3 (PSD, PS, CDS-PP, PCP, BE, PEV) - Procede à quinta alteração à Deliberação n.º 1-PL/2012, aprovada em 20 de janeiro de 2012 (fixa a composição, distribuição e elenco dos Grupos Parlamentares de Amizade na XII Legislatura);
- Projeto de Deliberação n.º 19/XII/3 (PS) - Solicitação de parecer a ser elaborado pelo Conselho Nacional de Educação sobre a aplicabilidade do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro e, mais concretamente, sobre a utilização do método de Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde como base para a elaboração do programa educativo individual;
- Projeto de Deliberação n.º 20/XII/3 (PSD, CDS-PP) - Solicitação de uma recomendação ao Conselho Nacional de Educação sobre políticas públicas de educação especial;
- Projeto de Deliberação n.º 21/XII/3 (PSD, PS, CDS-PP) - Procede à sexta alteração à Deliberação n.º 1-PL/2012, aprovada em 20 de janeiro de 2012 (fixa a composição, distribuição e elenco dos Grupos Parlamentares de Amizade na XII Legislatura);
- Projeto de Deliberação n.º 22/XII/3 (PAR) - Prorrogação do período normal de funcionamento da Assembleia da República;
- Projeto de Deliberação n.º 23/XII/3 (PAR) - Sessão Plenária de 25 de julho;
- Projeto de Deliberação n.º 24/XII/3 (PSD, CDS-PP) - Convocação de três plenários extraordinários para os dias 2, 4 e 11 de setembro de 2014.

Tabela 21
Projetos de Deliberação

Autor	Entrados na XII/3ª	Aprovados	Rejeitados	Deliberações
PAR	2	2	-	2
PSD, PS, CDS-PP	1	1	-	1
PSD, CDS-PP	2	2	-	2
PS	1	1	-	1
CDS-PP	-	-	-	-
PCP	-	-	-	-
BE	1	-	1	-
PEV	-	-	-	-
Todos GP	1	1	-	1
Total	8	7	1	7

Gráfico 21
Projetos de Deliberação



VOTOS

Nos termos do artigo 75.º do Regimento, os Deputados, os Grupos Parlamentares e a Mesa, podem propor votos de congratulação, protesto, condenação, saudação ou pesar

Na 3.ª sessão da XII Legislatura, foram apresentados 65 votos, tendo sido aprovados 56.

A distribuição dos votos, relativamente à sua classificação e aos proponentes consta da tabela e gráficos seguintes.

Os votos de pesar referem-se ao falecimento de individualidades: Joaquim da Silva Mendes, Presidenta da Junta de Freguesia de Queirã – Vouzela, Wilfried Martens, Mário Ferreira Bastos Raposo, Alcino Soutinho, Nelson Mandela, Nadir Afonso Rodrigues, Albino Aroso, Manuel Seabra, Eusébio da Silva Ferreira, Isilda da Silva Barata, António da Silva Osório Soares Carneiro, Dr. José Menéres Pimentel, D. José Policarpo, Professor Doutor José Fernando Covas Lima de Carvalho, Luís Catarino, antigo Deputado Medeiros Ferreira, Fernando Ribeiro e Castro, Adolfo Suárez, João Lopes Porto, Vasco Graça Moura, antigo Deputado Jorge Almeida, António Hernâni Gonçalves, Rui Mário Gonçalves, José Veiga Simão, antigo Deputado José Manuel Cordeiro, Henrique Soares Cruz, Fernando António Aires Ferreira e José Joaquim Delgado Domingos.

Foram também aprovados votos de pesar sobre Lampedusa, pelas vítimas da tragédia nas Filipinas, pelas vítimas do acidente aéreo ocorrido com o avião das Linhas Aéreas de Moçambique que fazia ligação entre Maputo e Luanda, pelas vítimas do Holocausto, pela morte dos passageiros e tripulantes do voo MH-17, pelo acidente com o avião da TransAsia Airways

Foram, ainda, aprovados os seguintes votos de condenação pelos crimes contra a Humanidade perpetrados pelo regime da Coreia do Norte, da aprovação, no Uganda, da criminalização da homossexualidade, punindo-a com prisão perpétua, pelo rapto de mais de 200 jovens estudantes por forças terroristas na Nigéria, da escalada de violência no Médio Oriente, pelo abate do voo MH-17, de iniciativas que coloquem em causa o princípio da neutralidade na Internet

No que se refere a votos de congratulação, foram aprovados os seguintes: pela integração da Dieta Mediterrânica praticada em Portugal na lista do Património Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO, da eleição do Cristiano Ronaldo como "Melhor Futebolista do Mundo", pela Eleição de Portugal para uma das Vice-Presidências da 69.ª Assembleia Geral das Nações Unidas, pelo regresso à normalidade constitucional e democrática na Guiné-Bissau

Os votos de saudação aprovados foram ao tenista João Sousa, ao ciclista Rui Costa, pela celebração do acordo nuclear com o Irão e pela proclamação do Rei Filipe VI de Espanha.

Destacam-se adicionalmente o voto de homenagem às mulheres assassinadas no contexto de uma relação afetiva, o voto de protesto sobre a atual situação na Ucrânia, o voto relativo aos acontecimentos ocorridos na Ucrânia, apresentado pela Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas e pela Comissão de Assuntos Europeus, o voto de Solidariedade com o povo Ucrainiano e os votos pela participação dos soldados portugueses na Batalha de La Lys, na I Grande Guerra e pelo valor histórico e futuro da língua portuguesa - 800 anos.

Tabela 22
Votos

Autor / Tipo de Voto	Pesara	Condenação	Sem classificação	Homenagem	Protesto	Saudação	Solidariedade	Congratulação	Total	Aprovados	Rejeitados
PAR	1	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-
PSD	6	-	-	-	-	-	-	-	6	6	-
PSD/CDS-PP	-	-	-	-	-	1	-	1	2	2	-
PSD/PS/CDS-PP	9	2	1	-	1	-	-	1	14	14	-
PSD/PS/CDS-PP/PCP/BE	1	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-
PS	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	1
CDS-PP	6	1	-	-	1	1	-	-	9	8	1
PCP	3	-	-	-	-	1	-	-	4	4	-
BE	2 ²⁶	2	1	-	-	-	-	-	4	1	3
PEV	1	3	-	-	1	-	1	-	6	2	4
Todos GP	12	1	-	1	-	2	-	1	17	17	-
Total	40	10	2²⁷	1	3	5	1	3	65	56	9

²⁶ O voto 157/XII/3 foi substituído pelo voto 160/XII/3.

²⁷ Os votos 175 e 176/XII/3 não se encontram classificados.

Gráfico 22
Votos
Tipo de Votos

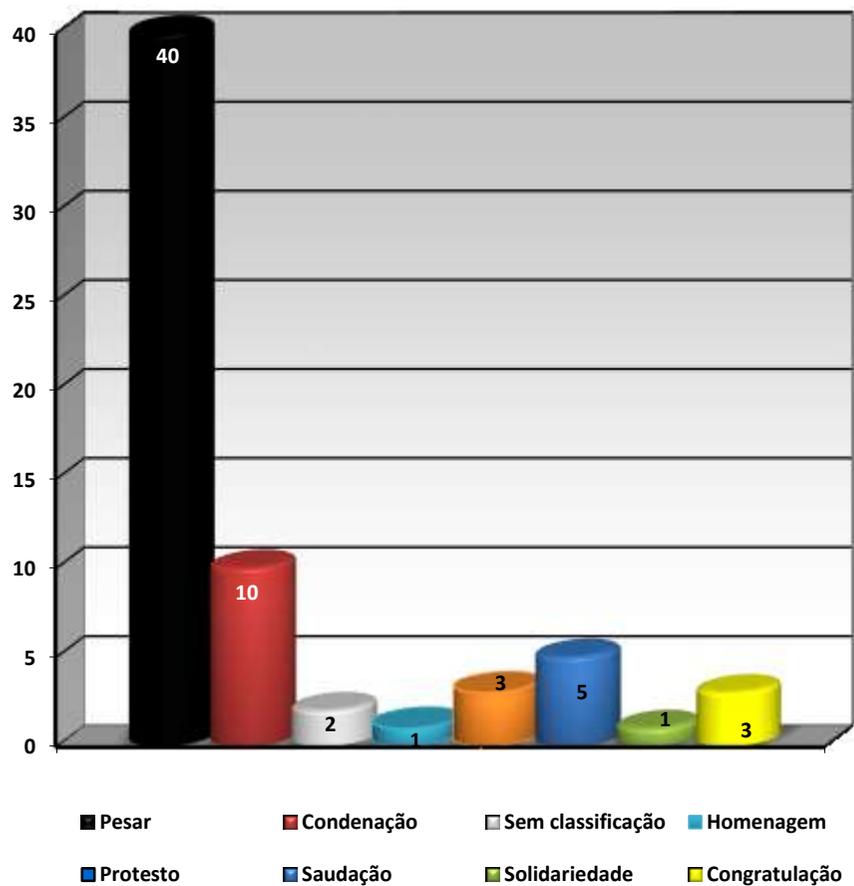
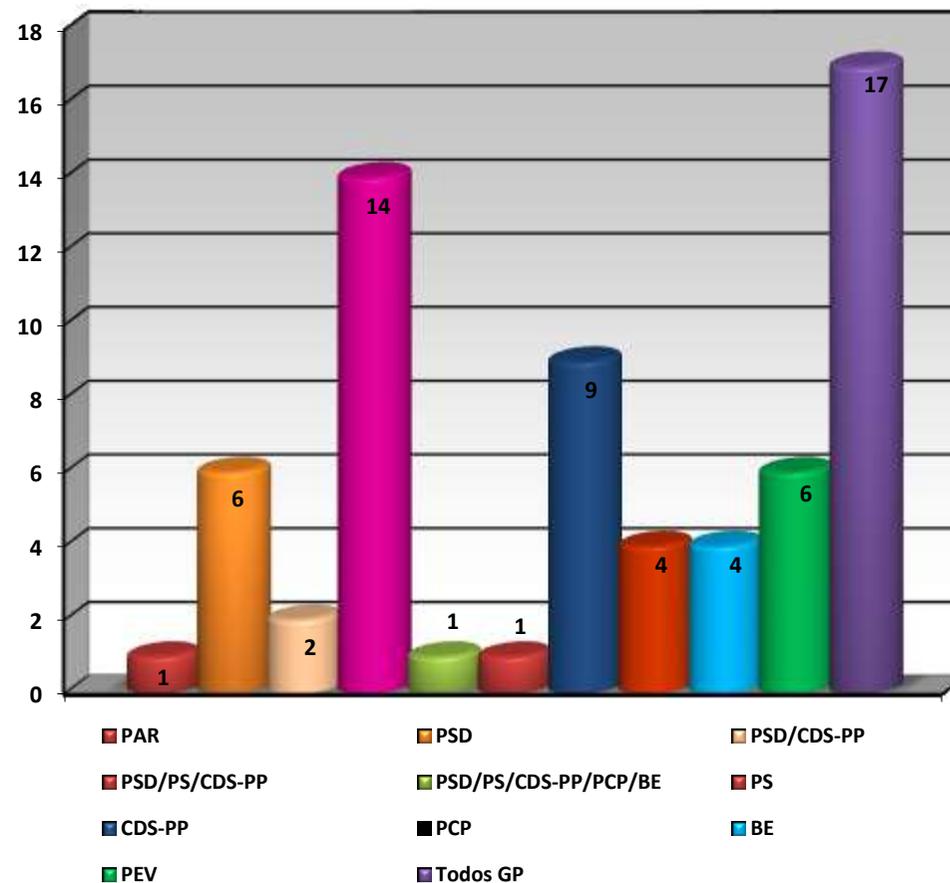


Gráfico 23
Votos
Por Autor



RELAÇÕES EXTERNAS**DESLOCAÇÕES E AUDIÊNCIAS DA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**

Durante a 3.^a sessão legislativa da XII Legislatura, a Presidente da Assembleia da República presidiu a 138 reuniões (Plenárias, Conferência de Líderes e de Presidentes das Comissões Parlamentares) e cumpriu um programa com duas deslocações internacionais em missão parlamentar e 72 audiências a entidades nacionais e estrangeiras.

Tabela 23
Atividades da Presidente da Assembleia da República

Atividades		Nº de Atividades
Presidência de Reuniões (Plenárias, Comissão Permanente, Conferência de Líderes e de Presidentes das Comissões Parlamentares)		138 ²⁸
Audiências a Entidades Nacionais		37
Audiências a Entidades Estrangeiras		31
Deslocação em Missão Parlamentar Nacional		31
Deslocação em Missão Parlamentar Internacional	1	1
	1	1
Participação em outros atos na Assembleia da República ²⁹		45
Total		284

DESLOCAÇÕES

A Presidente da Assembleia da República deslocou-se por uma ocasião em missão parlamentar multilateral e por uma vez em missão parlamentar bilateral.

A missão multilateral foi a seguinte: IV Reunião da Assembleia Parlamentar da CPLP, em Luanda, de 3 de novembro de 2013 a 6 de novembro de 2013.

A missão bilateral ocorreu por ocasião de reuniões com Instituições Europeias, em Bruxelas, em 13 de março de 2014.

²⁸ Na XII/3ª decorreram 108 Reuniões Plenárias, 2 Reuniões da Comissão Permanente, 24 Reuniões da Conferência de Líderes e 4 Reuniões dos Presidentes das Comissões Parlamentares.

²⁹ Tomadas de posse, comemoração de efemérides, colóquios, divulgação cultural.

A Presidente participou em 31 deslocações em missão parlamentar nacional, dos quais destacamos os seguintes:

- Cerimónia Solene de Comemoração do Aniversário da Implantação da República – 5 de outubro de 2013;
- Abertura da conferência da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa sobre "Desafios Políticos no Mediterrâneo e Médio Oriente" – 8 de novembro de 2013;
- Abertura da conferência dos 25 anos do DIAP – 15 de novembro de 2013;
- Visita à Associação 25 de Abril – 16 de abril de 2014;
- Entrega da Taça de Portugal – 18 de maio de 2014;
- Encontro com o presidente do Parlamento de São Tomé e Príncipe – 27 de maio de 2014;
- Comemorações oficiais do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, na Guarda – 10 de junho de 2014;
- Cerimónia de Transladação dos restos mortais de Sophia de Mello Breyner para o Panteão Nacional – 2 de julho de 2014;
- Visita ao Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira com o Presidente e Deputados da 1ª Comissão – 23 de julho de 2014.

AUDIÊNCIAS

A Presidente concedeu 37 **audiências a entidades nacionais**, designadamente a:

- Peticionários da DECO – 17 de setembro de 2013;
- Presidente do Supremo Tribunal de Justiça – 2 de outubro de 2013;
- Autores da petição "Em Defesa da Cinemateca Portuguesa" – 3 de outubro de 2013;
- PAR recebe o Secretário-Geral da CGTP - 8 de outubro de 2013;
- Associação Nacional de Bombeiros Profissionais (ANBP) e a Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários (APBV) - 9 de outubro de 2013;
- Ministra das Finanças, para entrega do OE2014 - 15 de outubro de 2013;
- Confederação Portuguesa dos Meios de Comunicação Social - 16 de outubro de 2013;
- Provedor de Justiça - 17 de outubro de 2013;
- Delegação "Que se Lixe a Troika" – 17 de outubro de 2013;
- Luso-eleitos – 24 de outubro de 2013;
- Presidente do Conselho Superior da Magistratura – 24 de outubro de 2013;
- Sindicato Nacional da Polícia – SINAPOL – 8 de novembro de 2013;
- Presidente da Comissão Nacional de Proteção de Dados – 14 de novembro de 2013;
- Liga dos Bombeiros Portugueses – 15 de novembro de 2013;
- Presidente do Tribunal de Contas – 19 de dezembro de 2013;
- Comissão de trabalhadores do Estaleiro de Viana do Castelo – 6 de janeiro de 2014;
- Associação Nacional de Municípios Portugueses – 7 de janeiro de 2014;
- Hélder Costa do Teatro "A Barraca" – 12 de fevereiro de 2014;
- DECO, para entrega da petição "Liberdade na Fidelização" – 20 de fevereiro de 2014;
- Presidente do Fórum Sória 21 e Organizadores do Fórum Mundial Porto 21, para apresentação do Documento Final sobre "Cidades e Desenvolvimento Sustentável" – 26 de fevereiro de 2014;
- Chefe do Estado-maior da Armada – 27 de fevereiro de 2014;
- ANAFRE – 6 de março de 2014;
- Comissão coordenadora permanente dos sindicatos e associações dos profissionais das forças e serviços de segurança – 6 de março de 2014;
- Mulheres sindicalistas homenageadas pela AR e a UGT – 12 de março de 2014;
- Chefe do Estado-maior do Exército – 12 de março de 2014;
- Sindicato Nacional do Corpo da Guarda Prisional – 25 de março de 2014;
- Orfeão de Espinho – 27 de março de 2014;
- Chefe do Estado-maior General das Forças Armadas – 27 de março de 2014;
- Associação Nacional do Turismo – 2 de abril de 2014;
- Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, para entrega do Relatório CASA – 2 de abril de 2014;
- Ordem dos Nutricionistas – 3 de abril de 2014;
- Autores da Petição "Preparar a reestruturação da dívida para crescer sustentadamente" – 9 de abril de 2014;
- Promotores do Apelo "Em defesa de um Portugal soberano e desenvolvido" – 10 de abril de 2014;
- Provedor da Misericórdia do Porto – 22 de abril de 2014;
- Presidente da Liga Portuguesa Contra o Cancro – 12 de maio de 2014;
- Conselho Superior da Magistratura, para entrega do Relatório Anual – 13 de maio de 2014;
- Presidente do Tribunal de Contas, para entrega do parecer sobre a Conta da AR – 27 de julho de 2014.

Concedeu também 31 **audiências a entidades estrangeiras**, designadamente :

-
- Missão Conjunta CE/BCE/FMI (Troika) – 18 de setembro de 2013;
 - Presidente de Timor-Leste – 20 de setembro de 2013;
 - Presidentes das Câmaras Consultiva e de Representantes do Parlamento do Reino de Marrocos – 7 de novembro de 2013;
 - Presidente da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa – 7 de novembro de 2013;
 - PAR recebe o Embaixador da Indonésia – 11 de dezembro de 2013;
 - Missão Conjunta CE/BCE/FMI – 12 de dezembro de 2013;
 - Delegação do Partido Popular espanhol – 7 de fevereiro de 2014;
 - Presidente do PPE no Parlamento Europeu, Joseph Daul – 12 de fevereiro de 2014;
 - Vice-Presidente da Assembleia da República de Moçambique – 12 de fevereiro de 2014;
 - Presidente do PPE no Parlamento Europeu – 12 de fevereiro de 2014;
 - Missão Conjunta CE/BCE/FMI – 26 de fevereiro de 2014;
 - PM do Luxemburgo – 3 de março de 2014;
 - Embaixadora da Tunísia em Lisboa – 12 de março de 2014;
 - Presidente da Câmara dos Representantes do Congresso dos EUA – 17 de abril de 2014;
 - Missão Conjunta CE/BCE/FMI – 22 de abril de 2014;
 - Presidente da República de Singapura - 05 de junho de 2014;
 - Presidente do México, Enrique Peña Nieto - 05 de junho de 2014;
 - Sua Alteza, o Príncipe Aga Khan - 11 de junho de 2014;
 - Embaixador da Alemanha - 12 de junho de 2014;
 - Embaixador da Croácia - 18 de junho de 2014;
 - Embaixador da Grécia - 18 de junho de 2014;
 - Presidente da República Federal da Alemanha - 24 de junho de 2014;
 - Embaixador da França - 26 de junho de 2014;
 - Embaixador da Índia – 26 de junho de 2014;
 - Presidente da República de Moçambique – 1 de julho de 2014;
 - Suas Majestades os Reis de Espanha – 7 de julho de 2014;
 - Presidente do Parlamento da Albânia – 8 de julho de 2014;
 - Secretário-Geral da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) – 8 de julho de 2014;
 - Embaixador dos EUA – 15 de julho de 2014;
 - Embaixador de Israel – 15 de julho de 2014;
 - Embaixadora da Irlanda – 16 de julho de 2014;
 - Embaixador da Palestina – 16 de julho de 2014;

ATIVIDADES DAS DELEGAÇÕES PARLAMENTARES DA AR ÀS ORGANIZAÇÕES
PARLAMENTARES INTERNACIONAIS

A Assembleia da República é membro de diversas organizações parlamentares internacionais e nessa qualidade participou através de delegações parlamentares constituídas por Deputados designados para esse efeito em 131 reuniões, através da presença de 268 Deputados.

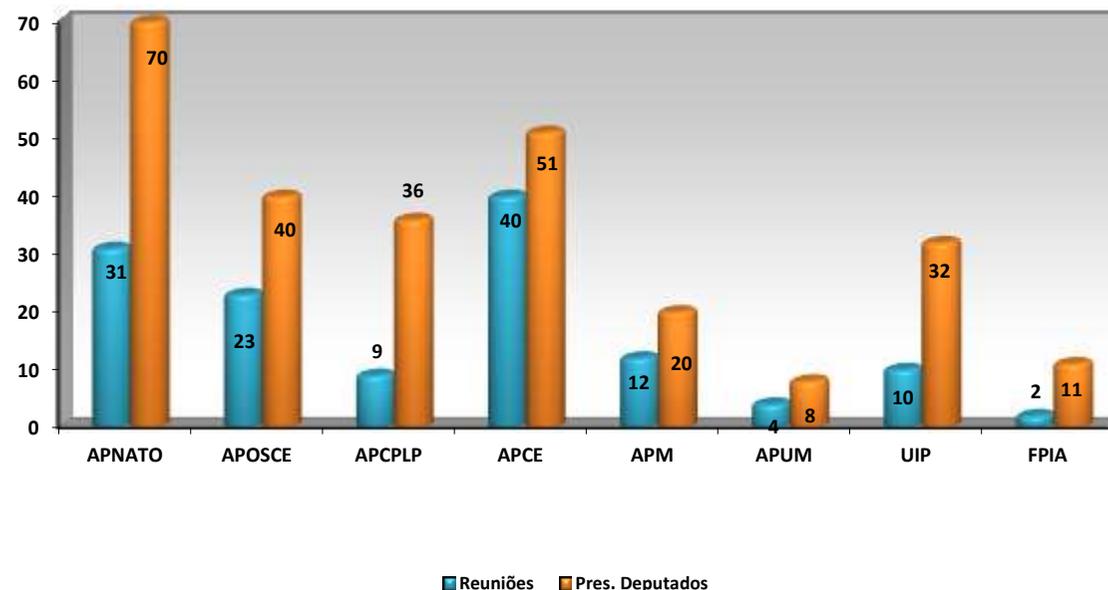
Tabela 24

Atividades das Delegações Parlamentares AR às Organizações Parlamentares Internacionais

Organização	Nº Reuniões	Nº Presenças Deputados AR
Assembleia Parlamentar da NATO (APNATO)	31	70
Assembleia Parlamentar da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (APOSCE)	23	40
Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (APCPLP)	9	36
Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (APCE)	40	51
Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo (APM)	12	20
Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo (AP-UpM)	4	8
União Interparlamentar (UIP)	10	32
Fórum Parlamentar Ibero-americano (FPIA)	2	11
Total	131	268

Gráfico 24

Atividades das Delegações Parlamentares AR às Organizações Parlamentares Internacionais



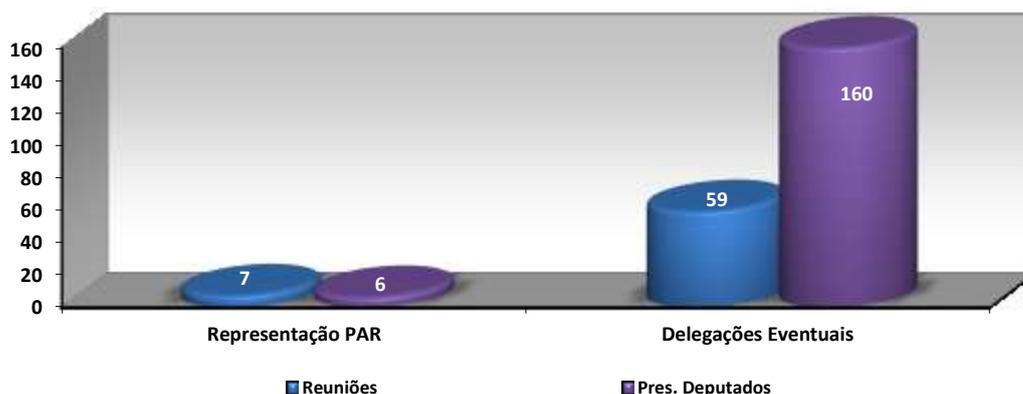
ATIVIDADES DAS DELEGAÇÕES EVENTUAIS

O Parlamento Português esteve também presente, através de parlamentares designados para esse efeito, em diversos eventos internacionais. Participou em 66 reuniões em que estiveram presentes 166 Deputados da Assembleia da República.

Tabela 25
Atividades das Delegações Eventuais

Organização	Nº Reuniões	Nº Presenças Deputados AR
Delegações da AR em Representação do Presidente	7	6
Delegações Eventuais	59	160
Total	66	166

Gráfico 25
Atividades das Delegações Eventuais



De entre os eventos em que o Parlamento participou, através de delegações eventuais, durante o período correspondente à 3.^a sessão legislativa da XII Legislatura e, para além das periódicas conferências de presidentes de comissões, podem destacar-se os seguintes:

- “Conference on Transparency of media ownership”, Bruxelas, 2013-09-24
- Seminário parlamentar de Alto Nível OCDE, Paris, 2013-10-02
- Visita de Estado ao Reino da Suécia com o Presidente da República, Suécia, 2013-10-01 a 2013-10-03;
- Missão de observação das eleições presidenciais no Azerbaijão, Azerbaijão, 2013-10-08 a 2013-10-09
- Visita a Taiwan “Estreitar o intercâmbio parlamentar e amizade entre países”, Taiwan, 2013-10-14 a 2013-10-21;
- Seminário Parlamentar sobre “Improving employment conditions of young workers (under the age of 18)”, Paris, 2013-10-18;
- Reunião informal sobre “liberdade de Circulação e Sistemas nacionais de proteção social”, Copenhaga, 2013-10-21;
- Reunião sobre “O Futuro da Defesa Europeia”, Bruxelas, 2013-11-05;
- The Fundamental Rights Conference 2013: “Combating hate crime in the EU”, Vilnius, 2013-11-12 a 2013-11-13;
- Regional Workshop for Members of Parliament on Climate Variability and Change in the Mediterranean Coastal Area, Atenas, 2013-11-13 a 2013-11-14;
- Conferência subordinada ao tema “What role for Justice in the European Union?”, Bruxelas, 2013-11-21 a 2013-11-22;
- “19th Summit of Chairmen of the EPP Parliamentary Groups in the National Parliaments of the European Union and in the European Parliament”, Bruxelas, 2013-12-02;

-
- Fórum interparlamentar de Deputados com menos de 35 anos, Bruxelas, 2013-12-05;
 - Reunião interparlamentar “O mercado da energia da UE no século XXI”, Bruxelas, 2013-12-17;
 - 1ª. Conferência Internacional sobre Políticas de Drogas nos PALOP, Cidade da Praia, 2014-01-14 a 2014-01-17;
 - Seminário “OECD Parliamentary days”, Paris, 2014-02-05 a 2014-02-07;
 - Visita de Estado a Toronto com o Presidente da República, Toronto, de 2014-02-27 a 2014-03-03;
 - “Violence against women across the EU: Abuse at home, work, in public and online” e “Preventing violence against women – a challenge for all”, Bruxelas, 2014-03-05;
 - “Progressive Economy Annual Forum”, Bruxelas, 2014-03-05 a 2014-03-06;
 - Conferência internacional “O contributo dos Parlamentos para o alargamento da NATO, Vilnius, 2014-03-27 a 2014-03-28;
 - Visita institucional a Taiwan, Taiwan, de 2014-04-05 a 2014-04-11;
 - “Conferences on the Internationalization of the Portuguese Economy to China and the Chinese Foreign Direct in Portugal”, Macau, Guanzhou, Beijing, Shanghai, 2014-05-06 a 2014-05-14;
 - Visita de Estado do Presidente da República à China, China, 2014-05-11 a 2014-05-19;
 - Reunião de Deputados dos Parlamentos da Bacia do Mediterrâneo sobre Emigração, Argel, 2014-05-18 a 2014-05-22;
 - 2ª. Cimeira Mundial de Legisladores, Cidade do México, 2014-06-06 a 2014-06-08;
 - 103ª Conferência da OIT (Organização Internacional do Trabalho), Genebra, 2014-06-08 a 2014-06-10
 - Reuniões com a DUMA estatal no âmbito do GPA Portugal-Rússia e Terceiro Fórum Parlamentar Internacional, Moscovo, de 2014-06-24 a 2014-06-26.

ATIVIDADES DOS GRUPOS PARLAMENTARES DE AMIZADE

Ao abrigo do previsto nos artigos 43.º a 47.º do Regimento da Assembleia da República e do estabelecido na Resolução da AR n.º 26/2010, de 24 de janeiro (“Fixa a composição, distribuição e elenco dos grupos parlamentares de amizade na XI Legislatura e procede à primeira alteração à Resolução da Assembleia da República n.º 6/2003, de 24 de janeiro”), com as alterações introduzidas pela Resolução n.º 26/2010, de 30 de março, a Deliberação n.º 1-PL/2012³⁰, aprovada em 20 de janeiro de 2012, deliberou a criação dos seguintes grupos parlamentares de amizade com Portugal:

África do Sul, Alemanha; Andorra; Angola; Arábia Saudita; Argélia; Argentina; Austrália; Azerbaijão; Brasil; Bulgária; Cabo Verde; Canadá; Chile; República Popular da China; República da Coreia; Cuba; Espanha; Estados Unidos da América; Estónia; França; Guiné-Bissau; Geórgia; Índia; Indonésia; Israel; Itália; Japão; Jordânia; Lituânia; Luxemburgo; Marrocos; México; Moçambique; Noruega; Palestina; Paquistão; Paraguai; Perú; Polónia; Reino Unido; Rússia; São Tomé e Príncipe; Sérvia; Singapura; Tailândia; Timor-Leste; Tunísia; Turquia, Ucrânia, Uruguai, Venezuela.

No período da 3.ª sessão legislativa, os grupos parlamentares de amizade realizaram 38 reuniões ordinárias, 128 reuniões com entidades internacionais e 20 reuniões com entidades nacionais. Realizaram-se adicionalmente 14 missões oficiais.

Tabela 26
Atividades dos Grupos Parlamentares de Amizade³¹

Tipo de Atividade	Nº Reuniões
Reuniões Ordinárias	38
Reuniões com Entidades Internacionais	128
Reuniões com Entidades Nacionais	20
Missões Oficiais	14
Total	200

Gráfico 26
Atividades dos Grupos Parlamentares de Amizade



³⁰ Alterada por: Deliberação n.º 2-PL/2012 - DAR II série A, n.º 111, de 2012-02-01
Deliberação n.º 4-PL/2012- DAR II série A n.º 146, de 2012-03-21
Deliberação n.º 2-PL/2013 - DAR II série A n.º 148, 2º Supl., de 2013-06-06
Deliberação n.º 4-PL/2013 - DAR II série A n.º 163, de 2013-07-05
Deliberação n.º 6-PL/2013 - DAR II Série A n.º 33, de 2013-12-12
Deliberação n.º 1-PL/2014 - DAR II Série A n.º 55, de 2014-01-27

³¹ Foram constituídos 49 Grupos Parlamentares de Amizade bilaterais e 1 multilateral.

OUTRAS ATIVIDADES RELEVANTES

Durante a 3.^a sessão Legislativa da XII Legislatura, foram recebidos, no Palácio de S. Bento, um Presidente de Parlamento (o Presidente da Câmara de Representantes do Congresso dos Estados Unidos da América, em visita de 17 a 20 de abril de 2014) e 10 Delegações Estrangeiras que a seguir se enunciam:

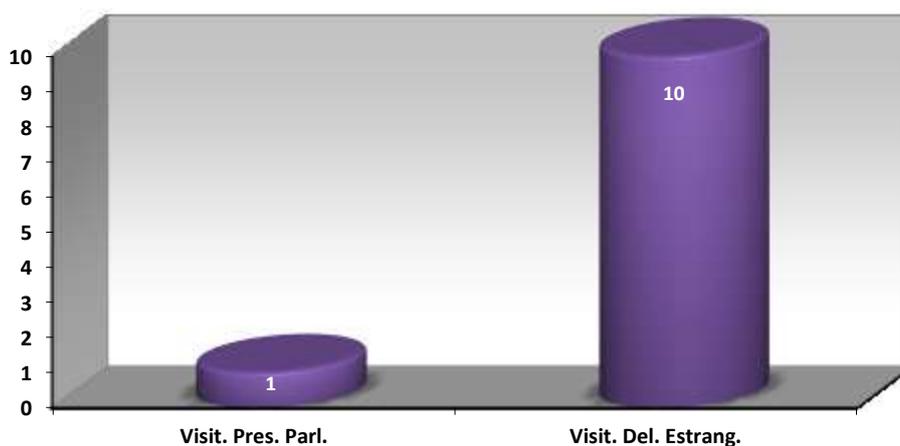
Delegações Estrangeiras:

- Visita do Secretário-geral Adjunto da OCDE – 24 de setembro de 2013;
- Visita de uma Delegação da Comissão Nacional de Eleições da República de Angola – 27 de setembro de 2013;
- Visita de uma Delegação da Comissão Nacional de Eleições da República Democrática de Timor-Leste – 27 de setembro de 2013;
- Visita de um grupo que pertence ao programa Marshall Memorial Fellowship, da Fundação Americana German Marshall Fund – 15 de outubro de 2013;
- Visita do Presidente da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, Jean-Claude Mignon – 7 a 9 de novembro de 2013;
- Visita de uma Delegação Administrativa da Assembleia Consultiva da Indonésia – 23 de dezembro de 2013;
- Visita do Primeiro-Ministro do Luxemburgo – 3 de março de 2014;
- Visita do Secretário-geral Adjunto da Assembleia Nacional da República da Coreia – 21 de março de 2014;
- Visita de uma Delegação do Quênia – 13 de maio de 2014;
- Visita de um Vice-presidente da Assembleia Nacional do Vietnam – 26 de junho de 2014.

Tabela 27
Outras Atividades Relevantes

Tipo de Atividade	Nº Atividades
Visitas de Presidentes de Parlamentos	1
Visitas de Delegações Estrangeiras	10
Total	11

Gráfico 27
Outras Atividades Relevantes



COOPERAÇÃO PARLAMENTAR

A Assembleia da República tem vindo a desenvolver atividades diversas na área da cooperação parlamentar e, na 3.ª sessão legislativa da XII Legislatura, cumpre destacar, em primeiro lugar, a assinatura de dois programas de cooperação:

- Programa de Cooperação Parlamentar entre a Assembleia da República de Portugal e a Assembleia da República de Moçambique 2014/2016 – assinado em Lisboa, em 16 de maio de 2014;
- Protocolo de Cooperação Parlamentar entre a Assembleia da República de Portugal e o Parlamento Nacional de Timor-Leste 2013/2016 – assinado em Lisboa, a 11 de novembro de 2013.

O desenvolvimento dos programas existentes envolveu ações de cooperação interparlamentares multilaterais (ASG-PLP):

- Encontro dos Quadros de Recursos Humanos – 14 a 19 de outubro de 2013 (Brasília);
- XIV Encontro da Associação dos Secretários Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa (ASG-PLP) – 4 a 7 de novembro de 2013 (Luanda);
- I Encontro Interparlamentar de Quadros de Gestão Patrimonial dos Parlamentos de Língua Portuguesa – 7 a 11 de novembro de 2014 (AR);
- IX Encontro dos Quadros de Informática dos Parlamentos de Língua Portuguesa – 18 a 22 de agosto de 2014 (Brasília);
- XV Encontro da Associação dos Secretários Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa (ASG-PLP) – 8 a 10 de setembro de 2014 (Brasília);

e bilaterais, no âmbito da assistência técnica e material:

Cooperação com a Assembleia Nacional de Cabo Verde:

- Estágio *on the job* para Apoio às Comissões Especializadas – 14 a 18 de outubro de 2013 (AR);
- Estágio *on the job* na área do Arquivo – 14 a 18 de outubro de 2013 (AR);
- Visita de estudo à Assembleia da República de uma Delegação da Comissão Especializada de Finanças e Orçamento da ANCV – 12 a 15 de novembro de 2013 (AR);
- Formação em edição e produção de publicações – 18 a 22 de novembro de 2013 (ANCV);
- Visita de estudo para levantamento da informação e experiência sobre os procedimentos da Assembleia da República no âmbito das Relações Públicas e assessoria técnica para a instalação de uma Base de Dados para as Relações Públicas – 15 a 29 de novembro de 2013 (AR);
- Estágio *on the job* no Centro de Informação ao Cidadão e Relações Públicas para conhecimento das competências, da experiência e dos procedimentos da Assembleia da República no âmbito do novo papel das Relações Públicas – 25 a 29 de novembro de 2013 (AR);
- Visita de estudo para levantamento da informação sobre os procedimentos da Assembleia da República no âmbito das Relações Internacionais e Assistência técnica para a instalação de uma Base de Dados para as Relações Internacionais – 25 a 29 de novembro de 2013 (AR);
- Assessoria para a implementação de um sistema de recolha de imagens das Sessões Parlamentares Assembleia Nacional de Cabo Verde – 28 a 30 de janeiro de 2014 (ANCV);
- Estágio *on the job* sobre o processo de execução de remunerações e outros abonos, despesas e investimentos (ação conjunta DGF/DAPAT) – 24 a 28 de fevereiro de 2014 (AR);
- Formação Técnica em Instrumentos de Avaliação de Desempenho – 21 a 25 de abril de 2014 (ANCV);
- Assessoria na implementação de um sistema de avaliação da qualidade dos serviços de informação. Reforço de formação em técnicas documentais (Biblioteca, Arquivo, Documentação) – 5 a 8 de maio de 2014 (ANCV);
- Formação em práticas integradas de Recursos Humanos - Mapeamento e avaliação de competências – 2 a 6 de junho de 2014 (AR);
- Estágio *on the job* para técnicos de apoio ao Plenário – 30 de junho a 4 de julho de 2014 (AR);
- Estágio *on the job* para técnicos de apoio ao Plenário para aperfeiçoamento da técnica legislativa – 30 de junho a 4 de julho de 2014 (AR);
- Estágio *on the job* para técnicos de apoio à Redação - 30 de junho a 4 de julho de 2014 (AR);
- Estágio *on the job* na Área da Redação – 7 a 11 de julho de 2014 (AR);

- Estágio *on the job* na Área do Apoio Documental às Notas Técnicas – 8 a 12 de setembro de 2014 (AR).

Cooperação entre a AR e a Assembleia da República de Moçambique

- Visita de estudo à Assembleia da República de uma Delegação do Conselho de Administração da Assembleia da República de Moçambique – 11 e 12 de fevereiro de 2014 (AR);
- Missão de Cooperação à Assembleia da República de Moçambique, no âmbito do memorando de entendimento trilateral AR-ARM e Parlamento Austríaco - 6 a 14 de março de 2014 (ARM);
- Visita de estudo à Assembleia da República de uma Delegação da Comissão de Relações Internacionais, Cooperação e Comunidades da Assembleia da República de Moçambique, - 2 a 7 de maio de 2014 (AR);
- Visita de estudo à Assembleia da República do Secretário-Geral da Assembleia da República de Moçambique – 12 a 16 de maio de 2014 (AR);
- Visita de estudo à Assembleia da República de uma Delegação da Comissão de Assuntos Sociais, do Género, Tecnologias e Comunicação Social da Assembleia da República de Moçambique – 30 de maio a 6 de junho de 2014 (AR);
- Visita à Assembleia da República de uma Delegação do Gabinete da Mulher Parlamentar da Assembleia da República de Moçambique – 4 a 9 de junho de 2014 (AR);
- Visita de estudo à Assembleia da República de uma Delegação de funcionários da Assembleia da República de Moçambique – 16 de junho de 2014 (AR);
- Missão de assistência Técnica à Assembleia da República de Moçambique, no âmbito do memorando de entendimento trilateral AR-ARM e Parlamento Austríaco – 19 a 26 de julho de 2014 (ARM).

Cooperação com a Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe (ANSTP)

- Visita de estudo da Delegação da Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros – 25 a 28 de novembro de 2013 (AR);
- Visita de estudo da Delegação da Comissão de Obras Públicas e Recursos Naturais – 12 a 15 de maio de 2014 (AR);
- Visita de estudo na área da Redação e Audiovisual (Estágio na DRAA) – 12 a 15 de maio de 2014 (AR)
- Visita de estudo na área das Relações Internacionais (Estágio na DRI) - 19 a 22 de maio de 2014 (AR);
- Visita de estudo com uma delegação da Comissão de Direitos Humanos, Género e Cidadania da ANSTP – 30 de junho a 3 de julho de 2014 (AR);
- Instalação de uma base de dados da atividade parlamentar (em conjunto com a Universidade de Aveiro) – 16 a 26 de julho de 2014 (ANSTP);
- Assistência Técnica - Continuidade das funções do Consultor na área da biblioteca, arquivo e documentação Idalécio Pereira;
- Doação de material - Tecnologia da Informação e Fornecimento de equipamentos e materiais informáticos de rede

Cooperação com o Parlamento Nacional de Timor-Leste (PNTL)

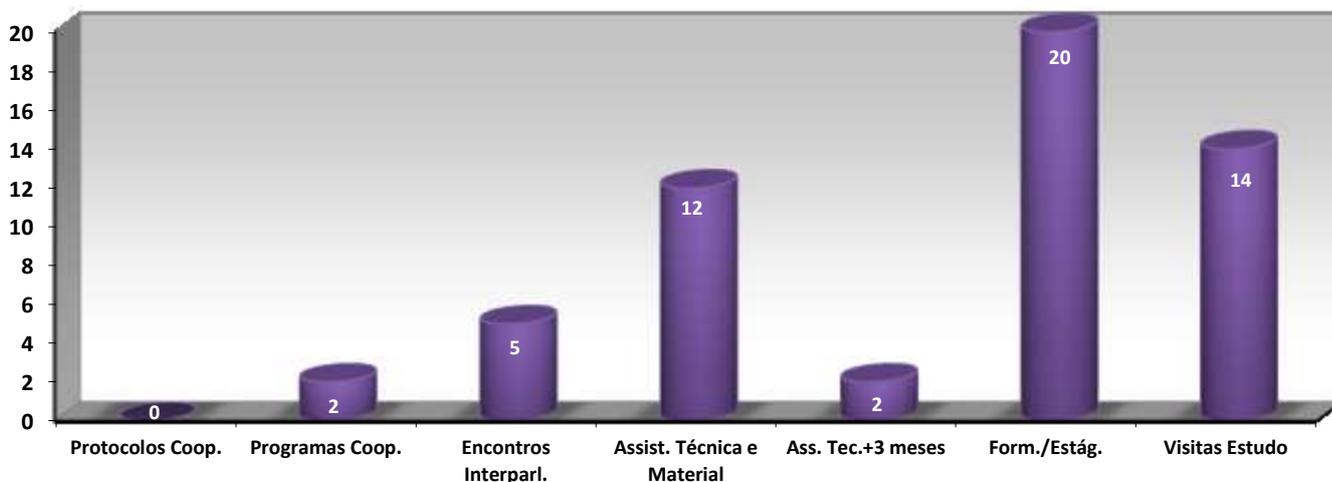
- Assistência Técnica – continuidade das funções da leitora de língua portuguesa em Díli, desde 2010
- Missão na área da Redação (Projeto Parlamentar PNUD-UE 2011-2014) – desde 1 de fevereiro de 2012 (Dili)
- Missão na área da Transcrição (Projeto Parlamentar PNUD-UE 2011-2014) - desde 1 de fevereiro de 2012 (Dili);
- Missão na área da Informática (Projeto Parlamentar PNUD-UE 2011-2014) – desde 15 de agosto de 2013 (Dili);
- Missão na área do Registo de Correspondência e Arquivo (Projeto Parlamentar PNUD-UE 2011-2014) – desde 1 de agosto de 2013 (Dili);
- Missão na área do Protocolo (Projeto Parlamentar PNUD-UE 2011-2014) – desde 1 de agosto de 2013 (Dili);
- Estágio *on the job* sobre Registo de Correspondência (DRHA, GABSG e AHP) – 20 a 24 de janeiro de 2014 (AR);
- Avaliação dos sistemas de segurança do edifício do PNTL, incluindo acesso de pessoas e bens – 6 a 13 de fevereiro de 2014 (PNTL);

- Assistência Técnica na definição de um sistema de carreiras para os funcionários do PNTL – 6 a 20 de fevereiro de 2014 (PNTL);
- Estágio *on job* na Divisão de Apoio Técnico e Secretariado – COFAP – 6 a 22 de maio de 2014 (AR);
- Estágio *on job* na Redação – 12 de maio a 13 de julho de 2014 (AR);
- Participação no workshop "A atividade parlamentar e o serviço de informação legislativa e parlamentar" na qualidade de formadores - 26 de maio a 2 de junho de 2014 (Baucau).

Tabela 28
Cooperação Parlamentar

Tipo de Atividade	Nº Atividades
Protocolos de Cooperação	-
Programas de Cooperação	2
Encontros Interparlamentares	5
Assistência Técnica e Material	12
Assistência Técnica Longa Duração (+ 3 meses)	2
Formação/Estágios	20
Visitas de Estudo	14
Total	55

Gráfico 28
Cooperação Parlamentar



CERIMÓNIAS

Na 3.^a sessão legislativa da XII legislatura houve lugar a 32 cerimónias de diversa natureza, entre cerimónias de boas vindas, cerimónias comemorativas, cerimónias de inauguração e outras.

Realçam-se algumas dessas Cerimónias, a seguir:

Cerimónias de boas-vindas a Chefes de Estado e outras entidades

- Cerimónia de Boas-Vindas ao Presidente da República de Timor-Leste, Taur Matan Ruak – 20 de setembro de 2013;
- Cerimónia de Boas-Vindas ao Presidente da República de Singapura, Tony Tan Keng Yam – 5 de maio de 2014;
- Cerimónia de Boas-Vindas ao Presidente dos Estados Unidos Mexicanos, Enrique Peña Nieto – 5 de junho de 2014;
- Cerimónia de Boas-Vindas a Sua Alteza o Aga Khan – 11 de junho de 2014;
- Cerimónia de Boas-Vindas ao Presidente da República Federal Alemã, Joachim Gauck – 24 de junho de 2014;
- Cerimónia de Boas-Vindas ao Presidente da República de Moçambique, Armando Guebuza – 1 de julho de 2014;
- Cerimónia de Boas Vindas aos Reis de Espanha – 7 de julho de 2014;
- Cerimónia de Boas Vindas do Presidente do Parlamento da República da Albânia, Ilir Meta - 7 a 9 de julho de 2014.

Cerimónias comemorativas

- Cerimónia Comemorativa do Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza e dos Sem Abrigo – 22 de outubro de 2013;
- Comemorações do Dia Mundial da Psoríase, da iniciativa da Associação Portuguesa de Psoríase – 24 de outubro de 2013;
- Cerimónia Comemorativa do Dia Nacional dos Direitos Humanos (Atribuição do Prémio Direitos Humanos e da Medalha Comemorativa do 50º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem) – 10 de dezembro de 2013;
- Cerimónia de Evocação do Dia de Memória do Holocausto – 29 de janeiro de 2014;
- Cerimónia do Dia Mundial da Saúde, com a participação da Comissão de Saúde – 9 de abril de 2014;
- Sessão Solene Comemorativa do XL Aniversário do 25 de abril – 25 de abril de 2014.

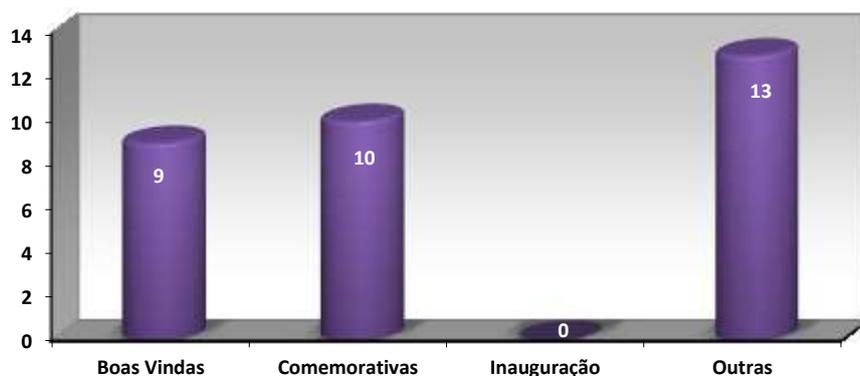
De diversa natureza

- Doação ao Arquivo Histórico Parlamentar de espólio do Professor António de Sousa Franco, por sua mulher, Dra. Matilde Sousa Franco – 16 de setembro de 2013;
- Cerimónia de entrega do Prémio Nacional de Arquitetura em Madeira da iniciativa da Associação das Indústrias de Madeira e Mobiliário em Portugal – 10 de outubro de 2013;
- Sessão Evocativa “Álvaro Cunhal: Estadista ao Serviço ao Povo e da Pátria”, no âmbito das Comemorações do Centenário de Álvaro Cunhal – 10 de dezembro de 2013;
- Homenagem aos Advogados dos Presos Políticos nos Tribunais Plenários – 28 de janeiro de 2014;
- Cerimónia de Evocação do Dia da Memória do Holocausto – 29 de janeiro de 2014;
- Cerimónia de entrega do Prémio Norte-Sul – 12 de junho de 2014;
- Cerimónia de Trasladação de Sophia de Mello Breyner Andresen – 2 de julho de 2014;

Tabela 29
Cerimónias

Cerimónias	Entidades	Nº Atividades
Boas Vindas	Chefes de Estado	7³²
	Presidentes de Parlamentos	2
	Chefes de Governo	-
Comemorativas		10
Inauguração		-
Outras Cerimónias		13
Total		32

Gráfico 29
Cerimónias



³² Inclui a visita de Sua Alteza o Aga Khan.

INICIATIVAS PROMOVIDAS PELA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**EXPOSIÇÕES**

Na 3.^a sessão legislativa da XII Legislatura foram organizadas pela Assembleia da República as seguintes exposições:

- Exposição itinerante “Breve História do Parlamentarismo Português em Bragança” (Bragança, Campo Maior, Figueiró dos Vinhos, Alter do Chão, Évora, Vila Nova de Ourém, Manteigas, Barcelos, Fafe, Ansião, Chaves e Tondela) - setembro de 2013 a setembro de 2014;
- Festival “TODOS” - Exposição itinerante de fotografia TODOS (galeria fotográfica humana na escadaria exterior do Palácio de S. Bento) – 12 a 15 de setembro de 2013;
- Alfabeto do Desenvolvimento – 3 a 17 de outubro de 2013;
- Painéis de apresentação das obras selecionadas pelo júri do Prémio Nacional de Arquitetura em Madeira) – 11 a 16 de outubro de 2013;
- Pelo Combate à Pobreza e à Exclusão Social - 17 a 25 de outubro de 2013;
- “Special Families” – 30 de outubro a 13 de novembro de 2013;
- Árvore – 50 Anos de Obra Gráfica – 23 de outubro a 6 de dezembro de 2013;
- “My Life as a Refugee” – 10 a 20 de dezembro de 2013;
- Portugal Monumental – 8 a 17 de janeiro de 2014; 2014.01.22 a 2014.02.14
- ...Consequências III – 22 de janeiro a 14 de fevereiro de 2014;
- Judeus em Portugal durante a II Guerra Mundial: memórias de um paraíso em tempo de guerra, no âmbito da Cerimónia de Evocação do Dia da Memória do Holocausto – 29 de janeiro de 2014;
- Ruinosos Momentos de Gloriosos Monumentos - 12 a 28 de fevereiro de 2014;
- Pintura de Jean Pierre Porcher e Luís Coquenão – 12 a 25 de março de 2014;
- Desporto/Autarquias/Economia: a canoagem como fator de desenvolvimento – 26 de março a 9 de abril de 2014;
- O Nascimento de uma Democracia 1974-1976, Andar Nobre - Comemorações dos 40 anos do 25 de Abril – 16 de abril a 29 de agosto de 2014;
- Alexander Dubček – 21 de maio a 6 de junho de 2014;
- 35.º Aniversário das relações diplomáticas Portugal-China – junho de 2014;
- Exposição de pintura, escultura, louça de viana, artesanato e tecelagem no âmbito da iniciativa Alto Minho Mostr'ARTE – 11 a 17 de junho de 2014;
- Artes Visuais – 30 de junho a 4 de julho de 2014;
- Acolhimento da exposição “O Mosteiro de São Martinho de Tibães” – Comemoração do Dia de São Bento – julho a setembro de 2014;
- Polícia e Comunidade – Projeto Nós Reciclamos – 9 a 23 de setembro de 2014.

ATIVIDADE EDITORIAL

Na 3.ª sessão legislativa da XII Legislatura, a atividade editorial da Assembleia da República está espelhada no quadro junto, com a explicitação que se lhe segue.

Tabela 30
Atividade Editorial

ATIVIDADE EDITORIAL	
XII LEGISLATURA - 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA	
<u>Livros</u>	
Impressos	9
Eletrónicos	1
Apoio a edições (obras já editadas)	3
<u>Material Promocional e de Apoio a Eventos</u>	
Brochuras, folhetos, postais, marcadores, convites, anúncios, cartazes	158
Agendas e calendários	3
<u>Peças</u>	
Porcelanas, peles, cortiças, papelaria	23
<u>Exposições</u>	
Organização e colaboração	2
<u>Feiras do livro</u>	
Lisboa e Livraria Parlamentar	2
Lançamento de livros	13

EDIÇÃO DE LIVROS

- Relatório da atividade XII Legislatura, 1.^a sessão legislativa;
- Relatório do Grupo de Trabalho da Biomassa;
- Dicionário de História da I República e do Republicanismo, volume 1;
- João Pereira Bastos: o sonho de um exército republicano / Luís Alves de Fraga e Maria Alice Samara;
- João Marcelino Arroio: vida parlamentar / Zília Osório de Castro;
- Álvaro de Castro: “jovem turco” da República / Ana Catarina Pinto;
- O nascimento de uma democracia 1974-1976 / coord. José Pacheco Pereira;
- Dicionário de História da I República e do Republicanismo, volume 2;
- O nascimento de uma democracia 1974-1976, 2.^a edição aumentada;
- Afonso Costa: o orador parlamentar / Paulo Guinote.

LANÇAMENTO DE LIVROS

- A Crise, a Troika e as Alternativas Urgentes. Editora Tinta da China. Biblioteca, 6 de novembro de 2013;
- Machado Santos: o intransigente da República. Biblioteca, 14 de novembro de 2013;
- Interações do Estado e das Igrejas: Instituições e Homens. Editora ICS. Biblioteca, 19 de novembro de 2013;
- Direito da prevenção de riscos profissionais. Diário de Bordo Editora. Biblioteca, 4 de dezembro de 2013;
- Os dias de Abril, volume 1 - O fim do marcelismo. Editora Verso da História/Grupo Cofina, Biblioteca, 10 de fevereiro de 2014;
- Centenário de Carlos Callixto: primeiro jornalista desportivo português, deputado e senador da República, 11 de fevereiro de 2014;
- União Europeia: os bens comuns da futura Federação Europeia, Edições Colibri. Biblioteca, 12 de fevereiro de 2014;
- O eterno retorno: estudos em homenagem a António Reis. Biblioteca, 26 de fevereiro de 2014;
- O Arqueólogo Português, Série V, volume II. Imprensa Nacional Casa da Moeda. Auditório do Edifício Novo, 26 de março de 2014;
- António Marques Júnior: Homenagem ao “Deputado Capitão de Abril”. Biblioteca, 22 de abril de 2014;
- Os partidos políticos e o recrutamento do pessoal dirigente em Portugal. Europress. Biblioteca, 28 de maio de 2014;
- O nascimento de uma democracia 1974-1976. Feira do Livro de Lisboa, 4 de junho de 2014;
- Álvaro de Castro: ‘jovem turco’ da República e João Pereira Bastos: o sonho de um exército republicano. Biblioteca, 18 de junho de 2014.

CONCERTOS E OUTROS ESPETÁCULOS

Na 3.^a sessão legislativa da XII Legislatura foram organizados, na Assembleia da República, os espetáculos musicais e outros que a seguir se enunciam:

- Espetáculo de teatro “Kohlhaas” e atuação do grupo Jaipur Maharja Brass Band (escadaria exterior do Palácio de S. Bento) – 14 e 15 de setembro de 2013;
- Momento de música e poesia interpretado por reclusos dos Estabelecimentos Prisionais de Setúbal e Vale de Judeus – abertura da 3.^a Sessão Legislativa da XII Legislatura – 16 de setembro de 2013;
- AFAdixie no âmbito das Jornadas Europeias do Património 2013 – 21 de setembro de 2013;
- Antestreia nacional do filme “Até Amanhã, Camaradas” – 5 de novembro de 2013;
- “Herança do Silêncio” – Ciclo de Cinema Direitos Humanos, seguido de debate – 10 de dezembro de 2013;
- “Viagem a Portugal” – Ciclo de Cinema Direitos Humanos – 18 de dezembro de 2013;
- Cantata de Natal “Adoro dezembro” pelos Meninos Cantores do Município da Trofa – 19 de dezembro de 2013;
- Janeiras na Assembleia da República: atuação das Trupes da CERCIVAR, da escola Básica e Jardim de Infância da HABITOVAR e da Casa de Amizade do Rotary Club de Ovar – 8 de janeiro de 2014;
- “O Apartamento” – Cerimónia de Evocação do Dia da Memória do Holocausto – 29 de janeiro de 2014;
- Orfeão de Espinho – 27 de março de 2014;
- “O Ato de Matar” (antestreia) – 27 de março de 2014;
- “Outro País” – Ciclo de Cinema sobre o 25 de Abril (Comemorações dos 40 anos do 25 de abril) – 2 de abril de 2014;
- “Torre Bela” – Ciclo de Cinema sobre o 25 de Abril (Comemorações dos 40 anos do 25 de Abril) – 9 de abril de 2014;
- “Terra de Abril” – Ciclo de Cinema sobre o 25 de Abril (Comemorações dos 40 anos do 25 de Abril) – 16 de abril de 2014;
- “Bom Povo Português” – Ciclo de Cinema sobre o 25 de Abril (Comemorações dos 40 anos do 25 de Abril) – 23 de abril de 2014;
- “Zeca Afonso em tons de Abril – Comemorações dos 40 anos do 25 de Abril – 24 de abril de 2014;
- Rodrigo Leão e Sinfonietta de Lisboa – Comemorações dos 40 anos do 25 de Abril – 26 de abril de 2014;
- “Abril, Esperanças Mil” – Comemorações dos 40 anos do 25 de Abril – 30 de abril de 2014;
- Alma de Coimbra – Coro e Guitarras de Coimbra – 19 de junho de 2014;
- “Repare Bem” – Ciclo de Cinema Direitos Humanos – 26 de junho de 2014;
- “As Serviçais” – Ciclo de Cinema Direitos Humanos – 2 de julho de 2014;
- “Buda Caiu de Vergonha” – Ciclo de Cinema Direitos Humanos – 12 de setembro de 2014;
- Peça sonora e coreográfica “Fresco” que conta com a atuação de cinco agrupamentos dirigidos pelo maestro Miquel Bernat [escadaria exterior do Palácio de S. Bento – 12 de setembro de 2014;
- Apresentação da conferência/performance “Salário Máximo” da coreógrafa e bailarina Vera Mantero (Sala do Senado) – 13 e 14 de setembro de 2014;

CONFERÊNCIAS, SEMINÁRIOS, COLÓQUIOS, AUDIÇÕES

- XXIII Congresso da Prosalis – Projeto de Saúde em Lisboa – 1 de outubro de 2013;
- Seminário “A prostituição e o tráfico no coração do crime organizado” no âmbito do Dia Europeu Contra o Tráfico de Seres Humanos – 18 de outubro de 2013;
- II Edição do Encontro Mundial de Luso-Eleitos 2013 – 24 de outubro de 2013;
- Apresentação do Relatório sobre a Situação da População Mundial 2013 (apoio à comunicação social) – 30 de outubro de 2013;
- Conferência sobre “Demografia, natalidade e políticas públicas” da iniciativa da Comissão Nacional de Ética para as Ciências da Vida – 8 de novembro de 2013;
- Café Ciência – O Futuro da Água: Desafios da Sustentabilidade (apoio à comunicação social) – 11 de novembro de 2013;
- Conferência Comemorativa dos 25 anos do DIAP: “DIAP de Lisboa: 25 anos ao serviço das pessoas e do interesse público” – 15 de novembro de 2013;
- Encontro Público PASC, o XV sobre o “Quadro Jurídico” referente ao regime de incompatibilidade dos Deputados, da iniciativa da Plataforma Ativa de Associações da Sociedade Civil com a participação da Comissão Parlamentar para a Ética, a Cidadania e a Comunicação – 29 de novembro de 2013;
- *Workshop* sobre implementação de direitos Europeus, da iniciativa da Representação da Comissão Europeia em Portugal, em parceria com a coordenação nacional do Ano Europeu dos Cidadãos e a Associação CAIS – 29 de novembro de 2013;
- Debate sobre a temática do filme “Herança do Silêncio” – Ciclo de Cinema Direitos Humanos – 10 de dezembro de 2013;
- Conferência “VIH: Acabar com o Estigma” (apoio à comunicação social) – 3 de dezembro de 2013;
- Lançamento do Manual de Risco, produto do Projeto E-MAR, da iniciativa da Associação das Mulheres contra a Violência – 17 de dezembro de 2013;
- Debate sobre a temática do filme “Viagem a Portugal” – Ciclo de Cinema Direitos Humanos – 18 de dezembro de 2013;
- Seminário “Justiça Intergeracional” – 20 de dezembro de 2013;
- Seminário Diplomático da iniciativa do Ministério dos Negócios Estrangeiros – 6 e 7 de janeiro de 2014;
- *Workshop* sobre “A diversidade étnica e cultural dentro dos partidos políticos” no âmbito do projeto europeu DivPol (Diversity in Political Parties Programmes, Organisation and Representation) do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural ACIDI – 14 de janeiro de 2014;
- Public Health Genomics-Policy Hearing Event, no âmbito do Projeto Europeu PACITA – 18 de janeiro de 2014;
- Conferência “Os Julgados de Paz nos Caminhos da Justiça” – 28 de janeiro de 2014;
- Colóquio “6 anos sobre o referendo do aborto: como estamos hoje?”, da iniciativa da Federação Portuguesa pela Vida – 11 de fevereiro de 2014;
- Seminário sobre os “Meios alternativos à prisão para toxicodependentes criminosos” no âmbito do projeto europeu, da iniciativa da Associação dos Ex-Deputados e da Cruz Vermelha Portuguesa – 13 de fevereiro de 2014;
- Colóquio “A União Bancária e o Financiamento da Economia Portuguesa” – 26 de fevereiro de 2014;
- Conferência “As Relações Portugal-América Latina” – 11 de março de 2014;
- Café Ciência – Mexer no Cérebro: Ciência, ética e sociedade – 14 de março de 2014;
- Colóquio PMA: Presente e Futuro. Questões emergentes nos contextos científicos, ético e legal, da iniciativa do Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida – 19 a 22 de março de 2014;
- Seminário sobre Drogas e Saúde em Portugal da iniciativa do Grupo Português de Ativistas sobre Tratamentos de VIH/SIDA com a associação da Comissão de Saúde – 1 de abril de 2014;
- 2.º Debate Parlamentar sobre Avaliação da Tecnologia, no âmbito do projeto europeu PACITA (Parliaments and Civil Society in Technology Assessment) com a Comissão de Educação, Ciência e Cultura – 8 de abril de 2014;

-
- Conferência com os partidos políticos sobre uma “Estratégia Nacional de Combate à Pobreza” da iniciativa da Rede Europeia Anti Pobreza, com a participação da Comissão de Segurança Social e Trabalho – 16 de abril de 2014;
 - Conferência “Novos Paradigmas do Futuro” – Comemorações dos 40 anos do 25 de Abril – 29 de abril de 2014;
 - Fórum de Hipertensão, da iniciativa da Sociedade Portuguesa da Hipertensão com a participação da Comissão de Saúde – 6 de maio de 2014;
 - Colóquio sobre o Padre Abel Varzim – 20 de maio de 2014;
 - Fórum Parlamentar Luso-Espanhol – 26 e 27 de maio de 2014;
 - Conferência “Desafios para a sustentabilidade demográfica” – 3 de junho de 2014;
 - Debate “Os Jovens e o Álcool” da iniciativa da Associação Nacional de Empresas de Bebidas Espirituosas – ANEBE – 3 de junho de 2014;
 - Sessão europeia do projeto “New Generations, New Policies, New Future” – 30 de junho e 1 de julho de 2014;
 - Conferência do projeto “Eleições, Liderança e Responsabilização: a Representação Política em Portugal, uma Perspetiva Longitudinal e Comparativa” – ISCTE – 7 de julho de 2014;
 - Fórum Parlamentar de Segurança Rodoviária 2014 - Debate/Mostra de veículos “Road Vike, Automóveis Históricos e Segurança Rodoviária Atual”/Simuladores de condução/Mostra de fotografias e documentação – 8 a 14 de julho de 2014;
 - II Conferência Representação e Participação Política na Europa em Crise – 7 e 8 de julho de 2014.

VISITAS À ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Na 3.ª sessão legislativa da XII Legislatura foram organizadas as visitas que se podem visualizar no quadro junto onde se apresentam as visitas tipificadas e o seu número. Foram realizadas 12 560 visitas em dias úteis, o que mais uma vez significa, em relação à sessão anterior, um aumento no número de visitantes. Por sua vez, assistiram às sessões plenárias 23 516 pessoas

Tabela 31
Visitas à Assembleia da República

TIPO DE VISITA		N.º VISITANTES	N.º VISITAS
Visitas guiadas ao Palácio de S. Bento	Dias úteis	12 560	395
	Último sábado do mês	591	16
	TOTAL	13 121	411
Visitas em dias comemorativos	Parlamento de Porta Aberta (25, 26 e 27 de abril)	4 064	— ³³
	Jornadas Europeias do Património	3 049	— ³³
	TOTAL	5 856	
Assistência às sessões plenárias		23 516 assistentes ³⁴	

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.

³³ Nestes casos, apenas se indica o número de visitantes, uma vez que estes dias incluem apenas visitas livres.

³⁴ O número total de assistentes inclui grupos organizados, cidadãos individuais e convidados, conforme registos do Serviço de Segurança da AR.